



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19

**109ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de
Meio Ambiente, Conama.**

21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41

Brasília/DF.
20 de Março de 2013.
(Transcrição ipso verbo)
Empresa ProixL Estenotipia

1
2

42 **O SR. MESTRE DE CERIMÔNIA** – Senhoras e senhores, bom dia. Lembramos a
43 todos que desliguem seus telefones ou que os programe para a função silenciosa.
44 Bom dia a todos. Iniciamos a cerimônia anunciando que já compõem a mesa: a
45 Ministra de Estado de Meio Ambiente, Izabella Teixeira, o Secretário-Executivo do
46 Ministério do Meio Ambiente, Francisco Gaetani, a Diretora do Conselho Nacional de
47 Meio Ambiente, Adriana Mandarino e a Secretária de Articulação Institucional e
48 Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Samira Crespo. Damos início ao
49 ato de posse dos 11 novos conselheiros do Conama que irão fortalecer a
50 representação dos órgãos não governamentais ambientalistas no Conselho. Eu
51 gostaria que, quando eu chamar os conselheiros, que eles se coloquem aqui à frente
52 para depois tirarem uma foto com a Ministra. Os conselheiros empossados nesse
53 momento são: do Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental – PROAM, o senhor
54 Carlos Alberto Hailer Bocuhy. Da Associação de Proteção ao Meio Ambiente de
55 Cianorte – APROMAC, o senhor Hassan Sohn. Da Sócios da Natureza, o senhor
56 Tadeu Santos. Do Instituto Guaicuy SOS Rio das Velhas, o senhor Marcus Vinicius
57 Polignano. Da Sociedade para a Defesa de Meio Ambiente de Piracicaba –
58 SODEMAP, o senhor Paulo Jorge de Moraes Figueiredo. Da Associação SOS
59 Amazônia, o senhor Miguel Scarcello. Da Associação Andiroba, o senhor Jairo Salim
60 Pinheiro de Lima. Da Fundação de Proteção ao Meio Ambiente e Ecoturismo do
61 Estado do Piauí – FUNPAPI, o senhor José Arli Barros. Da Sociedade Nordestina de
62 Ecologia - SNE, a senhora Elisabete Carneiro Batista Braga. Da Fundação de Apoio à
63 Vida nos Trópicos - ECOTROPICA, o senhor Ivânio Martins. Do Instituto Brasil
64 Central - IBRACE, o senhor Altamiro Alves Fernandes.

65

66

67 **A SR^a. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** – Eu vou fazer um
68 rito de posse um pouco diferente. Primeiro, porque temos aqui um pelotão aqui no
69 Conama. Sejam bem-vindos. Aqueles que estão voltando, sejam novamente bem-
70 vindos ao Conama. Aqueles que estão estreando, tem uma mulher só. Parece que
71 tem a Lisiane. Tem duas mulheres. Espero que na próxima eleição tenha mais, mas
72 sejam bem-vindos de volta ao Conama e aos novos, mais uma vez, boa sorte e que
73 esse Conselho acolha a sociedade civil em todos os debates, como é a tradição dessa
74 Casa. Parabéns. Eu já assinei o Termo de Posse, já está publicado em Diário Oficial.
75 Vocês vão assinar individualmente e estão devidamente empossados os novos
76 representantes depois do processo de seleção adotado. Sejam bem-vindos mais uma
77 vez e parabéns.

78

79

80 **O SR. MESTRE DE CERIMÔNIA** – Agora damos início ao ato de entrega das
81 imagens de satélite que tem o objetivo de apoiar a implementação do Cadastro
82 Ambiental Rural que trata do registro eletrônico de informações ambientais das
83 propriedades e posses rurais brasileiras. O Ministério do Meio Ambiente adquiriu
84 imagens de satélite do território nacional. Essas imagens permitirão um mapeamento
85 das informações ambientais e construirão um cadastro único a respeito da situação
86 dos imóveis rurais. Com isso, teremos uma base de dados confiável e transparente,
87 que também servirá de apoio para o controle, monitoramento, planejamento ambiental

88e econômico e ao combate ao desmatamento no país. O MMA está disponibilizando
89as imagens de satélite de alta resolução espacial aos ministérios do Desenvolvimento
90Agrário, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Desenvolvimento Social e aos
91estados da Federação, visando à promoção e o apoio à tomada de decisões do
92Governo na implementação de suas estratégias para promover o uso sustentável dos
93recursos naturais. Convidamos ao palco para receber as imagens de satélite,
94representando o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Diretor do
95Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, senhor Celso Knijnik.

96

97

98**A SR^a. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** – O MDS está
99aqui, o MDA está aqui. Então nós passamos para o MDS e para o MDA. Quando o
100Celso chegar, ele leva um puxão de orelha público do Conama.

101

102

103**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIA** – Representando o Ministério do Desenvolvimento
104Agrário, o assessor da Secretaria-Executiva, senhor Marco Pavarino.

105

106

107**A SR^a. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** – O INCRA e o
108MDA estão recebendo a base de todo o país e o INCRA está migrando a base de 1,5
109milhão de propriedades de seu cadastro para o Cadastro Ambiental Rural. Então é já
110georreferenciado, que vai facilitar muito o trabalho dos estados nesse processo de
111cadastramento rural no Brasil. Então está aqui e já que o INCRA deu dinheiro para
112pagar, também estou devolvendo agora todo o *hard disc* com todas as imagens e ano
113que vem você receberá também as imagens desse ano. Nos próximos 5 anos, a
114compara já está efetuada. Então um bom trabalho e vamos entregar o cadastro agora
115para todo mundo.

116

117

118**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Em nome do Ministro Pepe Vargas, eu agradeço à
119Ministra Izabella. É mais uma demonstração de que nós também, em conjunto de
120Governo, nós pretendemos cada vez mais avançar no ordenamento fundiário e
121ambiental do país. Muito obrigado.

122

123

124**A SR^a. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** – Vamos mudar a
125realidade desse país.

126

127

128**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIA** – Convidamos neste momento, representando o
129Ministério do Desenvolvimento Social, a Assessora de Secretaria-Executiva, a
130senhora Marcia Muchagata.

131

132

133A SR^a. **IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** – A Tereza está
134em rota de viagem para Genebra. O Ministro Pepe Vargas está viajando. Ele não está
135aqui conosco hoje, mas esse cadastro que o MDS também é um parceiro, e nós
136estamos fazendo esse ano o cadastro único com as unidades de conservação e
137erradicação da pobreza, vai para consolidar o trabalho do MDS em torno do Brasil
138Sem Miséria, do aperfeiçoamento das informações da erradicação da pobreza no país
139e trabalhando a Bolsa Verde em parceria com o Ministério do Meio Ambiente. Então é
140parceria absolutamente inovadora, não só de recursos, mas técnica, interinstitucional
141e que eu tenho certeza que trabalhando juntos, nós vamos acabar com a pobreza no
142Brasil e vamos proteger o meio ambiente. E eles, junto conosco, nos ajudarão no
143Cadastro Ambiental Rural dessas famílias que vivem em áreas remotas, que são
144invisíveis para o país. Nós não conhecemos esses pobres, extremamente pobres, e
145na busca de juntar o CAD Único do Brasil Sem Miséria com a base do Cadastro
146Ambiental Rural para que nós possamos buscar todos os brasileiros que vivem no
147campo, todos aqueles que não são vistos por todos os cadastros sociais e trazer a
148realidade desse país para soluções permanentes. Então muito obrigada pela parceria.
149Está aqui todo o país. Dia à Tereza: cumprida a promessa e vamos fazer o trabalho
150junto com o CAD Único. O Planejamento, quando o Celso chegar, eu entrego para ele
151e é para o IBGE. O IBGE vai receber, pela primeira vez na sua história, toda a base
152cartográfica do Brasil atualizada em uma resolução de 1 para 5 metros. Então com
153isso nós vamos mudar também toda a realidade de base desse país, a base
154cartográfica brasileira.

155

156

157O SR. **MESTRE DE CERIMÔNIA** – Agora representando a Região Norte, o
158Secretário de Meio Ambiente do Acre, o senhor Carlos Edegard de Deus.

159

160

161A SR^a. **IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** – O critério dos
162estados é o seguinte: nós temos... Todos os estados assinaram o termo de
163cooperação. Na reta final, apenas Bahia, com ajuste de natureza jurídica. Todos vão
164receber hoje o *hard disc* com as imagens do seu estado. E o critério, por causa da
165reunião, nós pegamos um de cada região para, simbolicamente, fazer a entrega, mas
166todos os secretários de Estado ontem, na reunião da Abema, eu anunciei que todos
167sairão daqui com as imagens atualizadas de cada estado. Então, Edegard, é com
168muita satisfação que eu entrego para o Acre. Eu acho que tem realmente
169possibilidades infinitas, mais do que o Cadastro Ambiental Rural, possibilidades
170infinitas para a gestão ambiental nos estados, o uso dessas imagens. Eu tenho
171certeza que nós vamos mudar essa realidade do país juntos. Muito obrigada pela
172parceria.

173

174

175O SR. **CARLOS EDEGARD DE DEUS CARLOS (Governo do Acre)** – Eu queria
176agradecer aqui imensamente todo o trabalho que foi feito pelo Ministério de Meio
177Ambiente juntamente com o Ibama, em especial à Ministra Izabella pela sua
178determinação em implantar um dos principais produtos do Novo Código Florestal, que

179foi o Cadastro Ambiental Rural. Sem essas imagens de satélite seria muito difícil nós
180conseguirmos atingir as metas. Então os 90% dos proprietários rurais do Acre, os 40
181mil proprietários rurais do Acre que estão na faixa dos 100 hectares, até 100 hectares,
182estão agradecendo muito aqui, Ministra. Eu trago também um abraço do Governador
183Tião Viana e do nosso Senador Jorge Viana, que foi um dos baluartes na tentativa de
184consenso na promoção do Novo Código Florestal. Muito obrigado, Ministra. E eu
185queria, Ministra, entregar para a senhora aqui um folder ampliado falando um
186pouquinho sobre o Acre no caminho da sustentabilidade, na construção da
187sustentabilidade do nosso estado, que vem já há 14 anos esse trabalho. Muito
188obrigado, Ministra.

189

190

191**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIA** – Agora, representando a Região Nordeste, o
192Diretor Técnico da Superintendência de Administração do Meio Ambiente – SUDEMA
193da Paraíba, senhor Ieure Amaral Rolim.

194

195

196**A SR^a. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** – Boa sorte.
197Quero ver qual é o estado que vai completar primeiro. Agora vamos ver como vai ser
198isso. Parabéns por toda a cooperação, todo o esforço da sua equipe trabalhando
199conosco junto com o Ibama também na região e vamos fazer, junto com os
200municípios, o Cadastro Ambiental Rural.

201

202

203**O SR. IEURE AMARAL ROLIM (Governo da Paraíba)** – Eu queria agradecer em
204nome do nosso Governador, Ricardo Coutinho, esse apoio que o Ministério e o Ibama
205têm nos dado e tem o nosso compromisso na Consolidação desse projeto. Muito
206obrigado.

207

208

209**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIA** – Representando a Região Centro-Oeste, o Diretor
210de Desenvolvimento Ambiental do Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul,
211senhor Roberto Ricardo Machado Gonçalves.

212

213

214**A SR^a. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** – Roberto, vamos
215fazer os pantaneiros. Toda questão social que vocês têm lá, grandes dificuldades hoje
216em relação aos conflitos socioambientais. Tem aí um novo trilho para nós
217trabalharmos juntos. E conte com o Ministério do Meio Ambiente.

218

219

220**O SR. ROBERTO RICARDO MACHADO GONÇALVES (Governo do Mato Grosso**
221**do Sul)** – Em nome do Governador do Estado do Mato Grosso do Sul, Dr. André, eu
222quero trazer os cumprimentos e o compromisso do Governo do Mato Grosso do Sul
223no sentido de fazer com que o CAR realmente venha a ser a ferramenta que todos
224nós desejamos para a gestão ambiental rural nesse país.

225

226

227 **O SR. MESTRE DE CERIMÔNIA** – Representando a Região Sudeste, o
228 Subsecretário executivo da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Rio de Janeiro,
229 senhor Luiz Firmino Martins Pereira.

230

231

232 **A SR^a. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** – O Rio de
233 Janeiro já está em teste. Nós assinamos a cooperação em agosto. Foi o primeiro
234 estado que nós assinamos a cooperação, foi o primeiro estado que desenhou uma
235 estratégia... Além daqueles que já têm o seu cadastro estadual: Pará, Mato Grosso,
236 enfim. Uma estratégia específica para lidar com o CAR, com equipes, com
237 regionalização, com abordagem tentando traduzir as prioridades também de
238 investimento no estado com as prioridades de expansão de áreas agrícolas, retomada
239 de área agrícola, enfim. E o Rio adota também o Sistema Federal, um sistema
240 desenvolvido pelo Ibama e, portanto, está em teste por conta das questões todas de
241 relevo, como você lê topo de morro. Uma série de situações que nós estamos
242 consolidando o trabalho com o Rio de Janeiro. Então faça chegar ao Ministro Carlos
243 MinC as imagens e agora ele enxergar o Rio de Janeiro de um ângulo que ele nunca
244 enxergou. Então eu imagino que o MinC vai ficar impossível. Nosso Indiana MinC vai
245 sair noticiando milhões de coisas sobre o Rio de Janeiro. Mas está aqui um
246 compromisso cumprido e um trabalho que eu espero que nós concluamos o mais
247 rápido possível no Rio de Janeiro.

248

249

250 **O SR. LUIZ FIRMINO MARTINS PEREIRA (Governo do Rio de Janeiro)** – Eu quero,
251 em primeiro lugar, agradecer em nome do Governador Sérgio Cabral e do Secretário
252 Carlos MinC, dando os parabéns pela forma como se faz o CAR, essa simplicidade de
253 se trabalhar sobre imagem de satélite que nunca foi ousada na nossa área. Nós
254 ficamos com muito preciosismo para fazer as coisas e acabamos naquela de que o
255 ótimo é inimigo do bom e acabamos não conseguindo fazer. Então essa iniciativa nós
256 queremos até levar para outras áreas dentro do Rio de Janeiro, como marcação de
257 faixa de rio em área urbana, trabalhando nessa simplicidade. E a adoção do Sistema
258 Federal, para nós é porque nós temos uma experiência muito boa com o CNAR, no
259 caso Federal, em ter adotado o CNAR. Foi muito bom para o estado e eu tenho
260 certeza que também será usar o mesmo sistema do Ibama nesse caso. Muito
261 obrigado, em nome do Rio de Janeiro, e parabéns aí a todos nós pelo trabalho.

262

263

264 **O SR. MESTRE DE CERIMÔNIA** – Representando a Região Sul, o Secretário de
265 Estado de Meio Ambiente do Rio Grande do Sul, senhor Hélio Cordelini.

266

267

268 **A SR^a. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** – Esse aqui eu
269 quero ver feito primeiro. Eu vou ao Rio Grande do Sul para nós concluirmos primeiro.
270 Eu fiz um compromisso com a agricultura familiar e com os agricultores daquele

271estado. Então está aqui. Isso é uma joia da coroa para mim. Sinceramente falando,
272diga ao Governador Tarso Genro que foi o compromisso firmado no Rio Grande do
273Sul que nós começamos a retomar a discussão Política sobre o Cadastro Ambiental
274Rural no âmbito do Código. Então passo a você, suas mãos, desejando boa sorte e
275sinalizando que isso é um instrumento de área ambiental, mas que certamente deve
276ser usado para o planejamento territorial do estado. Então compartilhem com institutos
277de cartografia, com institutos de informação, que a gestão estratégica do estado por
278imagem de satélite ganha outro patamar. Parabéns e estou aguardando ir lá para
279você me entregar tudo pronto, tudo cadastrado.

280

281

282**O SR. HÉLIO CORBELLINI (Governo do Rio Grande do Sul)** – O Governador, além
283de agradecer o recebimento das imagens, ele também quer agradecer essa
284oportunidade de estar participando nesse momento histórico para ele, que começa
285uma nova etapa do meio ambiente no Brasil. Ele sabe que agora o meio ambiente
286será até a sua gestão e a partir da sua gestão. Muito obrigado.

287

288

289**A SR^a. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** – Eu quero só
290fazer um reconhecimento público de natureza Política. O Governador Tarso Genro foi
291um aliado de primeira ordem, de primeiro momento em toda interlocução Política do
292Código Florestal. Foi uma visita ainda com a Jussara, um almoço com um churrasco,
293como não podia deixar de ser e um acerto de como nós poderíamos trabalhar as
294questões de envergadura Política nacionalmente a partir de uma visão do que o Rio
295Grande do Sul liderava, com as suas bancadas, o debate sobre o Novo Código
296Florestal. Ele foi um parceiro, não só no primeiro momento. Tem sido um parceiro em
297toda a interlocução e eu acho que é importante que nós possamos, nos passos que se
298desdobram, não só do Código Florestal, mas da Política Ambiental Brasileira, ter um
299compromisso político direto dos governadores. E o Tarso, desde o primeiro momento,
300tem esse... Não só conosco, mas na época do Ministro MinC foi um parceiro também
301enquanto Ministro da Justiça nas ações para fazer o caminho da Política Nacional da
302Mudança de Clima. Então um grande abraço para ele e vamos trabalhar e espero ir
303lá... Obrigada a todos. Faço chegar às mãos do Ministério do Planejamento toda a
304base cartográfica, todas as imagens de satélite de todo país de 1 para 5 metros. Isso
305aqui é um compromisso nosso com a Miriam, com a Ministra Miriam Belchior,
306compromisso com o IBGE e com todo o processo de planejamento do país. Então tem
307aqui pela primeira vez. Eu tenho certeza que o Brasil conta com esse instrumento e
308contamos com a parceria em particular do IBGE nos desdobramentos da confecção
309do Cadastro Ambiental Rural e as análises necessárias para a informação em toda a
310sociedade brasileira. Então está aí. Boa sorte.

311

312

313**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIA** – Damos continuidade à programação dessa
314manhã com a Cerimônia de Lançamento da IV Conferência Nacional do Meio
315Ambiente. Já compõem a mesa: a Secretária de Articulação Institucional e Cidadania
316Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, a senhora Samira Crespo. Convidamos

317neste momento o Assessor da Secretaria Geral da Presidência, Senhor Raimundo
318Nonato Soares Lima. Convidamos também para compor a mesa, o Presidente da
319Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – Abema, o senhor
320Hélio Gurgel Cavalcante. Convidamos também o Presidente da Associação Nacional
321de Órgãos Municipais de Meio Ambiente – Anamma, o senhor Mauro Maciel Buarque.
322Representando a Confederação Nacional da Indústria – CNI, convidamos o senhor
323Wanderley Coelho Batista. Convidamos ainda o representante do Movimento Nacional
324dos Catadores de Materiais Recicláveis no Distrito Federal – MNCR, o senhor Roney
325Alves da Silva. Passamos, neste momento, a palavra à Secretária de Articulação
326Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, senhora Samira
327Crespo.

328

329

330**A SR^a. SAMYRA CRESPO (Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania**
331**Ambiental do MMA)** - Bom dia, senhores e senhoras conselheiras, bom dia, Ministra.
332Bom dia a todos os representantes da Comissão Nacional e que atuam no Conama
333aqui na mesa. Bom dia, Secretário Executivo e a todos os colegas do Ministério aqui
334presentes. Hoje é um dia muito importante para nós que lançamos a IV Conferência
335de Meio Ambiente, porque ela vem se somar a um esforço muito grande que o
336Ministério do Meio Ambiente vem fazendo na implementação da Política Nacional de
337Resíduos Sólidos. E antes de fazer uma apresentação bem rápida sobre os aspectos
338operacionais da Conferência, eu queria dizer algumas palavras sobre as nossas
339motivações e a orientação que nós recebemos da Ministra Izabella com relação a
340essa Conferência. Nós temos uma década de conferências de meio ambiente e nós
341fizemos não só as nossas propriamente, como temos atuado junto ao MEC para fazer
342a Conferência Infanto-juvenil. Fizemos nacional, internacional. Fizemos junto com o
343Ministério das Cidades e com o Ministério da Saúde também a Conferência sobre
344Saúde Ambiental e nós podemos dizer que temos alguns aprendizados dessas
345conferências. Em 10 anos o país mudou muito, a militância mudou, a maneira de fazer
346Política mudou e a própria sociedade brasileira mudou. Então é muito tranquilo da
347nossa parte dizer que nós não podemos mais ficar fazendo Conferência do mesmo
348jeito, sem levar em consideração as lições aprendidas. E a principal lição que nós
349tiramos de 10 anos de Conferência é que quando ela não tem foco, nós conseguimos
350mobilizar muita gente, nós conseguimos discutir muitos assuntos, fazer centenas de
351deliberações, mas depois não conseguimos, de uma maneira eficiente, nem monitorar
352essas deliberações, nem vê-las refletidas nas Políticas públicas que nós elaboramos.
353Então, por orientação da Ministra Izabella, essa Conferência tem um foco, e o foco é
354resíduos sólidos. E o motivo é óbvio: essa é uma das Políticas mais revolucionárias
355que nós temos hoje em implementação no país, quando mais de 80% das pessoas
356estão nas cidades e o que está em jogo é a qualidade de vida da população brasileira.
357Então, a Conferência de Resíduos Sólidos tem outro aspecto ainda diferente: na maior
358parte das vezes, nós temos um tema e aí esse tema é um provocador de uma
359discussão, de um debate na sociedade e o que vem como insumo, nós
360aproveitaríamos, em tese, para elaborar uma nova Política. Nesse caso, nós já temos
361a Política. Já existe a Política, já existe a legislação, a lei em vigor. Já estamos
362inclusive avançados nos pactos e em algumas ações que a lei prevê. Então o que nós

363queremos fazer com essa Conferência? Se nós olharmos o arcabouço teórico,
364conceitual da Política Nacional de Resíduos Sólidos, nós vamos ver que ali nós temos
365atribuições muito claras para o Poder Público, nós temos atribuições muito claras para
366o setor privado, mas o terceiro pilar, que é a sociedade, que são os cidadãos, os
367consumidores, nós não temos. Nós podemos conceituar com clareza o papel, mas
368nós não temos os mecanismos do engajamento, a não ser falar muito genericamente
369em educação ambiental. Por quê? Porque nós não podemos legislar para esfera
370individual e nem privada das pessoas. Nós podemos aumentar os serviços de
371ecopontos, nós podemos fazer uma série de coisas, mas não podemos obrigar os
372cidadãos irem lá, descartarem corretamente o seu lixo ou os seus resíduos. Então
373Conferência é uma oportunidade extraordinária para nós trabalharmos na base da
374sociedade o engajamento dos cidadãos e dos consumidores para exercer o seu papel
375na Política. Ela é também uma Conferência que traz uma extraordinária oportunidade
376para nós conhecermos as experiências exitosas que estão acontecendo em todo o
377Brasil, as soluções sustentáveis de implementação da Política. Onde você tem
378experiências interessantes com os catadores, onde você tem experiências
379interessantes com as ONGs, com a sociedade civil, com o Poder Público local. Então
380nós vamos discutir também as soluções de implementação local da Política. Além de
381tudo, a Política traz como matriz um tema fundamental, que é a discussão da
382produção e consumo, e sobre esse tema, eu vou deixar que a Ministra faça os
383comentários, uma vez que ele foi central na discussão da Rio +20. Mas o importante
384para dizer aqui é que esse tema da produção e consumo sustentável traz a mudança
385necessária de padrões e por isso ele permite, e aí eu considero que, portanto, não é
386uma Conferência... Ela tem foco, mas não é fechada, porque ela permite que nós
387discutamos todos os aspectos relacionados à produção e ao consumo, lembrando que
388para o Ministro do Meio Ambiente, consumidor não só uma pessoa individualmente.
389Também o Poder Público é consumidor, as instituições públicas, as instituições
390privadas e etc. Então eu acho que essa Conferência traz desafios novos. Ao
391entendimento do Ministério, ela tem que ser uma Conferência massificada. O que
392significa isso: não é só para a militância discutir, não é só para os ativistas discutirem.
393Nós queremos que todos discutam: a sociedade discuta, a opinião pública discuta. E
394para isso nós estamos desenvolvendo então campanhas, materiais publicitários e
395novas maneiras de fazer a Conferência para ter esse envolvimento da sociedade. E
396para isso, é fundamental que todos os nossos parceiros hoje da Comissão Nacional e
397também aqui no Conama nos ajudem nesse engajamento da Conferência. Dito isso,
398eu vou passar rapidamente algumas informações que são fundamentais para termos
399um entendimento. Então os temas, os eixos temáticos da Conferência são: produção
400e consumo sustentável, redução dos impactos... Estou falando dos objetivos. Então
401voltando aos objetivos: nós queremos divulgar a Política Nacional de Resíduos
402Sólidos. Nós queremos que todos saibam que existe a Conferência e que existe
403Política. Conhecer e incentivar as parcerias entre governos, setor privado e sociedade
404civil, disseminar as formas de se fazer essa parceria, contribuir para que os estados e
405municípios solucionem os entraves e superem os desafios na implementação da
406gestão de resíduos sólidos e difundir as práticas exitosas então que eu já mencionei.
407Os eixos temáticos: produção e consumo sustentáveis, redução dos impactos
408ambientais dos resíduos sólidos, geração de emprego e renda, e aí, portanto, toa uma

409 área temática voltada para a discussão da inclusão dos agentes de reciclagem, do
410 fortalecimento das cooperativas de catadores, da aplicação dos materiais recicláveis
411 nas novas cadeias produtivas ou nas cadeias de onde elas vêm e a questão toda da
412 educação ambiental, mas não uma educação ambiental em geral, mas educação
413 ambiental voltada para o consumo sustentável. Depois nós temos uma estrutura de
414 governança da Conferência. A Conferência, só fazendo um breve retrospecto, ela foi
415 lançada em junho no âmbito da Rio+20. O MEC também lançou a sua Conferência
416 sobre Escolas Sustentáveis, uma Conferência totalmente associada aos objetivos que
417 o Ministério tem e depois disso nós então lançamos um edital público, convidando as
418 representações das sociedade civil, do empresariado, do Governo para fazerem parte
419 da Comissão Organizadora e já tivemos uma primeira reunião dessa Comissão
420 Organizadora Nacional. Então está aí. Nós temos uma Coordenação Executiva, um
421 Comitê de Apoio no MMA. A Ministra vai mencionar isso, mas o próprio Gabinete da
422 Ministra vai se envolver na governança da Conferência. Ela é uma Conferência do
423 Ministério do Meio Ambiente, não é de uma Secretaria do Ministério do Meio Ambiente
424 e nós temos a Comissão Nacional, as COEs, que são as comissões estaduais e as
425 comissões organizadoras municipais e regionais. Tem um calendário. Eu vou
426 mencionar e eu acho que está dito ali, mas eu quero falar do calendário. É o seguinte:
427 nós começamos as conferências municipais e regionais agora em abril e elas podem
428 ocorrer até trinta dias antes da Conferência Estadual e há uma expectativa de que as
429 conferências estaduais iniciem em julho e vão ocorrendo no máximo até setembro de
430 2013. Além disso, nós estamos aceitando, é uma inovação na metodologia, as
431 chamadas Conferências Livres. Então nós vamos ter mecanismos *on line*, para que se
432 um condômino, uma comunidade remota, quem quer que seja, uma universidade,
433 quem quer que seja, possa realizar uma Conferência e fazer as suas contribuições. As
434 Conferências Livres e as Conferências Virtuais. E a etapa nacional está prevista então
435 de 24 a 27 de outubro, aqui em Brasília. Ali nós temos a quantidade de delegados que
436 nós esperamos ver eleita nos estados. Lembrando que essa quantidade obedece a
437 uma proporcionalidade de população nos estados e aí nós temos, no *slide* seguinte,
438 uma página, que é do nosso *hot site*, onde tudo que se referir à Conferência, lá
439 estará. Inclusive nós estamos editando materiais que vão ser distribuídos aqui hoje:
440 um caderno de orientações da Conferência. E porque esse caderno de orientações...
441 Teremos também um caderno metodológico, diferente. Porque o caderno de
442 orientações? Porque os temas, muitos deles são técnicos. O conceito de produção e
443 consumo sustentável é novo, não está devidamente assimilado na sociedade. Então
444 nós achamos por bem editar um caderno onde possamos citar alguns documentos de
445 referência, orientar essa discussão mais conceitual para que não se perca muito
446 tempo nos debates discutindo conceitos e que se possa ir direto às soluções de
447 implementação. Também editamos 500 mil exemplares desse jornalzinho aqui com
448 linguagem bem simples, bem fácil, para que toda população possa ir assimilando os
449 conceitos e de hoje até o período nacional nós faremos mais três edições. E nós
450 temos para distribuição desses jornais parcerias muito fortes com a Caixa Econômica
451 Federal, com os Correios, com a CNT na área de transportes. Então a ideia é
452 realmente capilarizar. Todos os materiais publicados por nós na Conferência são
453 livres, de direito autoral livre. Os senhores podem reproduzir nos estados, nos
454 municípios, nas universidades, podem agregar os conteúdos específicos e não há

455necessidade nenhuma de pedir autorização ao Ministério, ou seja, nós estamos aqui
456para facilitar esse processo e para ser um canal de interlocução qualificada para os
457senhores. Muito obrigada. Bom dia e, qualquer esclarecimento que eu possa fazer,
458estou aqui à disposição.

459

460

461**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIA** – Passamos agora a palavra ao representante do
462Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis no Distrito Federal –
463MNCR, o senhor Roney Alves da Silva.

464

465

466**O SR. RONEY ALVES DA SILVA (MNCR)** – Bom dia a todos. Bom dia a mesa. A
467Conferência Nacional, ao ver do Movimento Nacional de Catadores, é uma
468oportunidade muito grande que o país tem de fazer diferente e fazer melhor. Fazer
469diferente no sentido de que toda essa política pública que foi discutida ao longo dos
47020 e poucos anos e que foi regulamentada e sancionada em 2010, traz a
471oportunidade da inclusão social e produtiva. Fazer diferente é fazer com que uma
472política faça com que o cidadão seja visto de outra forma. O catador de material
473reciclável, que em um primeiro momento não era visto, em um segundo momento, foi
474visto, foi desprezado e até discriminado, nesse segundo momento ele seja visto como
475um agente produtivo, que pode trazer para o país: renda, sustentabilidade e fazer com
476que aquilo que antigamente não era utilizado pela sociedade, isso volte para o ciclo
477produtivo e se torne matéria prima para as indústrias e assim por diante. A
478Conferência Nacional traz essa possibilidade da discussão. Traz a possibilidade do
479cidadão participar, da sociedade participar da discussão, da sociedade trazer aquilo
480que ela pensa e mais do que isso: aprender a entender tudo aquilo que foi discutido
481ao longo desses vinte anos na Câmara, no Senado e no Executivo. Então, ao ver do
482Movimento Nacional, é uma possibilidade extremamente importante para nós, para
483que nós possamos participar e trazer, tanto para a sociedade, quanto para o Governo
484e para as empresas a participação do catador de material reciclável. Por isso para
485nós, catadores, é extremamente importante a Conferência Nacional e extremamente
486importante a participação de todos. Era isso. Eu não sou uma pessoa de muitas
487palavras. Não tenho facilidade como a pessoa já tem há algum tempo, mas dizer que
488para nós, catadores, é extremamente importante participar. A participação nossa...
489Nós vamos fazer o máximo para que nós possamos participar com maior quantidade
490de delegados possível. Era isso. Muito obrigado.

491

492

493**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIA** – Nós passamos agora a palavra ao representante
494da Confederação Nacional da Indústria – CNI, senhor Wanderley Coelho Batista.

495

496

497**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Bom dia a todos. Bom dia,
498Ministra, Secretário Executivo, colegas da mesa, senhores conselheiros. A
499Confederação Nacional da Indústria faz parte do Comitê Organizador da Conferência
500e achamos que a oportunidade que nós temos, que nós não tivemos em outras

501conferências de efetivamente contribuir para uma correta implementação de todos os
502instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos. É um desafio para nós
503mobilizarmos a nossa base de empresas em todo país. Somos mais de 800 mil
504empresas no Brasil e fazer com que a indústria também possa contribuir, como a
505sociedade civil, engajar para que nós possamos contribuir, fazemos propostas e
506também nos educamos para cumprir todos os requisitos que a lei traz. É um grande
507desafio para a indústria a implementação de todos os aspectos da lei, mas achamos
508que o Fórum da Conferência é importante no sentido que nós possamos de fato
509democraticamente... Podemos contribuir, sermos ouvidos e fazemos parte de um
510processo de melhoria das condições de gestão de resíduos sólidos no Brasil como um
511todo. Muito obrigado. Esperamos poder contribuir com todos nesse trabalho. Bom dia.

512

513

514**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIA** – Com a palavra, O Presidente da Associação
515Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente – Anamma, senhor Mauro Maciel
516Buarque.

517

518

519**O SR. MAURO MACIEL BUARQUE (ANAMMA)** – Ministra, bom dia. Bom dia a todos
520os colegas conselheiros. Ontem à noite nós tivemos uma reunião de diretoria da
521Anamma e a Conferência, nós tratamos desse assunto e tiramos alguns
522entendimentos em relação à Conferência. Primeiro que é uma grande oportunidade
523para a gestão ambiental municipal e para o ente federativo municipal, porque é uma
524política eminentemente municipal. Então eu acho que foi extremamente acertada na
525leitura dos erros e acertos das outras conferências nós estabelecemos um foco e de
526fato poder fazer uma discussão aprofundada sobre o tema que já bate à porta dos
527prefeitos há pelo menos 2 anos, desde quando a lei foi sancionada, da Política
528Nacional de Resíduos Sólidos. Então Política que, por várias vezes no processo de
529discussão nós já dissemos que estabelecemos todas as diretrizes da política, mas
530demos prazo para o município, com muita concretude, daquele prazo do dia 02 do ano
531passado apresentar seus planos e até 2014 encerrar para que possamos de fato ter
532um Brasil sem lixão. Então nós ainda precisamos entender como nós vamos
533conseguir... Assim como o Embaixador Figueiredo, lá na preparação da Rio+20,
534quando os países estavam sem entender e sem querer declinar se iam ou não
535participar da Conferência e já estavam estabelecendo metas, ele disse, com muita
536assertividade, que quem quer estabelecer regra, tem que colocar dinheiro sobre a
537mesa. Então a Política Nacional estabeleceu o limite, estabeleceu qual é a meta. Nós
538também estamos aqui para cumprir. Os municípios todos defenderam e continuam
539defendendo essa Política com muita firmeza porque o ganho ambiental no município
540vai ser muito grande a partir da sua implementação. Também aprendendo um pouco
541com os erros e acertos do passado, Ministra, eu acredito que nós todos vamos ser
542cobrados sobre as deliberações das conferências anteriores. Então é bom que nós
543saibamos... Eu estou falando isso, nós, porque nós vamos fazer a etapa municipal,
544então nós vamos ser cobrados das outras conferências que nós já praticamos, os
545estados vão ser cobrados e também o Governo Federal. E para além de tudo que vai
546ser tratado nessa Conferência, como a Conferência vai pautar as outras conferências

547nacionais e como nós vamos receber, como nós vamos ser pautados? Apenas nos
548documentos finais... Então nós precisamos nos antecipar. Nós vamos ter também
549conferências das cidades e a política que afeta as outras áreas da administração
550municipal está diretamente ligada à questão ambiental. Então como nós vamos levar
551essa pauta. Então eu acho que os *times* precisam ser acertados, assim como nós já
552vemos que na programação dos horários do calendário da Conferência, os municípios
553já estão premidos pelo tempo. Então nós já temos 30 dias para os estados fazerem,
554nós temos que fazer 30 dias antes e já tínhamos que estarmos correndo há muito
555tempo. Então nós vamos precisar desses cadernos de conteúdo. Se vão ser físicos ou
556se vão ser digitais, em meio digital, nós precisamos fazer a definição, porque a
557Conferência Municipal vai ter que acontecer para que nós possamos levar a
558delegação da representação municipal para a Conferência Nacional. Resumindo, são
559essas as considerações e reafirmar, Secretário, a disposição da Anamma nesse
560processo de construção que nós já vemos fazendo há muito tempo e seguramente nós
561vamos continuar parceiros por muito tempo. Obrigado.

562

563

564**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIA** – Passamos agora a palavra ao Presidente da
565Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – Abema, senhor
566Hélio Gurgel Cavalcante.

567

568

569**O SR. HÉLIO GURGEL CAVALCANTE (ABEMA)** – Bom dia a todos e a todas.
570Gostaria de saudar essa mesa na pessoa da Ministra Izabella Teixeira e a todos os
571conselheiros à pessoa do nosso conselheiro Paulo Nogueira Neto, decano do
572Conama. Companheiros, estamos hoje recebendo aqui várias notícias positivas como
573se fossem resultado de um trabalho que vem sendo plantado, semeado já há algum
574tempo, e de fato o meio ambiente do Brasil tem recebido um impacto positivo de
575trabalhos que foram incitados já há algum tempo e que estão resultando em
576instrumentos efetivos, eficazes, principalmente para que os operadores ambientais
577que detenham o planejamento e a gestão, a execução na ponta, no campo. Temos aí
578os desafios e hoje concretizando através do recebimento dessa ferramenta poderosa,
579a caixinha azul do CAR, quando teremos aí condições, participando ativamente, ao
580lado do todo o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Governo Federal, cada
581estado trazer o seu dever de casa cumprido para que tenhamos o conjunto do
582ambiente brasileiro aí numa fotografia produtiva. E principalmente no dia de hoje, com
583o lançamento da IV Conferência Nacional do Meio Ambiente, entramos já nesse clima
584do que será o resumo do ano em relação a essas realizações, que muito embora a
585temática venha dentro dos resíduos sólidos, nós percebemos que isso é um
586entrelaçamento, há uma transversalidade direta com todas as atividades ambientais.
587Desde quando tratávamos dos pejeis anteriormente e até hoje quando nós ainda
588lutamos com as questões que pareciam, de certa forma, insolúveis quando se fala em
589consórcio ambiental de resíduos sólidos. Esses momentos têm nos levado a um
590otimismo e os operadores ambientais principalmente, os que fazemos na Abema,
591temos certeza que as parcerias que estão sendo construídas, o trabalho que vem
592sendo desenvolvido junto à Anamma e seus associados e ao Poder Público Federal,

593estamos trazendo a certeza de que podemos fechar um 2013 com um balanço que
594parece ser positivo. São nossas expectativas e estaremos continuando esse trabalho
595de mãos dadas. Obrigado.

596

597

598**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIA** – Com a palavra, o Assessor da Secretaria Geral
599da Presidência, Senhor Raimundo Nonato Soares Lima.

600

601

602**O SR. RAIMUNDO NONATO SOARES LIMA (Secretaria Geral da Presidência da**
603**República)** – Bom dia, Ministra Izabella, bom dia Secretário Executivo, todos os
604membros da mesa e senhores e senhoras conselheiros. A pedido do nosso Ministro
605Gilberto Carvalho, Ministro Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, a
606Secretaria está à disposição, a Secretaria vai estar sempre empenhada para o
607sucesso da Conferência e como a atribuição principal da Secretaria é exatamente
608esse rastreamento com a sociedade civil, nós estaremos sempre promovendo as
609articulações necessárias para que consigamos ter um bom desempenho e que a
610sociedade civil, o movimento social possam participar da nossa IV Conferência de
611uma maneira efetiva. Então é dizer a todos e todas que a Secretaria Geral está
612inteiramente à disposição de todos os conselheiros, de toda a sociedade civil no
613sentido de que nós possamos ter boa e excelente IV Conferência Nacional do Meio
614Ambiente. Muito obrigado.

615

616

617**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIA** – Neste momento passamos a palavra à Ministra
618de Estado de Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

619

620

621**A SR^a. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** – Bom dia a todos
622e todas, senhores conselheiros. Gostaria de saudar os participantes da mesa. Eu vou
623pedir licença aos membros do Governo, do Poder Público e da indústria, a ação
624empresarial, saudar, em nome do Roney, dos catadores, e você fala muito bem. Aliás,
625é impressionante a capacidade política dos movimentos dos catadores em toda a sua
626representação nacional, em todos os estados, de engajamento e mais do que
627engajamento: de ter dotada a sua luta, a sua causa de uma envergadura política
628nacional e internacional. Eu sou de um tempo, Roney, que essa casa aqui, na época
629do Ministro (...) deu o primeiro passo para comprar, para oferecer, na verdade, os
630papeis que não eram utilizados pelo Ibama para os catadores entrarem no Ibama e
631fazerem essa reciclagem. Isso tem mais de 25 anos. E houve uma atitude muito
632refratária dos próprios funcionários que na conseguiram entender o que isso
633significava. Hoje o Ibama é modelo e é com base nessa experiência e em outras que
634nós podemos avançar com o Projeto Esplanada Sustentável e a própria agenda 3P.
635Então eu acho que o debate sobre a questão da Conferência... Eu vou falar algumas
636coisas aqui sobre a Conferência já, já, vai revelar ao Brasil muito sobre uma luta que
637poucos conhecem de verdade o papel dos catadores, fora dos grandes centros, fora
638daquilo que é demonstrativo. Nós temos que entender como isso acontece em todo o

639pais e os desafios que se atrelam a isso da Política Nacional d Resíduos Sólidos, da
640logística reversa, enfim, de todo o desafio que a sociedade brasileira tem de ter um
641trilho sustentável de produção e consumo e um trilho sustentável de gestão
642estratégica de resíduos sólidos em nosso país. Então parabéns pela sua fala, pelo
643engajamento e acho, Brandão, que nós temos um grande desafio, Silvio, com Brasília.
644Nós temos que acabar com o lixão. É inaceitável que a Capital Federal tenha um lixo.
645Isso é um compromisso do Governo Federal, é um compromisso do Governo do
646Distrito Federal, mas é um compromisso da sociedade brasileira de temos modelos
647para lidar com essa situação que absolutamente não corresponde aos outros
648objetivos, o que Brasília busca e o que vocês buscam na gestão do PV de uma melhor
649qualidade ambiental, de vida em Brasília. Então nós temos que buscar um modelo e
650aproveitar as oportunidades que são colocadas aí de investimentos com os grandes
651eventos e grandes eventos esses que está sendo objeto de investimento a pauta de
652resíduos sólidos, tanto para os estados, quanto para os municípios. Então é
653importante que nós tenhamos transparência no que está acontecendo, relatando os
654fatos, as dificuldades e uma construção que seja permanente. E eu conto com o
655trabalho de vocês para nós tirarmos isso de Brasília. Brasília tem que ter a marca da
656cidade sustentável e essa marca passa pela solução da inclusão política dos
657catadores, da reciclagem, da logística reversa e do fim do lixão no Distrito Federal.
658Como o Governador vai estar hoje comigo, estou adiantando a pauta que eu vou
659cuidar hoje com ele. Bom, mas eu quero saudar os novos conselheiros que tomaram
660posse, saudar este Conselho e hoje de manhã eu fiquei absolutamente surpreendida
661com uma notícia veiculada na imprensa de que eu teria criticado o caráter deliberativo
662do Conama, que é exatamente o oposto. Os repórteres entendem mal o que nós
663falamos. Desde que eu assumi o Ministério... Aliás, como Secretária Executiva, a
664minha luta é de fortalecimento desse Conselho. Aliás, isso tem sido quase que um
665mantra da minha parte. Luta inclusive que contrariou muitos interesses políticos de
666esvaziamento do Conama. Então foi exatamente o oposto que eu falei. Nós estamos
667desmentindo isso na imprensa. Que ao contrário: além do fortalecimento do Conama
668como espaço político de debate das questões nacionais, das políticas ambientais,
669também é um espaço político para fortalecer o seu caráter deliberativo em temas que
670são estratégicos para a Política Nacional de Meio Ambiente. Cheguei a citar ontem na
671reunião da Abema, os secretários de estado estão presentes e podem confirmar, a
672importância de resgatar a função da qualidade ambiental como um dos temas centrais
673da regulamentação da Política Nacional de Meio Ambiente. Citei o desafio da
674qualidade do ar, da necessidade de uma discussão sobre a revisão ou não dos
675padrões nacionais de qualidade do ar. Eu fui incisiva em relação a isso. Então eu
676lamento que o jornalista que lá esteve ou os jornalistas que lá estiveram tenham
677reproduzido algo que não tem aderência nenhuma com a minha fala e com a minha
678história em relação ao Conama e cheguei até a encerrar a reunião dizendo que o meu
679primeiro emprego na área ambiental foi exatamente no Conselho Nacional de Meio
680Ambiente com o Dr. Paulo Nogueira Neto. Eu tive a honra de trabalhar na Secretaria
681Administrativa do Conama que estruturou o Conama. Eu encontrei no Ministério do
682Meio Ambiente, quando eu cheguei no Ministério do Meio Ambiente tendências que
683queriam esvaziar o Conama para jogar para outros mecanismos de participação na
684discussão no Congresso sobre a LC 140. E nós fomos frontalmente contrários a isso.

685Então eu quero deixar o reconhecimento público, que houve um mal-entendido da
686imprensa, que ao contrário: o meu compromisso... Aliás, um dos meus principais
687compromissos políticos sempre será o de fortalecimento desde Conselho. Não só
688desse, mas do Conselho Nacional de recursos hídricos, da Conabio, do Conaflor, dos
689principais conselhos do Ministério. Nós estamos fazendo uma reestruturação em
690todos os conselhos, uma reestruturação política e institucional dentro do Ministério
691para dar visibilidade e força a esses mecanismos, instrumentos de Política Pública, da
692Política Ambiental e de participação do todos os segmentos. Então a primeira
693colocação é que eu fico muito feliz com o Plenário lotado e eu lembro que quando eu
694assumi o Ministério, quando nós viemos com o Ministro MinC, a primeira reunião do
695Conama, o Plenário foi esvaziado e os conselheiros saíram por conta de divergência
696com parte de um segmento que faz parte do Conama. Hoje eu vejo o Plenário lotado,
697disputando, dialogando, discutindo e esse é o espírito, olhando o Dr. Paulo Nogueira
698Neto, que mediou a formulação de um Conselho na 6938 como foi feito no início da
699década de 80, e toda orientação que nós tivemos como funcionários de carreira, e de
700ter trabalhado com ele, de TR sempre um espaço para poder dialogar e debater.
701Então fica aqui o registro que houve um equívoco, está sendo corrigido isso perante a
702imprensa e pelo contrário. Agora, eu acho que o Conama tem que priorizar pautas no
703seu caráter deliberativo. Isso era o objeto da discussão ontem com a Abema, até
704porque nós entraremos nesse ano e eu vou comentar um pouco a pauta deste ano,
705política, entraremos com um exercício muito grande de fortalecimento do diálogo com
706os conselhos estaduais e os conselhos municipais. E é importante que o Conama
707esteja pronto para acolher esse processo. Esse processo é extremamente... Talvez
708seja mais sensível politicamente do que foi o processo nas épocas de 80 e 90, da
709União com o estados, que suscitou inclusive na criação da Abema. Então nós temos
710um debate absolutamente rico de fortalecimento do Sistema Nacional de Meio
711Ambiente a partir da implementação da Lei Complementar 140, que certamente entra
712na pauta este ano. Entra na pauta deste ano e entra na pauta não só pelas questões
713de licenciamento, mas por todas as questões ambientais, de competências
714concorrentes, e resalto aqui um tema que eu sugeriria que esse Conselho debatesse,
715que é a situação de fauna. A questão da fauna e as competências de que a lei
716estabelece para que nós não possamos repetir ou não possamos repetir os mesmos
717erros que acabaram acontecendo na questão da descentralização das atividades
718florestais que aconteceu com a mudança da Lei de Florestas. Isso tem uma queixa...
719A palavra “queixa” é porque é recorrente dos governos estaduais pedindo uma
720solução para uma gestão, que os estados tenham condições de assumir essas
721competências e não somente transferir essas competências, porque a Lei mandou
722mudar e agora vocês vão ter que cuidar disso. Então eu sugeriria que a discussão da
723LC 140 tivesse um debate mais amplo, e eu conversei ontem com a Abema e houve
724conversa com a Anamma nessa direção, de saber como nós vamos encaminhar as
725agendas estratégicas de regulamentação e de orientação em relação inclusive àquilo
726que os conselhos estaduais e os conselhos municipais terão que trabalhar juntos do
727ponto de vista da gestão estadual para a gestão local. As competências federais estão
728muito bem definidas na lei. Elas não são tão críticas do ponto de vista... Aliás, eu
729sugeriria que a União emagreça no processo. Na realidade, há uma robustez política
730entre estado e descentralização local. E Anamma e Abema serão atores importantes

731nesse diálogo com a sociedade e nesse diálogo com o Poder Público de buscar os
732novos caminhos, inclusive como o Dr. Mauro gosta de falar, de buscar as linhas de
733financiamento, que terão de ser absolutamente repensadas. Não será o modelo que
734nós adotamos na década, de financiar diretamente os estrados. Não tem como
735financiar 5 mil, 600 municípios no Brasil para estruturar órgãos ambientais. Nós temos
736que pensar que caminhos são esses, como isso vai ser debatido e por essa razão nós
737teremos um debate com a Frente Nacional dos Prefeitos agora em abril, falando de
738cidades sustentáveis e será modelada toda a agenda política da Frente Nacional de
739Prefeitos exatamente em torno da questão da sustentabilidade e do compromisso com
740a questão ambiental. Então é importante que a Anamma, a Abema e o Conama se
741juntem aos esforços da Frente para nós debatermos e entendermos a envergadura do
742nosso desafio e a envergadura das nossas soluções. Isso é o aspecto político que
743está colocado hoje em relação à questão da descentralização da gestão ambiental e
744mais do que isso: do fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente. Então eu
745entendo o Conama como um espaço político e gostaria de saudar os conselheiros do
746Conama pela reunião que acontece na Semana da Água. Então mais uma colocação:
747eu vivo insistindo nisso, porque eu entendo que nós temos que ter aproximações cada
748vez mais contínuas com o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Eu gostaria aqui
749de falar um pouco sobre a pauta 2013 e pegar o primeiro *link*, a questão do Cadastro
750Ambiental Rural e a entrega das imagens de satélite. Nós teremos um ano de muito
751trabalho. Esse ano de muito trabalho vai ser marcado não só pelo Cadastro em si,
752mas pelas análises que vão decorrer e pelas deliberações... As instâncias estaduais
753que terão que ser regulamentadas em função da realidade de cada estado e também
754um trabalho muito grande em relação à compatibilização de todos os temas no âmbito
755do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural, o SICAR. Eu chamo a atenção dos
756senhores que a principal publicação da área de georreferenciamento do Brasil coloca
757na capa: por um cadastro ambiental para todos. A matéria de capa desse mês é
758exatamente o Cadastro Ambiental Rural. É a maior publicação especializada em
759geoprocessamento do país e o título da matéria era “um cadastro ambiental para
760todos. Com o ambicioso objetivo de registrar 5.400.000 propriedades rurais até 2014,
761o Ministério do Meio Ambiente dá um grande passo para criar nova cultura de
762compartilhamento de dados no Brasil”. Isso significa um novo espaço de atuação dos
763órgãos ambientais no âmbito da sociedade e no âmbito dos governos. Compartilhar
764informação é também compartilhar visões e finalmente buscar um caminho de maior
765integração entre as políticas ambientais e as políticas de desenvolvimento de seus
766estados e da União, e com o engajamento da sociedade. O Cadastro é uma
767oportunidade única para isso, e como eu citei aqui exemplos tanto do envolvimento do
768Planejamento, quanto do Ministério do Desenvolvimento Social, quanto do Ministério
769do Desenvolvimento Agrário, nós estamos integrando políticas. Nós estamos vendo a
770integração da Política de reforma Agrária, nos estamos vendo a integração da Política
771de Erradicação da Pobreza e nós estamos vendo a integração de toda a política de
772geração e de formação oficial do país. E vamos buscar caminhos de integração
773da esfera federal. Entendo ser uma oportunidade ímpar para os estados e municípios
774no engajamento do Cadastro, principalmente dos estados que terão que fazer esse
775Cadastro Ambiental Rural, preferencialmente além dos municípios, um trabalho de
776integração com outras secretarias de governo e com outra visão, como o próprio

777representante do Rio de Janeiro indicou que estaria fazendo uma parceria com outros
778sistemas do governo estadual para trabalhar uma visão mais integrada com um
779instrumento extremamente moderno, que são essas imagens de satélite e
780geoprocessamento. Então são oportunidades que estão sendo criadas politicamente
781pela implementação do Cadastro, e mais do disso, essas oportunidades também
782refletem a envergadura política de atores que buscam acompanhar a implementação
783do Cadastro. Esses atores não estão limitados ao Conama. Então nós entendemos
784que o Conama deva ser um espaço importante de acompanhamento e de informes,
785mas o Ministério do Meio Ambiente criará uma Comissão de Acompanhamento que
786contará com um membro do Conama e com entidades que não estão no Conama
787representadas, mas que são absolutamente estratégicas para a implementação do
788Cadastro Ambiental Rural. Então nós teremos o desdobramento disso. É
789pessoalmente como isso vai ser debatido, vai ser constituído, e mais do que isso,
790mais do que fazer o cadastro, temos que entender como isso acontecerá nos estados
791e municípios do ponto de vista das aplicações do PRA e do ponto de vista dos
792programas de recuperação e de regularização ambiental que serão adotados pelos
793conselhos estaduais de meio ambiente e pelos regulamentos específicos em cada
794estado. O trabalho tem que ser feito com várias mãos e é um trabalho que vai
795requerer uma nova inteligência política da área ambiental em torno do mobilizar todos
796os seus atores e dialogar com outros atores que não necessariamente estão na área
797ambiental, mas que são atores determinantes para o sucesso da implementação do
798Código Florestal. Então chamo a atenção sobre esse aspecto e mais do que isso,
799chamo a atenção sobre as responsabilidades que os estados têm nos seus conselhos
800estaduais, nas suas secretarias na regulamentação do Código na sua esfera local. É
801importante buscar caminhos de diálogo com o Conama também sobre isso. Então é
802importante que se debata como os estados estão pensando em fazer esses
803desdobramentos e as suas regulamentações e como nós teremos acesso a essas
804informações e podemos trabalhar isso na integração do SICAR, na criação, na
805implementação do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural. Essa base, se bem
806feita e será bem feita, vai dialogar com os sistemas oficiais do Brasil, com todos os
807sistemas que nós chamamos de dados oficiais do país. Portanto, nós teremos, no
808dever do SICAR, muito diferente do que foi feito, a tradição que nós temos de fazer
809cadastro ambiental rural para conter o desmatamento da Amazônia, nos teremos um
810cadastro de referência de políticas públicas que será apropriado por outros segmentos
811de governo, não só na esfera federal, mas na esfera estadual e na esfera municipal.
812Daí o desafio que nós temos de formular esses novos caminhos. Um segundo assunto
813que entrará em pauta este ano será certamente, como eu disse anteriormente, a LC
814140 e aqui tem o debate tanto do licenciamento e tem o debate efetivo de temas
815importantes que a Lei Complementar trata. Eu falei de fauna, mas tem o problema da
816questão da fiscalização, tem a questão da ação subsidiária, tem a questão da
817supletividade. Aliás, um dever de casa que eu quero aqui reconhecer publicamente, o
818trabalho político feito pela Abema ao longo de 2012 que construiu uma proposta de
819debate com os estados. Essa proposta é uma proposta que baliza uma visão de como
820nós podemos trabalhar as tripartites estaduais, como nós vamos entender a formação
821das tripartites locais e a tripartite nacional tem um objetivo muito mais estreito. Ela tem
822uma visão mais geral e exceto pela questão das tipologias de licenciamento, nós

823temos que eleger um membro do Conama. A sugestão do Ministério do Meio
824Ambiente é que o Conama decida, no seu processo de eleição, que é absolutamente
825democrático, o Ministério vai dar essas diretrizes, um membro que representará o
826Conama na tripartite nacional. A tripartite nacional deverá ser representada, na União,
827pelo Ministério do Meio Ambiente, pela Advocacia Geral da União e pelo Ministério do
828Planejamento. Em nenhum momento a Lei fala que é somente ambiental. Fala do
829Poder Público Federal. Então a orientação é que nós vamos discutir isso na
830envergadura de desenvolvimento, divisão estratégica e desenvolvimento do país. Nós
831fizemos uma consulta à Abema, fizemos uma consulta ontem à Anamma, enfim,
832buscando na realidade espaços para concluir como isso também tem uma sinergia
833com as tripartites estaduais e municipais. Isso tem que ser a partir da escolha dos
834senhores. Sugestão que nós temos é que possamos ter, por cada segmento que não
835seja o Poder Público, como a própria Lei define, a definição de um nome, se tem uma
836eleição via internet como nós fazemos para eleger um representante do Conama. Mas
837nós daremos as diretrizes e entendemos que entre os vários segmentos que estão
838aqui representados, vocês possam escolher um representante que vai participar da
839tripartite nacional no primeiro momento, definindo tipologias e diretrizes gerais. Esse é
840o espírito que vai nortear o debate, até porque nós entendemos que é dentro do
841conjunto dos diálogos que o Ministério tem, preparatórios à reunião do Conama, há
842uma sinalização concreta do Miguel de que o Conama também seja um espaço de
843debate de um dia a cada três meses... Aí tem que ver como é o processo, debater as
844políticas ambientais verticalmente, escolhendo um tema. E o primeiro tema está na
845pauta, por sugestão do segmento não governamental é exatamente o licenciamento
846ambiental. Aliás, esse tema está pelos estados, esse tema está pela União, esse tema
847está pelos municípios e está pelo empresariado. Então, na realidade, nós temos aqui
848um desenho possível de aproveitar a ideia do Miguel e o Conama debater sobre a
849questão do licenciamento ambiental, a necessidade de modernização, os diferentes
850pontos de vista, as diferentes percepções e as interferências... Você pode fazer esse
851debate com a FUNAI... Todos os representantes aqui estão presentes. Isso pode ser
852dito. Eu acho que é um espaço rico. Isso traduz aquilo, com muita clareza, Miguel, que
853eu sempre digo, do Conama ser um espaço político de debates e de buscar traçar
854novos caminhos. Isso seria uma sugestão, como tem sugestão para Unidade de
855Conservação, tem sugestão para produção e consumo sustentável, enfim. Tem temas
856específicos que possam ser debatido e traduzidos com isso, refletindo uma pauta que
857o Conama iria se debruçar, inclusive naquilo que abrange o seu caráter deliberativo.
858Então eu sugeriria, do ponto de vista de LC 140, que nós pudéssemos por foco tanto
859na definição do nome do Conama para a tripartite, como também da pauta de uma
860próxima reunião, em que nós discutiríamos licenciamento ambiental, segundo
861proposta que está sendo apresentada... Iniciativa inicialmente das ONGs, mas que
862tem acolhimento em todos os segmentos desse Plenário. Um terceiro aspecto que eu
863gostaria de chamar a atenção diz respeito à Conferência, que foi apresentada aqui
864pela Dra. Samira, nos mostrando o rumo, o foco, e aí, Mauro, eu gostaria de destacar
865duas coisas da sua fala: o Ministério do Meio Ambiente tem, no seu site, uma
866avaliação da implementação de todas as deliberações das conferências anteriores. Eu
867não sei se você já leu isso. Só na Política Nacional de Mudança do Clima, 80% das
868recomendações feitas foram absolvidas pela Política Nacional. 80%. A média é em

869torno de 70 a 80%. Uma das recomendações das conferências sobre a Política
870Nacional de Resíduos Sólidos é que o Governo Federal apoiasse a aprovação da
871Política Nacional de Resíduos Sólidos no Congresso Nacional. Eu acho que mais
872explícito do que nós fizemos, é impossível. Então o Ministério dispõe dessa
873ferramenta. O nosso sentido é de aprimorar cada vez mais e entender que
874engajamento é esse das recomendações, como nós podemos traduzir não só nas
875políticas nacionais, mas nas políticas estaduais. O que falta talvez é nós explicitarmos,
876das recomendações das conferências estaduais, como isso está traduzido nas
877políticas estaduais e municipais. É esse diálogo que o Conama precisa trazer para a
878mesa. Não é só cobrar da União. Eu estou cobrando agora de todos, porque nós
879temos um balanço e quero chamar a atenção ao seguinte: os membros do Conama
880são delegados natos da Conferência. Legitimamente vocês têm um papel de cobrar a
881implementação e dizer como isso reflete, como se volta para a sociedade. A
882Conferência não é um espaço para poder ouvir somente. É um espaço para ouvir,
883avaliar, trabalhar, agir e devolver para a sociedade essa avaliação de resultados.
884Então eu gostaria muito que o Conama debatesse, por exemplo, as recomendações
885estaduais das conferências estaduais e municipais e como isso está sendo visto nos
886principais municípios. A outra questão que eu chamo a atenção sobre a Conferência,
887além da fala do nosso Roney, é a minha expectativa, a expectativa política da
888Ministra, que a Conferência possa gerar os insumos necessários para nós
889constituirmos um caminho, de criar uma Política Nacional de Produção e Consumo
890Sustentável no Brasil. Nós temos um Plano Nacional, que é referência internacional,
891nós tiramos esse tema do limbo, nós colocamos isso dentro da agenda da Rio+20,
892isso vai agora para o debate das negociações de 2013 a 2015 e é um dos temas mais
893sensíveis para um país desenvolvido, querer mudar os seus padrões de produção e
894consumo e eu acho que nós temos espaços, dependendo do que venha de resultado
895da Conferência, de criarmos os insumos para caminharmos em torno da proposição
896de uma da Política Nacional de Produção e Consumo Sustentável. Isso é um desafio
897que eu coloco não só para o Ministério, mas para todo mundo que vai estar envolvido
898na Conferência e que dialoga com as prioridades do Ministro Gilberto Carvalho, que
899aqui não está conosco, mas esta em Roma com a Presidenta. Se não, estaria
900conosco fazendo esse lançamento oficial e eu agradeço a presença do Raimundo.
901Então é importante que nós possamos entender como essas recomendações se
902desdobram em ações específicas ou em novos processos políticos, e esse talvez seja
903um dos maiores desafios das conferências: serem visíveis quanto aos processos
904políticos que elas são capazes de disparar, e que às vezes leva um tempo para ser
905amadurecido, mas que os resultados a sociedade vai aprender certamente. Então fica
906aqui a colocação estratégica, do meu ponto de vista, de nós buscarmos insumos para
907uma nova política, e mais do que nunca, o diálogo com a sociedade, com o setor
908produtivo, com aqueles que estão envolvidos, com os vários parceiros da produção e
909consumo sustentáveis, esse diálogo possa de fato refletir no novo caminho, no novo
910processo político de construção de uma nova política para o Brasil. Eu gostaria de
911chamar a atenção do meu último ponto para um tema que a Secretaria de Mudança
912do Clima do Ministério está trabalhando, que é na realidade uma leitura sobre as
913políticas estaduais de clima. É a Política Nacional de Mudança do Clima e como isso
914se desdobra com os desafios que o Brasil tem pela frente e o novo processo de

915negociação de mudança do clima, que acontece a partir de 2013. Isso é uma
916prioridade. É importante fazer uma avaliação do que está acontecendo no Brasil, não
917só do ponto de vista de mitigação, mas de adaptação: que medidas inovadoras deram
918certo, que medidas na realidade não deram certo, como isso está dialogando com as
919estratégias do setor privado em relação à mitigação. Tem muita empresa, e eu tenho
920acompanhado vários debates, muito engajamento setorial sobre a discussão de
921mudança do clima e a Secretaria de Mudança Climática está encarregada de fazer
922esse debate. Eu sugeriria que o Conama pudesse, mais à frente, se debruçar um
923pouco sobre o processo de negociação de clima. O que acontecerá nos próximos dois
924anos, que vai dialogar com clima, o desenvolvimento sustentável, a proteção dos
925oceanos e a nova agenda pós 2015, que eu sigo semana que vem para Bali para
926discutir isso com o pessoal da ONU. Então, na realidade, tem uma agenda enorme
927que dialoga com esse Conselho, uma agenda que é global e é local em todas as
928instâncias e tem o protagonismo do Brasil, um protagonismo em torno de buscar s
929novos contextos de diálogo político com a sociedade e de inovar nas soluções pós
930(...). Eu acho que esse caminho, na minha opinião, necessariamente passa pelo
931Conselho Nacional de Meio Ambiente e pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos
932e pela Conaflor e pela Conabio. Entendo ser isso uma prioridade. Nós estamos
933modelando isso como prioridade em torno do chamado ano 2013 e entendemos que
934se faz absolutamente necessário que tenhamos uma definição de como o Conama
935gostaria de trabalhar ou de proposta inovadora para trabalhar com essa envergadura
936de temas. Licenciamento talvez seja a bola da vez, Dr. Paulo, como foi o Código no
937ano passado. Os diálogos no Congresso crescem em relação ao licenciamento
938ambiental e nós temos aí uma prioridade de buscar que caminhos são esses
939particularmente entre Abema e Anamma naquilo que vai envolver a aplicação da LC
940140. Lembro que a competência do licenciamento é por lei, estadual, e em caso
941específicos, do município e em supletividade, em casos muito específicos, mais
942específicos ainda, para a União. Então é isso que está no espírito da 6938, isso que
943modelou a decisão e, aliás, é um dos alicerces do Sisnama e foi preservado pela LC
944140. Nós temos que entender que envergadura é essa de licenciamento ambiental no
945Brasil, que rotinas serão essas que podem ser aprimoradas e como esse debate
946acontecerá com a sociedade Brasileira. Portanto, o debate não se limitará ao
947Conama. Este é um assunto que transcende a área ambiental. Nós temos que estar
948preparados para dialogar. Então eu quero, mais uma vez, saudar os conselheiros,
949agradecer a presença de todos, desejar uma boa reunião. O Dr. Francisco Gaetani vai
950conduzir a reunião a partir de agora e dizer que nós estamos abertos para não só o
951diálogo, para a construção de soluções inovadoras em relação à Política Nacional de
952Meio Ambiente. É preciso mudar no rumo da sustentabilidade, aperfeiçoar,
953respeitando os legados, mas sendo capazes de inovar e sermos capazes de liderar
954nossas mudanças e não que outros que não entendem da área ambiental possam
955fazer mudanças em nosso nome. Eu acho que é o contrário: a área ambiental tem que
956liderar suas mudanças. Está aqui o desafio mais uma vez para um ano que eu
957prometo a vocês que não será nada tedioso. Será cheio de grandes emoções e
958emoções positivas. Obrigada a todos. Uma boa reunião e um bom dia, bom trabalho e
959sejam bem-vindos à Conferência, sejam bem-vindos ao Cadastro Ambiental Rural,
960sejam bem-vindos à discussão do licenciamento, sejam bem-vindos à discussão de

961mudança do clima e de produção e consumo sustentável. São os desafios que estão
962colocados à mesa e ainda tem um último desafio, que é: o Ministério... Eu vou
963anunciar aqui em primeira mão: está criando uma Diretoria de Proteção aos
964Ecossistemas Marinhos e Costeiros dentro da Secretaria de Biodiversidade e isso já
965conta, o Dr. Humberto Brandão Cavalcante está aqui, com a primeira vitória: um
966trabalho feito... A proposta do Brasil foi aceita na Cites entrando a proteção dos
967tubarões e das arraias. Então isso coloca realmente a discussão sobre biodiversidade
968marinha, sobre ecossistemas costeiros e marinhos em outro patamar dentro do
969Ministério. É a primeira vez que o Ministério passa a ter uma área dedicada na
970instância de Diretoria para isso. Então nós estamos pensando, e aí estados costeiros,
971vamos começar a discutir como incrementar a proteção da conservação e como
972trabalhar com maior eficácia a alocação de recursos para proteção de ecossistemas
973marinhos e costeiros. E a última notícia boa: nós estamos repatriando a arara azul e
974chegando ao Brasil... Já chegou um casal. Estão vindo mais 3 e estamos com uma
975Política de repatriamento dessa espécie que é extinta na natureza e referência no
976Brasil e é, para nós, um reconhecimento público do trabalho do Instituto Chico
977Mendes de uma determinação conseguirmos voltar com esses indivíduos para o
978Brasil. Então eu deveria estar recebendo e vamos iniciar com isso um novo caminho
979de repatriamento de espécies e condução dessas espécies aos seus *habitats* naturais
980no Brasil. Isso eu acho que é um dos grandes desafios e me lembro do senhor, Dr.
981Paulo, quando (...), discutindo Raso da Catarina, e eu escrevendo projeto na sua casa
982para criar a Unidade de Conservação. Então fica aqui o compromisso de nós
983podermos avançar com o repatriamento de espécies e trabalhar a questão da fauna
984também com uma prioridade no debate desse Conselho. Obrigada a todos e um bom
985dia de trabalho.

986

987

988**O SR. MAURO MACIEL BUARQUE (ANAMMA)** – Ministra, me permita aproveitar
989esse espaço para lhe entregar o convite para o Encontro Nacional nosso que vai
990acontecer em maio e eu queria até destacar na sua fala aqui, com muita felicidade,
991nós escutamos várias vezes a senhora dizer do fortalecimento do Sisnama. Eu acho
992que a Lei Complementar é só um aspecto desse movimento que nós precisamos fazer
993aqui no Conselho, em que nós temos municípios com gestores passivos, nós temos
994conselheiros aqui que ainda não entenderam a competência constitucional do
995município, nós temos gestores no Ibama. Então nós precisamos de fato fazer essa
996discussão e nós temos um temário que nós vamos incorporar tudo isso que a senhora
997falou e nós queremos trazer uma contribuição, e no final nós temos a eleição da nova
998Diretoria Nacional da Anamma, que está aí como início de gestão para todos os
999municípios, com muita vontade de continuar nessa parceria com o Ministério, que é,
1000eu acho que o parceiro junto com a Abema, da gestão ambiental no Brasil.

1001

1002

1003**A SRª. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** – Obrigada,
1004Mauro. Eu irei com o maior prazer e nós teremos uma (...). Nós teremos a Anamma e
1005Abema. Então nós temos aí um processo importante de construção e de debate sobre
1006proposta, que seria importante o Conama debater propostas da Diretoria, como está

1007sendo visto e etc., para nós darmos transparência ao processo. Eu estarei no
1008encontro, com maior prazer. Obrigada a todos. Um bom dia de trabalho, sucesso e um
1009bom ano de trabalho para todas nós. Obrigada.

1010

1011

1012**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIA** – Nós damos por encerrada essa cerimônia e a
1013Reunião Ordinária do Conama seguirá conforme s programação.

1014

1015

1016**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do Conama)** – Pessoal, não
1017podemos nos dispersar. Por favor, vamos começar os trabalhos logo. Nós temos uma
1018pauta extensa, vários informes. Primeiro, eu queria lembrar: nós estamos dando
1019posse também ao Razan, o representante da ONG que não estava aqui presente na
1020hora, estava trabalhando para o Grupo. O consideramos empossado. Nosso primeiro
1021ponto de pauta é aprovação da transcrição da 108ª Reunião Ordinária, de 28 e 29 de
1022novembro de 2012. Aqueles que têm alguma objeção, por favor, se manifestem.
1023Consideramos então aprovada por unanimidade a transcrição da 108ª Reunião
1024Ordinária. Nós vamos dar início agora à tribuna livre. Nós temos um conjunto de
1025inscritos. Eu peço a todos que, por favor, tentem se ater aos três minutos
1026regulamentares e vamos dar início então aos nossos inscritos na tribuna livre.

1027

1028

1029**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Bom dia, Secretário, bom
1030dia, senhores conselheiros. Eu gostaria de vir à tribuna para reiterar, diante da entrada
1031do outono novamente e de um período crítico para cidade de São Paulo, a nossa
1032missão de revisão da Resolução que estabelece valores indicadores de padrões de
1033qualidade do ar para o Brasil. Eu usei a tribuna pelo menos uma 20 vezes para fazer
1034esse pedido desde 2008 e esse processo caminha lentamente dentro do Ministério, de
1035forma inaceitável. Para que vocês tenham uma ideia, o tamanho desse auditório
1036multiplicado por 50 vezes a quantidade de pessoas nesse auditório é o que morre em
1037São Paulo de população devido a episódios de poluição atmosférica por ano. Quando
1038nós nos sensibilizamos pelos deslizamentos do Rio de Janeiro, que mataram 16
1039pessoas, é uma tragédia, quanto mais nós imaginarmos 7 mil pessoas por ano por
1040conta de poluição atmosférica numa cidade como São Paulo. Nós estamos com
1041padrões devassados, se não me engano, vai para 23 anos. Então eu faço novamente
1042esse apelo, para que nós não passemos mais um inverno sem iniciar a discussão de
1043atualização dos padrões de qualidade do ar. Atualização de padrões de qualidade do
1044ar implica no estabelecimento de políticas públicas para nós atingirmos as metas de
1045um ambiente saudável, para que essa população possa sobreviver. Então eu diria que
1046é inaceitável a demora sem justificativa do Ministério no sentido de nós iniciarmos
1047essa discussão já solicitada pelo PROAM desde 2009, formalmente. A outra questão
1048que eu gostaria de ressaltar, e eu vou puxar um pouquinho a brasa para a minha
1049sardinha, o PROAM volta como uma entidade nacional, eleita pelas entidades de todo
1050o Brasil como uma entidade ambientalista e nós fizemos uma campanha de
1051qualificação da Região Sudeste no sentido de reforçar a bancada ambientalista e
1052trouxemos aqui dois especialistas, que são um reforço muito grande para esse

1053 Conselho, que eu gostaria de compartilhar com senhores a presença deles aqui. Um
1054 deles, Professor Paulo Jorge Morais de Figueiredo, que está aqui conosco, da
1055 Universidade de Piracicaba, antiga entidade tradicional ambientalista, e é uma das
1056 maiores capacidades brasileiras sobre capacidade de suporte ambiental. Foi aluno do
1057 Eugeni Odum, que é o pai da teoria capacidade de suporte, da Universidade da
1058 Geórgia. Lá, o Paulo fez o seu doutoramento com o pessoal (...). Então nós temos
1059 esse reforço e, além disso, Marcos Polilanno, que é muito reconhecido no Brasil pelo
1060 seu trabalho como epidemiologista, ligado á questão de recursos hídricos. Então eu
1061 fico muito feliz de receber da bancada ambientalista, dentre todas as outras pessoas
1062 de outras regiões, muito qualificadas, essas pessoas que foram eleitas do Sudeste,
1063 que são, para nós, referência de ponta na área de gestão ambiental e de
1064 sustentabilidade. Obrigado.

1065

1066

1067 **A SRª. LISIANE BECKER (MIRA-SERRA)** – Eu gostaria de trazer um assunto
1068 bastante relevante. Para ser bem breve, eu vou ler. Nós viemos aqui para apelar que
1069 seja regulamentado o Fundo de Restauração da Mata Atlântica, criado pela Lei
1070 11.428, de 2006. Esse Fundo é essencial para aplicação da legislação e
1071 implementação de políticas e ações que contribuam para a conservação e
1072 recuperação do bioma e, por conseguinte, na minimização dos efeitos adversos das
1073 mudanças climáticas, como foi falado aqui hoje. Dezenas de municípios estão
1074 elaborando os seus planos municipais de Mata Atlântica, com vários deles já
1075 aprovados pelos seus respectivos conselhos municipais de meio ambiente. É bom
1076 lembrar que a construção de cada plano envolve grande mobilização para formulação
1077 de metas, ações e prazos. A grande expectativa da sociedade nos próprios
1078 municípios, e aqui entenda-se Legislativo e Executivo, para que esse planejamento
1079 possa ser viabilizado, sendo o Fundo de Restauração da Mata Atlântica apontado
1080 como um dos possíveis e importantes pontos do apoio para isso. Passados 7 anos da
1081 publicação dessa Lei e após discussões sobre o formato do fundo e seu agente
1082 financeiro, entendemos que é urgente e necessária a regulamentação do Fundo de
1083 Restauração da Mata Atlântica. Por oportuno, destaco que igualmente urgente é a
1084 adequação dos mapas dos biomas que não consideram a Lei da Mata Atlântica e seu
1085 Decreto Regulamentador 660/2008, lembrando que a legalidade vai dos municípios.
1086 Surpreende-nos que o Ministério do Meio Ambiente almeje políticas públicas para o
1087 bioma sem que o mapa de aplicação dessa Lei seja referência para o expressivo
1088 número de municípios, como os da Região Sudeste do Rio Grande do Sul, que são
1089 considerados como Pampa, e na realidade estão dentro dos ecossistemas associados
1090 à Mata Atlântica e até mesmo para os ministérios que têm utilizado o ultrapassado
1091 mapa dos biomas. E como exemplo bem recente... Eu até trouxe uns mais antiquinhos
1092 desse ano, a publicação que está sendo distribuída ali na frente aparece novamente o
1093 mapa dos biomas e não o de aplicação da Lei e do Decreto. Então vários estados:
1094 Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Piauí, não encontram amparo nesse mapa. Isso
1095 leva à aplicação equivocada de políticas públicas, a deterioração do meio ambiente e,
1096 conseqüentemente, a problemas de eventos extremos climáticos. Também tem a
1097 questão do FUNBIO, da agenda desse ano, 2013, que também mostra... Traz aqui...
1098 Isso aqui inclusive foi distribuído em um evento patrocinado pelo FUNBIO para planos

1099de Mata Atlânticas e políticas públicas para o bioma. Novamente aparece o mapa dos
1100biomas e não o da Lei, do Decreto. Temos duas publicações, do Ministério do Meio
1101Ambiente e do Ibama, onde aparece aqui na capa um ecossistema de campos de
1102altitude, que é um ecossistema associado à Mata Atlântica, colocado como pampa.
1103Em uma publicação mais recente, tiraram a araucária, mas todos os mapas contidos
1104dentro da publicação são o mapa do bioma. Então isso é um desserviço para o meio
1105ambiente e eu não acredito que ainda estejamos a 07 anos da Lei e continuemos
1106usando mapas ultrapassados, que levam à total ilegalidade. Eu vou aproveitar e
1107entregar ao Ministério uma publicação feita por recursos de um projeto do PDA com o
1108Ministério do Meio Ambiente sobre planos de Mata Atlântica, de recuperação e
1109conservação da Mata Atlântica desenvolvidos pela MIRASERRA, que são 03 ONGs
1110apoiadas pelo edital, selecionadas. Então aqui nós temos o manual e o mais
1111importante: esse DVD, que são 4 planos de conservação e recuperação da Mata
1112Atlântica em 4 estados do Sul e Centro-Oeste. Então são municípios de Curitiba com
1113seu plano aprovado de Mata Atlântica, que espera a regulamentação desse Fundo,
1114temos o município de Igrejinha, no Rio Grande do Sul, que fez também, temos
1115também o município de Jardim, no Mato Grosso do Sul e o município de Dona Ema,
1116em Santa Catarina, que fizeram mobilização social, aprovaram seus planos em
1117Conselho e aguardam a regulamentação da Lei. Muito Obrigada.

1118

1119

1120**SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Lisiane, eu queria
1121aproveitar que o Dr. Roberto Cavalcanti, nosso Secretário de Biodiversidade e
1122Florestas está ali, eu queria que você levasse uma palavrinha com ele, um paralelo
1123em relação ao assunto dos mapas. Em relação ao assunto do Fundo, depois nós
1124vamos retomar esse assunto com vocês mais adiante.

1125

1126

1127**SR. PAULO** – É um assunto relacionado com esse assunto e com outros assuntos.
1128Eu quero me referir às palavras da Ministra, que é Presidente do Conama e ela abriu
1129ao Conama claramente à possibilidade de constituir comissões de alto nível, nacionais
1130e até com a ajuda internacional para tratar de alguns problemas básicos de meio
1131ambiente. Então eu acho que o Conama deve pensar nisso para nós podermos fazer
1132as comissões de alto nível, que terão certamente enorme importância não somente na
1133preservação da natureza, mas também em relação à poluição do ar e outros
1134problemas que são essenciais, digamos assim. A solução dos problemas são
1135essenciais para salvar vidas humanas.

1136

1137

1138**SR. MIGUEL SCARCELLO (SOS Amazônia)** – Bom dia, Senhor Secretário. Bom
1139dia, senhoras e senhores conselheiros. Eu quero aqui aproveitar para agradecer e
1140parabenizar a Secretaria Executiva do Ministério pelo avanço das nossas conversas
1141no âmbito do CIPAM para que nós coloquemos em discussão as políticas ambientais
1142do país e nós possamos trazer essas avaliações aqui para o nosso Plenário. Eu acho
1143que vai ser muito útil e podemos enriquecer muito o nosso trabalho aqui dentro e todo
1144o trabalho de conservação que o país está desenvolvendo, e superar os gargalos

1145que nós detectamos, e são muitos, e os problemas que estão ocorrendo no país todo.
1146Quero aproveitar aqui parabenizar também a iniciativa do Ministério do
1147Desenvolvimento Agrário, através do INCRA, junto também, creio que também com o
1148Ministério do Meio Ambiente, por ter lançado o edital para a realização de assistência
1149técnica e extensão rural nas reservas extrativistas. Eu acho que isso cumpre uma
1150parte das demandas que o movimento tem feito pela ausência nas reservas
1151extrativistas e por poder, com isso, dar uma perspectiva de incrementar atividades
1152produtivas compatíveis com as finalidades dessas reservas extrativistas. Então é o
1153primeiro edital que está saindo agora para muitas reservas extrativistas na Amazônia.
1154Então eu acho que isso vai ser superimportante. Eu quero anunciar também aqui uma
1155iniciativa também pioneira que a SOS Amazônia lá no Acre tem desenvolvido em
1156parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário através de um edital para
1157desenvolver assistência técnica e extensão rural, onde pela primeira vez, eu não
1158tenho notícia aqui no país ainda, mas no Acre também, nós conseguimos acertar, em
1159parceria com o ICMBio, autorização para iniciarmos um trabalho de assistência
1160técnica com 170 famílias dentro do Parque Nacional da Serra do Divisor. É um
1161trabalho pioneiro de assistência, mas combinado a uma perspectiva de desenhar com
1162essas famílias, junto com o ICMBio, os termos de compromisso que são estabelecidos
1163no âmbito do SNUC. Então eu quero ressaltar isso, porque é inédito. Os anos todos
1164de trabalho que nós temos tido na região, praticamente era impossível nós termos
1165uma iniciativa como essa. Então eu acho que é relevante, mas é importante que haja
1166continuidade desse processo. Então eu quero reiterar aqui junto ao MMA e ao
1167Ministério do Desenvolvimento Agrário que pensem na continuidade de ações como
1168esta. Ela, em um ano só, pouco se faz e a construção leva-se tempo. Então a
1169renovação desses editais, como esses de agora que eu falei antes das RESEX,
1170também para se trabalhar em unidades de proteção integral, são muito bem-vindas e
1171com certeza vão ajudar muito o ICMBio na gestão dessas áreas. Era isso aí.

1172

1173

1174**O SR. ALTAMIRO ALVES FERNANDES (IBRACE)** – Bom dia a todos e a todas.
1175Quero. Nesse momento, cumprimentar a todos os conselheiros e conselheiras que
1176estão presentes. Em especial, queremos cumprimentar aqui os conselheiros e as
1177conselheiras que ora deixam esse momento, esse local de discussão tão importante
1178que nós temos no país. E também cumprimentar esses conselheiros e conselheiras
1179que agora estão também integrando esse grupo. Senhoras e senhores, 1988 nós
1180tivemos a revisão da nossa Constituição e naquela feita nós conseguimos reconhecer
1181alguns biomas como patrimônio nacional. Naquela feita, Cerrado e Caatinga não
1182foram reconhecidos como patrimônio nacional e as políticas de defesa,
1183sustentabilidade, preservação estão sendo direcionadas, no nosso país,
1184diferentemente para aqueles que são considerados como patrimônio. Então nós
1185queremos aqui que nós tenhamos a oportunidade, no Conama, de todos os
1186conselheiros e conselheiras, que nós possamos novamente vir a discutir esse tema.
11871995, há 18 anos foi apresentada a Proposta de Emenda Constitucional para
1188reconhecer esses dois biomas que tão grande importância têm para a nosso país.
1189Aliás, o Cerrado Brasileiro é o único que perfaz com todos os outros biomas,
1190excluindo somente o pampa, que são os campos sulinos. Então essa importância da

1191 interação ambiental que nós temos nos nossos biomas, se nós não reconhecemos
1192 também o Cerrado como patrimônio nacional, nós teremos um prejuízo muito grande.
1193 Não somos contra, em momento algum, o sistema produtivo que está implementado
1194 no Cerrado, que é totalmente diferente do que está sendo implementado na
1195 Amazônia. Queremos a Amazônia preservada, mas queremos discutir também a
1196 preservação do Cerrado Brasileiro, que é rico em biodiversidade e é o nosso berço
1197 das águas. E inclusive o Distrito Federal, que está dentro do bioma Cerrado e nós não
1198 conseguimos, há 18 anos, pautar essa discussão no Congresso Nacional. Obrigado.

1199

1200

1201 **O SR. TADEU SANTOS (Sócios da Natureza)** – Bom dia a todos. Eu inicialmente
1202 tinha feito um documento cumprimentando a Ministra Izabella Teixeira e
1203 cumprimentando o Dr. Paulo Nogueira e estaria cumprimentando todos os demais
1204 presentes no resto da plenária. Meu nome é Tadeu Santos. Sou representante das
1205 entidades ambientalistas da Região Sul pela segunda vez. Meu mandato foi 2009 e
1206 2010 e a nossa região de atuação é uma das 14 áreas mais poluídas do Brasil, de
1207 acordo com o Decreto 85.206, de 1990, uma região carbonífera, região também
1208 epicentro do Furacão Catarina. Esse documento que nós entregamos para a Ministra
1209 há pouco tempo, fazendo uma referência a uma frase da Ministra que consta no *site*
1210 do Ministério do Meio Ambiente, onde diz que o Conselho é hoje o espaço
1211 democrático e recepciona as diferenças de opinião e de pensamento e que também
1212 representa o ideal de luta pela consolidação da democracia dos últimos 30 anos. É o
1213 espaço legítimo para a mudança do meio ambiente do país. A nossa grande
1214 preocupação pode ser traduzida pelo temor da consolidação da impunidade. Em
1215 relação à degradação ambiental, é preciso reconhecer que todos nós somos
1216 culpados, mas poucos realmente dão punidos com a obrigação de recuperar o dano
1217 causado. Independente de pagamento de multa, como poderemos melhorar a
1218 situação? Esse é um questionamento. Penso que o Conama precisa apoiar o Ibama a
1219 atuar com mais agilidade, de forma que cada punição transforme-se em exemplo
1220 pedagógico a não ser seguido por outro empreendedor, afinal temos uma das
1221 legislações mais perfeitas do mundo. E como explicar o desrespeito à legislação
1222 ambiental vigente? Como poderemos educar ambientalmente a população brasileira
1223 para conservação? No caso, o conceito de conservação seria preservação,
1224 recuperação e uso sustentável, se até o momento não existe um trabalho contínuo de
1225 educação ambiental para prepará-la para uma interação mais harmônica com o
1226 ambiente? Os conflitos que existem na nossa região, os impactos ambientais que
1227 tanto comprometem os nossos sistemas, causando desequilíbrio ecológico e,
1228 conseqüentemente, afetando a nossa biodiversidade, existe em todas as regiões do
1229 país e também causam os mesmos problemas devido aos licenciamentos irregulares.
1230 Os EIA/RIMA são tendenciosos, a grande maioria é tendenciosa. As audiências
1231 públicas são verdadeiros cenários de cinema, de teatro, que são totalmente
1232 manipuladas pelo interesse de empreendedor. É tudo um faz de conta. A grande
1233 maioria. Nem todas. Como por exemplo, o caso da térmica à carvão, que depois de
1234 um processo de licenciamento mal conduzido, recebeu a LAI na casa do Governador
1235 no último dia de mandato. Santa Catarina aconteceu isso. Que só não foi construída
1236 porque abençoada, agora não é mais abençoada, Portaria 498 do Ministério de Minas

1237e Energia não permitiu que térmicas a carvão mineral participasse do leilão da ANEEL
1238Infelizmente eu fiquei sabendo agora de manhã que essa Portaria foi derrubada.
1239Então não é mais abençoada. Foi durante 3 anos. Deveria ser conduzida a um
1240processo de santificação. E o Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, com quase 756
1241megawatts, o maior da América do Sul, movida pelo combustível fóssil mais poluente
1242do planeta não tem fiscalização ambiental e o monitoramento dos gases,
1243principalmente do CO₂, é da própria usina. A própria usina que faz, porque não existe
1244uma legislação específica para esse tipo de emissão. E que a matriz energética
1245brasileira ainda permite e apoia esse tipo de energia que está na contramão da
1246história. Senhor Secretário, mediante esse caótico cenário que avança diariamente,
1247“políticos ocupados cargos inadequados na área ambiental” e outros que nós estamos
1248sabendo toda semana, no noticiário, de cargos de extrema importância, de relevância,
1249que exige capacitação ambiental, é ocupado por político por ser filiado, por ter sido
1250eleito e assim, por acordos. Esse cenário acontece em todos os biomas, como havia
1251falado, sem distinção, porque grande parte da atenção do Governo e das grandes
1252ONGs é para a Amazônia, porque parece que atendeu na Amazônia, atende aos
1253interesses dos países do norte. É obrigação desse Conselho rever conceitos que
1254sensibilizem todos os corações e mentes desse povo que polui. Uns porque não foram
1255educados para isso. Outros por relaxamento e outros por ganância mesmo. A tal de
1256ganância infecciosa que o Alan Crispa... Essa frase não fui eu que inventei. Foi o Ex-
1257Presidente do Banco Americano que disse: ganância infecciosa. E é o que está
1258acontecendo nesse país. Ganância infecciosa. Em todos os setores. É preciso que as
1259diretrizes e os princípios que o Dr. Paulo, quando criou o Conama, sejam revistas,
1260para que juntos, o setor governamental e a sociedade civil, possamos encontrar
1261soluções adequadas e viáveis para manter o equilíbrio ecológico que todos dizem
1262buscar. Se não houver essa busca de forma responsável, nós vamos ficar nesse blá,
1263blá, blá" a vida inteira. Concluindo, quero agradecer o Ministério, Dr. Francisco, por
1264haver criado essa simples cerimônia de posse, que foi reivindicação nossa ao Tonhão,
1265que era o Coordenador da CPCNEA, porque é uma coisa diferente dos demais outros
1266conselheiros, porque nós participamos de uma eleição durante dois meses e então eu
1267agradeço esse gesto simbólico da Ministra descer aqui, tirar foto e tal, porque na outra
1268vez que eu tomei posse em 2009, casualmente o Prefeito da minha cidade estava
1269aqui e ele veio para assistir a posse de um aranguaiense no Conama. Eu estava
1270sentado lá naquele canto e fiquei esperando a posse e a posse não veio. Meu nome
1271foi citado. Essa mudança eu acho que tem uma significância muito importante, e eu
1272espero que nesses dois anos de mandato, a sociedade civil representada aqui pela
1273maioria tenha uma harmonia com o Plenário e com o Ministério do Meio Ambiente.
1274Muito obrigado.

1275

1276

1277**O SR. ANDRÉ LIMA (Planeta Verde)** – Bom dia, Secretário Gaetani. Bom dia a
1278todos, senhores e senhoras. Fico feliz aqui de ver a nossa nova bancada
1279ambientalista. São três assuntos que eu quero apresentar. O primeiro é dizer que
1280esse ano a Lei de Gerenciamento Costeiro faz 2 anos e é bastante pertinente que
1281façamos uma avaliação da implementação dessa legislação no Brasil. O Brasil tem
1282uma lei interessante, comparando inclusive com outras legislações internacionais. É

1283uma Lei que é avançada, apesar dos 25 anos, mas é preciso que nós façamos a
1284avaliação da implementação dela. Então aqui agora eu falo em nome da Fundação
1285SOS Mata Atlântica, convidando a todos os senhores e pedindo ao Secretário Gaetani
1286a licença de depois enviar um convite ao Conama para que possa caminhar
1287formalmente esse convite aos senhores para participarem de um seminário que nós
1288realizaremos no dia 11 de abril, na Câmara dos Deputados, para tratar dos 25 anos da
1289Lei de Gerenciamento Costeiro e a necessidade de um marco legal de proteção dos
1290ecossistemas marinhos do Brasil. O segundo aspecto é uma sugestão que nós
1291fazemos também, passemos a régua nos 25 anos da Constituição Federal e a agenda
1292federal no Brasil. Fica só uma sugestão para depois nós trabalharmos. Mas o motivo
1293da minha fala aqui diz respeito à proposta que foi feita no ano passado, via CIPAM,
1294que foi já trabalhada e encaminhada pelo CIPAM ao Conama, de criação de um
1295Grupo Assessor para acompanhamento e apoio à implementação do Código Florestal
1296em todo o Brasil. Essa proposta foi encaminhada antes da Plenária de novembro, foi
1297trabalhada pelo CIPAM, foi transformada de uma proposta original de um Grupo de
1298Trabalho da Câmara de Florestas para um Grupo Assessor, isso foi aprovado no
1299CIPAM, conversei com o Secretário Gaetani ao final do ano, logo depois da última
1300Plenária e ele me orientou que nós pudéssemos delimitar melhor o escopo desse
1301Grupo de Trabalho e isso foi feito em um e-mail encaminhado ao Secretário no dia 14
1302de dezembro e apesar de não termos tido nenhuma resposta formal do Ministério, o
1303que eu quero registrar que eu fiquei até um tanto constrangido, Secretário, porque 03
1304meses sem ter nenhum retorno formal da proposta, eu acho que, como Conselheiro,
1305nós podemos trabalhar melhor a relação do Conselho com o Conama. Mas eu estou
1306entendendo que a fala da Ministra, em parte, atende essas formulação nossa. Então
1307eu estou querendo, na verdade, pedir uma informação. Se eu compreendi bem, a
1308Ministra disse que vai criar uma comissão de acompanhamento e apoio à
1309implementação do Código Florestal, com a diferença de que ela entende e sugere que
1310não seja uma Comissão do Conama, porque há outros atores relevantes nesse
1311processo, que não necessariamente estão aqui representados. Eu não consigo
1312compreender bem o porquê que atores que são interessados nesse processo e não
1313têm representação no Conama, seja via CNI, CNA, estados, diferentes instancias de
1314governos aqui presentes, além das organizações da sociedade civil. Então eu gostaria
1315de entender bem que outros atores além dos aqui representados se interessam pela
1316implementação do Código Florestal para justificar a não criação no âmbito do
1317Conama, mas a criação de uma Comissão externa ao Conama, com a participação de
1318um, dois ou três representantes do Conama. Eu só estou querendo compreender esse
1319argumento. Acho que a proposta atende, em parte, mas dentro do discurso da
1320Ministra de que ela tem por princípio, desde o início do seu trabalho, o fortalecimento
1321do Conama, eu insisto que essa proposta possa vir a ser assimilada para dentro do
1322Conama com a possibilidade de convidáramos um ou outro membro que não faz parte
1323do Conama para entregá-la como convidado especial, porque com certeza todos os
1324membros aqui do Conama têm muito interesse em ver essa Lei operar e funcionar na
1325prática. Então eu quero insistir na formulação de que o Conama crie o Grupo
1326Assessor e, assim não sendo aceito ou acatado pela Ministra, pela Presidência do
1327Conama ou pelo Plenário, o Instituto Direito por um Planeta Verde, na condição de
1328membro do Conama, já pleiteia uma vaga nessa comissão que há de ser criada, com

1329a recomendação muito informante, Secretário, de que ela seja criada antes do dia 26
1330de maio de 2013, que é o primeiro aniversário da nova lei florestal brasileira. No dia 26
1331de maio o novo Código Florestal faz um ano, vence o primeiro prazo para a
1332regulamentação dessa Lei nos estados, que são os programas de regularização
1333ambiental. Inclusive nós estamos colaborando lá com o Estado de Mato Grosso, o
1334Secretário está aqui pelo Instituto de Pesquisa Ambiental na Amazônia. Nós fazemos
1335parte da Comissão que vai regulamentar. Estamos acompanhando também no Pará,
1336estamos acompanhando, nos propondo a apoiar o Estado do Acre nessa
1337regulamentação e outros estados também. Então eu quero deixar esse pedido de
1338esclarecimento, reforçar a importância de o Conama conduzir esse processo,
1339incoerência com o discurso da Ministra de que quer reforçar o debate da política de
1340desenvolvimento sustentável e ambiental no Conama e em assim não sendo, pleitear,
1341pelo Instituto Direito por um Planeta Verde, um assento nessa Comissão que há de
1342ser criada, reforçando que ela seja criada até o dia 26 de maio, quando então a Lei
1343faz um ano de vigência. Muito grato.

1344

1345

1346**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Faltam três
1347intervenções. Eu vou pedir só para responder quando terminarem todas, que nós
1348damos os esclarecimentos necessários para tanto a solicitação de informações do
1349André, como eventuais que venham da parte do Mauro e do Gurgel.

1350

1351

1352**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FUNPAPI)** – Aproveito a oportunidade
1353para saudar a mesa na pessoa do Secretário Francisco Gaetani e desejar sucesso
1354aos novos conselheiros que tomaram posse hoje nesse Plenário, e dizer a todos que
1355devemos desenvolver intensamente nessa Conferência do Lixo, de acabar com os
1356lixão nesse país e dizer que a lei ao lado do lixo, nós temos que também trabalhar
1357para uma grande campanha para dotar esse país de esgotamento sanitário, que o
1358esgotamento sanitário, hoje a falta dele, a infraestrutura de esgotamento é o
1359responsável pelo maior índice de doenças de veiculação hídrica e mortalidade infantil,
1360principalmente no Nordeste Brasileiro. Senhor Secretário, vamos também vestir o
1361Conama, o Ministério, que envolve na grande campanha de esgotamento sanitário ao
1362lado do combate aos lixões que proliferam no Brasil todo. Bom, estamos aqui para
1363apresentar uma proposta de moção que já tinha sido apresentada pela FUPA e está
1364sendo ratificado pela FUNPAP no sentido de que, na nova revisão do Regimento
1365Interno e da composição do Conama, seja incluída a OAB Nacional dentro dessa
1366composição. Como o próprio André falou, nós estamos precisando de mais fiscais de
1367leis, mais assessores para ajudar o Ministério Público Federal e o Ministério Público
1368Estadual, até porque os crimes ambientais proliferam e nós estamos precisando de
1369mais gente, André, fiscalizando o cumprimento da legislação ambiental, das
1370resoluções do Conama porque falta gente. Então a proposta é que na nova
1371composição do Regimento Interno seja incluída a OAB Nacional. Vários conselheiros
1372aqui presentes assinaram, subscreveram e vamos levar para que a próxima Reunião
1373Plenária do Conama, seja incluída na pauta. Muito obrigado.

1374

1375

1376 **SR. MAURO MACIEL BUARQUE (ANAMMA)** – Bom dia a todos. Na verdade,
1377 Presidente, alguns temas já foram tratados até na fala da Ministra, mas um deles que
1378 não foi tratado seria a posse dos novos conselheiros da Anamma.

1379

1380

1381 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – A Adriana me
1382 alertou e nós vamos continuar a discussão da apresentação dos conselheiros na parte
1383 da tarde. Houve um problema nosso aqui de pauta. Perdão.

1384

1385

1386 **SR. MAURO MACIEL BUARQUE (ANAMMA)** – E os outros dois assuntos, um que
1387 está realizado com licenciamento, que eu achei muito interessante nós instalarmos
1388 esse debate aqui no Conselho, e eu trouxe até um exemplo para que os órgãos que
1389 nós vamos citar aqui representados não se sintam ofendidos, mas eles precisam vir
1390 contribuir com o processo para nós podermos aprimorar. Então tem estados que, por
1391 exemplo, estabelecem um prazo de 120 dias para análise de um EIA/RIMA. E o
1392 IPHAN, por exemplo, estabeleceu, através de uma Portaria, que ele precisa de 130
1393 dias para fazer análise de um caso específico que é afeto à patrimônio histórico e
1394 cultural. Enfim, então nós precisamos entender que está todo mundo pedindo para
1395 que os órgãos ambientais sejam céleres lá na ponta no processamento da sua
1396 licença, mas aí os órgãos que interferem nesse contexto precisam também contribuir
1397 com essa celeridade de prazos. Claro que nós vamos prezar pela qualidade do
1398 produto e do posicionamento de cada um desses órgãos. Então essa é uma questão
1399 que precisa ser colocada já nesse contexto do licenciamento, entendendo que o
1400 contexto do licenciamento está nas três esferas, então dentro de estados já tem vários
1401 municípios que já licenciam. Então tem uma complexidade e uma particularidade para
1402 que nós registremos. A outra questão em relação à fala que eu fiz nos finais
1403 aqui, em que eu entreguei o convite para o um Encontro Nacional nosso, que vai ser
1404 no final do mês de maio, em Sergipe, na cidade de Aracaju, em que todos os
1405 conselheiros que quiserem participar e puderem contribuir conosco no temário, nós
1406 vamos passar para os e-mails dos senhores os conteúdos. São conteúdos amplos:
1407 cidade sustentável, em que nós vamos abordar temas específicos, os resíduos estão
1408 listados, enfim, que estão na ordem do dia do setor produtivo, das ONGs, enfim, de
1409 toda a sociedade brasileira. Mas especificamente sobre o item que fiz o reforço do
1410 fortalecimento do Sisnama, que também gostei muito da fala da Ministra, que ela
1411 repetiu várias vezes a necessidade desse fortalecimento, é exatamente aquilo que eu
1412 disse: nós temos gestores municipais que ainda não se aperceberam da sua
1413 obrigação enquanto gestor da Política Ambiental no município. Nós precisamos trazê-
1414 lo para essa realidade, nós temos, e aqui eu faço a menção ao meu conterrâneo,
1415 Presidente da Abema, Dr. Hélio Gurgel, nós temos estados que têm uma orientação,
1416 eu não sei de que nível, eu não vou nem qualificar a orientação, mas que ela não
1417 prioriza a agenda da descentralização, e aí nós temos uma baixa articulação dos
1418 gestores no estado. Nós temos servidores do Ministério, do Ibama, e o maior exemplo
1419 é a ação que a ASA e Ibama impetraram, uma ADIN contra a Lei Complementar 140.
1420 Então para você ver que nós do Sisnama estamos tramando contra o próprio

1421Sisnama. Nós temos conselheiros aqui que vão em praça pública desconstruir um
1422processo de uma lei que já tem aí... De 81, que é a 9638, que estabeleceu, que
1423reafirmou a competência municipal e autonomia para fazer o licenciamento. Enfim,
1424nós precisamos de fato fazer essa discussão nesse Conselho, aqui dentro para que
1425nós possamos sair mais fortes e de fato fazendo gestão ambiental lá no município,
1426porque é lá onde as coisas de fato acontecem, o problema, e a solução tem que ser
1427gestada lá também. Então eram essas as considerações. Obrigado.

1428

1429

1430 **SR. HÉLIO GURGEL CAVALCANTE (ABEMA)** – Bom dia a todos. Gostaríamos
1431aqui de fazer uma saudação especial aos novos conselheiros que hoje são
1432empoados, acolhendo aqui nesse fórum de discussão ambiental e incitá-los à
1433participação ativa dentro de uma discussão que vem sendo profícua e exitosa de
1434grandes efeitos do que os estados e as ONGs, as demais instituições que compõem
1435esse Conselho, o Poder Público Federal em seus diferentes níveis, o Federal, o
1436Municipal e o Estadual, têm feito para que se leve aquelas decisões, para que se
1437cumpram essas normativas, as resoluções do Conama na ponta, no campo. Existe um
1438executor. Esse executor, normalmente um analista ambiental ou agente ambiental é
1439quem está lá no campo, muitas vezes sendo ameaçado, muitas vezes com grande
1440dificuldade de trabalho, baixo ganho salarial. Isso tem que ser visto no momento em
1441que cada uma dessas normativas é colocada na prática. E dentro da construção do
1442próprio estado de direito, a República Federativa do Brasil, evoluímos dentro de um
1443tema que saiu de assembleísmo, saiu para decisões práticas, como vem resultando o
1444Conama hoje, um dos conselhos mais atuantes do Brasil, uma construção conjunta e
1445tem envolvido todos os níveis de operadores. É um momento em que precisamos
1446refletir para buscar um equilíbrio, porque muitas vezes... E é interessante que todos
1447saibamos, que isso seja público, essas démarches às vezes que vêm na contramão,
1448de algumas normativas que vêm nos contra sentidos daquilo que se busca construir,
1449tenham muitas vezes comprometido o resultado. Nós não podemos... E muito mais,
1450depois que passamos agora pela elucidação das questões do art. 23 com a LC 140,
1451discutir competência como se tivéssemos há, 10, 15. Nós temos que entender isso de
1452uma forma objetiva. Há pouco o companheiro Mauro da Anamma falou aqui dessa
1453intervenção, onde nós temos o INCRA, o IPHAN, a FUNAI intervindo dentro de
1454processos, trazendo atrasos, trazendo resultados inesperados e, sobretudo, trazendo
1455um desentendimento no processo que estamos tentando construir, buscando
1456equilíbrio e entendimento. Mas muito mais inadmissível ainda é que órgãos dentro do
1457próprio Sistema Nacional do Meio Ambiente, a exemplo do Ibama e a exemplo do
1458ICMbio, tomem medidas de intervenção nos estados da Federação. O pacto
1459federativo tem que ser respeitado de princípio, e isso é um momento em que
1460deixamos registrado e que se os estados, com todas as suas dificuldades, com todas
1461as suas grandes lutas para poder executar a Política Nacional de Meio Ambiente
1462encontra um respaldo, uma força e uma ajuda em uma parceria, teremos bons
1463resultados, mas intervenções, como posso exemplificar, que ocorreu no sul do Estado
1464do Amazonas há muito pouco tempo, quando pode parecer inclusive para aquela
1465comunidade não ambiental de que há um desentendimento muito grande em todo
1466Sistema Ambiental Nacional. É interesse que se deixe registrado isso, porque par ao

1467grande público, o que se parece que está agindo em conflito, e como em conflito foi,
1468uma vez que não houve uma cadeia de comando direto do Ibama Federal junto às
1469suas superintendências, nós temos percebido isso, senhor Presidente, e temos lutado
1470para esclarecimentos, muitas vezes trabalhando em cima de fatos já consolidados, já
1471trabalhando em cima de prejuízo que foi construído por intervenções indevidas. É
1472incabível inclusive que o ICMBio, que nem órgão licenciador é, venha obstar
1473processos de licenciamento. Ora, nós temos fórum de discussão, qual seja o órgão
1474máximo o próprio Conama no Sistema Nacional de Meio Ambiente, e mesmo
1475administrativamente, através de contatos, de conversas, de parceirizações que nós
1476achamos, acreditamos necessárias. Não cabe uma intervenção dentro de uma
1477unidade federada. O Ibama de Brasília não pode determinar que seja feita uma ação
1478no Estado de Alagoas, ali sem conhecimento das suas autoridades ambientais. Isso
1479fere diretamente o pacto federativo. Isso compromete a credibilidade do sistema
1480ambiental. É isso que nós queremos trazer até como apelo aos novos conselheiros,
1481para que eles consigam aí, na compreensão e na constituição em busca desse
1482equilíbrio trazer as suas experiências e que possamos, dentro do Conama,
1483estabelecer limites na interpretação dessa legislação e coibir energicamente todo tipo
1484de intervenção tentada pelo Governo Federal. Isso já foi de triste memória e temos o
1485resultado da construção de um estado democrático de direito graças à contribuição de
1486tantos quantos lutaram para isso, muitos dos quais com a própria vida e hoje
1487desfrutamos de um Estado que deva observar aquilo que se rege. O Conama,
1488enquanto órgão deliberativo, normativo, tem aí uma força, um poder de trazer essas
1489definições mesmo que não sejam em resoluções expressas, mas dentro do seu
1490entendimento e de sua condução em uma afetividade desses direitos e dessas
1491competências que tão bem foram explicitadas agora na LC 140 com grande
1492dificuldade de sua implantação, mas de já que nós desejemos registrar repulsa, o
1493protesto contra intervenções de órgão federais em áreas estaduais e municipais.
1494Muito obrigado.

1495

1496

1497**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Eu queria, antes
1498do almoço, rapidamente prestar alguns esclarecimentos em relação a algumas das
1499intervenções feitas. O Dr. Bocuhy, eu pedi para a Dra. Letícia conversar com ele. A
1500questão da qualidade do ar está na reta final, o que não desculpa o atraso, mas enfim,
1501esperamos processar o equacionamento com rapidez possível. A questão dos
1502biomas, eu peço para o Roberto processar isso com rapidez, porque não pode haver
1503duplicação, confusão nisso. Isso tem que ser pacificado de uma vez por todas. Em
1504relação às propostas que a CIPAM, através do Miguel levantou, o encaminhamento
1505que nós estamos dando é de reuniões de um dia sobre um tema de cada vez para
1506aprofundar o debate de conteúdos que nós considerarmos relevantes. Nós não
1507queremos discutir tudo ao mesmo tempo agora, porque entendemos que isso não é
1508produtivo, mas a ideia é de entre as reuniões do Conama, nós estabeleçamos um dia.
1509Isso vai ser feito através de consultas a vocês, estabelecimento de datas para termos
1510um dia de trabalho sobre os temas. Naturalmente vocês todos serão convidados, mas
1511entendemos que dependendo do tema, a composição dos grupos de interesse varia,
1512assim como os especialistas convidados. Eu queria lembrar, no conjunto de temas

1513que foram mencionados, não foi explicitado um que eu, por exemplo, considero da
1514maior importância, que é a discussão do marco regulatório do patrimônio genético.
1515Então nós temos uma agenda carregada de temas pendentes. Vamos começar pelo
1516licenciamento, mas nós temos aí, ao longo do ano, vamos ver os próximos que nós
1517vamos discutir através das preferências dos conselheiros e vamos ter um dia de
1518trabalho de conteúdo em relação a cada um. Isso melhora a qualidade da discussão,
1519organiza o contraditório e dá condições de contribuições mais efetivas no âmbito das
1520reuniões subsequentes do Conama. Em relação à fala da André, eu queria mencionar
1521o seguinte: a orientação, a determinação da Ministra que ela comunicou a vocês foi no
1522sentido de que o Conama participe de todos os grupos de trabalho do Ministério que
1523vão ser criados para trabalhar a questão da regulamentação do Código. Aqui é
1524importante detalhar algumas coisas: na verdade, vários setores, embora estejam
1525presentes no Conama, a representação n Conama não é suficiente para representar a
1526gama de interesses envolvidos e esses setores estão demandando discussões com
1527mais profundidade, com mais qualidade. A proposta da Ministra é fazer um caminho
1528inverso: colocar o Conama nesse processo de discussão. Não é a proposta que foi
1529apresentada, é um encaminhamento diferente. Caso vocês entendam que seja
1530necessário votar essa proposta apresentada, por favor, fiquem à vontade. Mas nós
1531optamos por não trazer esse debate para ficar acontecendo aqui dentro, mas o
1532contrário: colocar o Conama presente nos fóruns que ocorrerem. Por quê? Porque
1533houve, na discussão do Código, muitas tentativas de mitigar, diminuir e reduzir as
1534competências do Conama. É muito difícil celebrar o que não aconteceu, mas uma das
1535conquistas que nós tivemos na discussão do Código foi que as competências do
1536Conama permaneceram intactas. Isso não foi uma operação simples. Foi uma
1537discussão política pesada, em que nós logramos sucesso nas várias tentativas que
1538foram feitas em descaracterizar as competências do Conama. Por outro lado, nós
1539entendemos que se trouxermos para dentro do Conama a discussão da
1540regulamentação do Código agora, da sua implementação, é um tensionamento
1541desnecessário, que a melhor forma de fortalecer a atuação do Conama nesse
1542processo é ele estar presente nas várias instâncias de discussão que ocorrerão.
1543Exemplo: tem grupos de trabalho relacionados basicamente ao setor agropecuário.
1544Tem grupos de trabalho relacionados basicamente à pequena produção familiar. Se
1545nós podemos colocar pessoas do Conama discutindo nesses grupos de trabalho, nós
1546entendemos que isso vai ser mais produtivo, até porque esses membros retornarão ao
1547Conama posteriormente. Então esse é o ponto em relação ao esclarecimento que
1548você solicitou, mas se houver interesse da proposta ser levada à cabo, processada e
1549discutida, vamos em frente. O último ponto aqui mencionado diz respeito à fala do Dr.
1550Hélio. Com todo respeito, Dr. Hélio, eu acho importante também nós, sem ferirmos os
1551princípios que o senhor defendeu com muito brilho, dizer que muitos casos, quando
1552você têm competências concorrentes, como é o caso do federalismo brasileiro, que é
1553um federalismo cooperativo, nós nos vemos diante de situações onde a sociedade, o
1554Ministério Público insta o Governo Federal a atuar no sentido de coibir atuações que
1555os governos estaduais não estão executando o seu papel. Um exemplo clássico é de
1556fiscalização de desmatamento na Amazônia. Recentemente o que ocorreu no
1557Amazonas, muitas das serrarias foram fechadas. No ponto de vista do cumprimento
1558da legislação, não estava sendo cumprido e o Ibama atuou suplementarmente. No

1559ano passado e no ano retrasado houve serrarias fechadas em Belém. Algumas
1560certificadas e algumas não certificadas. Sem dúvida isso mostra que nós estamos
1561tendo problemas no relacionamento federativo. Nós tivemos no ano passado também
1562o problema do pico do desmatamento no Mato Grosso, onde a questão do
1563zoneamento, o entendimento do Governo Federal e do Governo Estadual sobre
1564zoneamento, permitindo ou não o desmatamento legal, esses são conflitos típicos de
1565uma relação federativa. A própria aprovação da LC 140, em grande parte, vem como
1566uma demanda em particular do setor produtivo querendo nitidez em relação às
1567competências. Por quê? Porque muitas vezes o entendimento do Governo Federal,
1568Estadual e Municipal em relação aos assuntos são distintos. E no modelo de
1569competências compartilhadas, isso fica sempre ambíguo e sujeito a chuvas e
1570trovoadas, além naturalmente dos entendimentos diferente do Ministério Público e do
1571judiciário. O esforço que nós temos pela frente em relação ao detalhamento e da
1572regulamentação da LC 140 é um momento de processamento desses conflitos e de
1573tentativa de promoção de um avanço de uma legislação que dê mais segurança
1574jurídica e clareza de papéis em relação a todos. Para concluir, eu queria dizer que em
1575muitos casos o Governo Federal tem relutado muito a interferir. Por quê? Porque nós
1576procuramos ficar no máximo seguindo os limites das nossas competências, mesmo
1577que muitas vezes signifique ver uma situação que nós não deveríamos compactuar,
1578mas achamos que é melhor não infringirmos as nossas competências legais do que
1579incentivarmos o agravamento das tensões federativas.

1580

1581

1582**O SR. ANDRÉ LIMA (Planeta Verde)** – Secretário, eu acho assim: primeiro, a nossa
1583proposta foi apresentada no CIPAM e eu quero apresentá-la ao Plenário do Conama.
1584Eu acho que ela é uma boa proposta no sentido de fortalecer o Conama naquilo que
1585está no cerne do Conama, que é buscar acompanhar a evolução da política ambiental
1586no Brasil, não apenas em relação à regularização. Eu acho que o trabalho do
1587Ministério do Meio Ambiente de criar grupos específicos para regulamentar cada
1588aspecto do Código Florestal é um trabalho que tem que acontecer, é competência do
1589Ministério de Meio Ambiente e ele pode ou não convidar um ou outro membro do
1590Conama para acompanhar de perto. A formação que nós estamos fazendo e que foi
1591inclusive convertida em tal pelo CIPAM, que é um órgão importante do Conama, foi no
1592sentido de criação de um Grupo Assessor para acompanhar e apoiar o processo de
1593implementação do Código Florestal no Brasil inteiro. Os programas de regularização
1594ambiental, cada estado está desenvolvendo o seu. É importante que nós tenhamos
1595uma visão integrada desse processo. É fundamental que nós tenhamos uma visão de
1596como isso está acontecendo no Brasil para não sermos pegos de surpresa daqui a um
1597ou dois anos, com problemas graves de implementação, e depois isso tem que voltar
1598para o Congresso Nacional e nós rediscutirmos a implementação do Código no
1599Congresso. Nós viramos a página. Não estamos mais atacando a lei e não estou
1600entrando no mérito da lei no que ela tem de bom ou ruim. A proposta nossa é no
1601sentido de que esse Conama possa ter um grupo que monitore, que acompanhe e
1602que apoie e que inclusive busque soluções integradas e inteligentes para
1603implementação do Código naquilo que eventualmente os estados tenham dificuldade.
1604Eu acho que isso fortalece a missão do Ministério do Meio Ambiente de regulamentar

1605e fazer valer a Política Nacional Ambiental, fortalece o Conama, dá espaço para os
1606conselheiros e as diferentes representações poderem também participar desse
1607processo, porque do contrário, o que eu estou entendendo é que o Ministério do Meio
1608Ambiente vai estabelecer grupos e convidar quem para participar de que grupo? É
1609importante entender. Quais são os temas que estão em regulamentação? Nós não
1610estamos sabendo. Quem são os membros do Conama que serão convidados para
1611participar de que temas da regulamentação? Nós não estamos sabendo. Então é
1612importante dar transparência a processo naquilo que é possível se dar transparência.
1613Então eu insisto na importância de nós examinarmos essa proposta com carinho. Ela
1614vem para fortalecer o Conama e ajudar a implementar o Código Florestal.

1615

1616

1617**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Então eu sugiro
1618que a proposta seja trabalhada para ser submetida ao Plenário e nós processamos a
1619discussão.

1620

1621

1622**O SR. HÉLIO GURGEL CAVALCANTE (ABEMA)** – Excelência, o senhor colocou é
1623precedente. O que nós atentamos é para o fato de que essas ações supletivas
1624necessárias não sejam do alvitre e arbitrariedade do órgão que a pratica. No momento
1625em que há uma decisão administrativa em que rompe com ordenamento jurídico que
1626permite não só supletividade, mas, sobretudo impõe o respeito ao pacto federativo e
1627aquela territorialidade. No caso específico do Amazonas, o empreendimento
1628encontrava-se devidamente licenciado e os planos de manejo acompanhados pelo
1629órgão ambiental. Muito mais fácil antes do atabalhoamento de uma operação de
1630intervenção, um diálogo com o órgão ambiental estadual, para que pudesse e que se
1631possa nivelar. Que nós tentemos esse diálogo. Obrigado.

1632

1633

1634**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Então nós vamos
1635retomar os trabalhos na parte da tarde. Eu queria agradecer a participação de todos e
1636dizer que nós temos um ano de muito trabalho pela frente. Eu pediria só que no
1637paralelo, os que tivessem interesse na discussão do dia de trabalho, do evento sobre
1638licenciamento, por favor, procurem a mim mesmo no início da parte da tarde, antes de
1639nós começarmos os trabalhos, que nós estamos agendando para 14h30 a retomada.
1640Então às 14h30 espero encontra-los aqui para nós conversarmos um pouquinho sobre
1641como trabalhar esse dia de reuniões interpolares nesse Conselho. Obrigado.

1642

1643

1644(*Intervalo para o almoço*)

1645

1646

1647**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Pessoal, os
1648seguintes Estados, que ainda não pegaram as respectivas imagens, peço para que
1649procurem o pessoal ali fora, do Paulo Guilherme, da Secretaria de Extrativismo e
1650Desenvolvimento Rural: Distrito Federal, Espírito Santo, Pernambuco, Tocantins,

1651Rondônia e São Paulo. As imagens estão disponíveis ali fora, peço que acessem
1652imediatamente. Pessoal, vamos lá. Primeiro, a questão do licenciamento. Eu vou pedir
1653o seguinte: quem quiser dar palpite na organização do dia, por favor, mande um e-
1654mail para Adriana com cópia para mim. Nós vamos organizar isso novamente em
1655maio, vamos ver uma data, e estão todos convidados. Nós vamos trazer quem
1656pudermos do Conama universo, a não ser quem não estiver interessado. Mas eu
1657peço, então, que vocês me enviem um e-mail manifestando interesse, e, se tiver
1658sugestão de nomes, especialistas de pessoas, por favor, coloca no e-mail, também, a
1659sugestão. Isso vale para todos os participantes aqui presentes. Ou se acharem que
1660algum tema precisa de tratamento mais específico, algum detalhamento maior... Nós
1661vamos ter de fazer um dia de trabalho bastante intenso, porque a ideia é trazer gente
1662para poder agregar contribuições no assunto, mas temos que dar espaço para as
1663discussões, que, na verdade, é o sentido maior dessa proposta. Nós temos, na parte
1664da tarde... Vamos começar com um assunto que ficou pendente na parte da manhã,
1665até o Mauro tinha chamado a atenção, a apresentação dos novos conselheiros. Eu
1666vou passar para a Adriana, para ela conduzir essa parte.

1667

1668

1669**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama) –**

1670Secretário, vários conselheiros sempre se renovam e tomam posse no Conselho. E
1671me perguntada a questão da posse específica, porque as ONGs têm – como passam
1672por um processo eleitoral –, na portaria, que designa todo um procedimento da
1673eleição, fala em posse da plenária, e os outros segmentos tem um posse simbólica,
1674que é assinando lista de presença. Mas, de qualquer maneira, a Anamma renovou
1675inteiramente, o Governo Federal, vou ler aqui o nome de vários conselheiros novos. E
1676acolhemos, de maneira muito carinhosa, todos os que chegam aqui. Lembrando a
1677todos que estamos com o pedido de fotografia no site. Isso faz certa diferença. Alguns
1678já colocaram alguma restrição pessoal a fazer isso; agora, quem não tiver esse tipo de
1679restrição pessoal, faz sempre com que possamos conhecer melhor uns aos outros de
1680maneira mais fácil. Então, peço aos que estão chegando que nos envie uma fotografia
1681que para coloquemos no site. Quem tiver aqui, nós vamos pedir que se levante, para
1682que possamos conhecer a pessoa. Da Agência Nacional de Águas, o João Gilberto
1683Lotufo Conejo, não é o que está aqui; Comando da Marinha, Capitão de Mar e Guerra,
1684Paulo Renato Pimentel Nogueira, está aqui, bem vindo; Ministério das Comunicações
1685está renovando Eduardo Duarte Faria e Erick Vinicius Oliveira Moraes, que deve estar
1686aqui... Está aqui, bem vindo; Ministério da Cultura, três renovações: Roberto Pontes
1687Stanchi, está aqui, também Ana Gita de Oliveira e Mônica Medeiros Mongelli;
1688Ministério da Integração, Rafael Eduardo Teza de Sousa; Ministério da Saúde,
1689Daniela Buosi Rohlf, já era nossa antiga membro de Câmara Técnica, Mônica
1690Angélica Carrera Fragoso, que está aqui, bem-vinda, e Thenile Faria Machado de
1691Carmo; Ministério do Turismo, Ítalo Oliveira Mendes e Marcela de Albuquerque Souza;
1692Secretaria de Comunicação Social da Presidência, Ivanir José Bortot e Joyce Del Frari
1693Coutinho; Secretaria Geral da Presidente da República, Raimundo Nonato Soares
1694Lima, que esteve na mesa na composição da Conferência Nacional de meio ambiente,
1695Daniela Gomes Metello e Ângela Cristina Santos Guimarães. Pelos Governos
1696Estaduais: o Governo da Bahia, Luiz Antonio Ferraro Júnior; Governo de Minas,

1697Zuleica Torquetti, também já participa de Câmara Técnica ativamente; Governo do
1698Paraná, Hildemberg da Silva Cruz. Aí, Governos Municipais, com uma ampla
1699renovação, agora, da Anamma, em função das eleições e da posse dos novos
1700prefeitos: Confederação Nacional dos Municípios, Mário Henry; Anamma Nacional,
1701Roberto Messias Franco, o Roberto já foi presidente, aqui, do Ibama; Anamma
1702Centro-Oeste, Pedro Wilson, também antigo secretário nosso, está aqui, bem vindo de
1703volta ao conselho, Cristina Ferri também está aqui; Anamma Norte, Sílvia Helena
1704Costa Brilhante, Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt, ela está aqui, Edjales
1705Benício, bem vindo; Anamma Sudeste, Vanessa Arduína Lima, também já participava
1706de Câmara Técnica, João Ricardo Guimarães Caetano; Anamma Sul, Anselmo Lessa
1707e Renato Lima. Das Entidades Empresariais: pela CNT, Marcos Machado Soares; aí,
1708pela Sociedade Civil, eu só vou ler aqueles que não posse pela manhã, que é da
1709ABES, Dante Ragazzi Pauli e Maria Lúcia Bernardes Coelho Silva, Maria Lúcia está
1710aqui? Pronto. Aí eu estou passando pela lista das onze entidades, tomaram posse
1711especificamente, aqui, o conselho titular, sendo que acompanha o titular os dois
1712suplentes. Era isso. Essa era a lista dos novos conselheiros do Conama.

1713

1714

1715**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Obrigado, Adriana.
1716Bom, nós vamos em frente, então, terminando só com o assunto inacabado da parte
1717da manhã, que foi a proposta apresentada pelo André. Eu vou pedir para o Luís
1718Carvalho apresentar o encaminhamento do Ministério em relação ao assunto. Vamos
1719ver se nós chegamos a um consenso. Obrigado.

1720

1721

1722**O SR. LUIZ ANTÔNIO CORREIA DE CARVALHO (MMA)** – Boa tarde. Como a
1723Ministra colocou pela manhã, não há, ainda, uma proposta acabada, fechada etc.
1724Quais eram as preocupações e o que a Ministra estava pensando sobre o assunto?
1725Eu conversei com ela e vou tentar, aqui, apresentar para vocês. Bom, a ideia é de que
1726haja um novo Ministério, uma Comissão, um comitê de acompanhamento da
1727implementação do código para discutir as questões dos prazos etc.. Quer dizer, tudo
1728aquilo referente que possa permitir que nós tornemos realidade, digamos, a questão
1729do cadastro ambiental rural e estar lá no código. Bom, a Ministra recebeu, já, vários
1730setores, na frente, agropecuária, (...), Contag... A Ministra está aí no dia 05 de abril.
1731Então, os mais diversos setores estão indo lá com a Via Campesina, que vai
1732colaborar, prefeitos, governadores etc. etc.. Então, tivemos a ideia de ter uma
1733Comissão de acompanhamento que tivesse algumas participações definidas; alguns
1734setores de classe interessados, a CNA, a Contag, setores de trabalhadores etc.,
1735setores que estejam efetivamente interessados, envolvidos, engajados com essa
1736questão. Os estados, os municípios, os prefeitos, aqui até surgiu até uma ideia – que
1737eu vou levar à Ministra – de que o Ministério Público, de alguma maneira... Porque
1738nessa implementação, se formos ver, tem muita contradição. Então, se você tem
1739alguém que fizesse ponte entre preocupações que vão surgindo no Ministério Público
1740e o que está acontecendo, então, (...), nos pareceu que as entidades propriamente
1741ambientais com as quais é importante manter o diálogo também estivessem
1742presentes; inclusive, nesse sentido, até pensamos na hipótese de, de um lado, ter o

1743representante do Conama, como nós garantimos a presença da CNA, do MAPA, do
1744MDA, do MMA etc. etc. etc., e membro das entidades classistas, se essa
1745representação pudesse vir do conjunto de organizações, digamos, ambientais, que
1746estão aqui dentro, mas existem outras instituições, inclusive ambientais, que não
1747participam aqui do Conama, e nós também queríamos ter uma participação, porque
1748participaram conosco ao longo de toda a discussão do código etc. etc.. Então, essa é
1749a ideia da Ministra. A Ministra, ontem, usou uma expressão, quando conversava com
1750a Abema, que dizia o seguinte: houve um momento, em que ela assumiu, em que
1751havia uma pressão muito forte – talvez por incompreensão de setores da sociedade –
1752sobre o Conama. (...) que parte dos problemas do código eram devidos ao Conama,
1753pelas resoluções não feitas, pelas resoluções mal-feitas, seja o que for, havia uma
1754forte preocupação nesse sentido. E ela disse “Bom, foi preciso, naquele momento,
1755blindar”, porque nós sabemos da importância de ter um conselho dessa natureza, com
1756caráter deliberativo, insubstituível em algumas questões, mas que, obviamente, não
1757pretende substituir o Congresso Nacional. Nada disso, na medida em que... A
1758discussão foi levada ao Congresso, foi travada no Congresso, a presidente usou suas
1759prerrogativas etc.. Então, não parece bem, à Ministra, que esse acompanhamento,
1760que ela está pensando dessa Comissão, fosse feita pelo Conama, por uma Comissão
1761do Conama. Não ajuda a vencer polarizações que podem acontecer em todo esse
1762processo, de um lado ambientalistas, do outro lado o setor agropecuário etc. etc... Ou
1763seja, a discussão aconteceu, o País tomou uma decisão, existe uma lei em vigor, e o
1764que nós queremos é engajar todos aqueles que querem que essa lei aconteça, que
1765esse cadastro aconteça, para que tenhamos todos eles reunidos num mesmo espaço.
1766Isso não impede que amanhã, essa Comissão, para a discussão de um determinado
1767tema, para o monitoramento, para uma implementação da questão do manguezal, em
1768suma, que você tenha sub-grupos etc. que se criem. Mesmo porque, no processo de
1769discussão das propostas do código, isso aconteceu algumas vezes. Agricultura
1770familiar precisava acertar, lá, no Mais Ambiente, para a redação do Mais Ambiente,
1771quais eram as questões que lhe diziam respeito. O Ministério, a pessoa da Ministra, é
1772uma abertura a todos os setores da sociedade. Todos têm interesse. A questão do
1773código eleitoral é uma questão do Brasil, não é uma questão dos ambientalistas, não
1774é uma questão do Ministério do Meio Ambiente, é uma questão do Ministério da
1775Agricultura, é uma questão do MMA, é uma questão da frente parlamentar
1776ambientalista, é uma questão da frente parlamentar agropecuária, etc.. Então, nosso
1777entendimento, não é nenhuma... Eu estou falando isso por causa da proposta que foi
1778apresentada, aqui, pelo André... André, não se trata de fugir, de maneira nenhuma, ao
1779espírito que nós entendemos da sua proposta, é no sentido de ter um canal da
1780sociedade para acompanhar o código, mas, a nós, não está parecendo adequado que
1781isso aconteça por uma série de medidas, por um Comitê do Conama, dentro do
1782Conama, que será tratado dessa maneira. O Conama tem as suas deliberações, as
1783resoluções, as suas Câmaras etc. etc., e essa discussão, politicamente, nos parece
1784mais produtiva que nós criássemos um espaço desse tipo. Esse é o esclarecimento
1785que eu tinha a apresentar. Muito obrigado aos senhores e às senhoras.

1786

1787

1788 **O SR. ANDRÉ LIMA (Planeta Verde)** – Eu quero agradecer pelo esclarecimento,
1789 dizer que eu acho que, de fato, ele trouxe mais elementos do que o que foi falado pela
1790 manhã. Entendo, do ponto de vista da conjuntura política, a sensibilidade com a qual
1791 nós temos de lidar com o tema do Código Florestal, e quero reafirmar a nossa
1792 intenção de apoiar, no sentido de fazer com o que tem de bom na lei aconteça, e
1793 mitigar os impactos, reduzir, se possível eliminar, os impactos negativos da lei. Então,
1794 nós estamos dispostos a auxiliar nesse processo. A ideia da criação desse Comitê foi
1795 exatamente nesse sentido, desse grupo assessor, de antever os problemas, buscar
1796 soluções integradas para eles, pensar que os estados vão ter problemas que são
1797 muito similares, o outro vai ter sugestões ou soluções mais criativas que poderão ser
1798 apropriadas pelos demais. Enfim, eu entendo que essa proposta de Comitê, atende
1799 uma parte da nossa demanda, da necessidade de se criar uma instância colegiada
1800 participativa. Eu acho importante, aí eu quero agregar a essa proposta, no sentido de
1801 que haja a máxima transparência possível em relação aos frutos desses debates,
1802 porque esse é o grande benefício, digamos assim, maior de se fazer e o debate o
1803 debate aqui, no âmbito do Conama. Está tudo em ata, está tudo transparente, tem
1804 muita coisa é filmada, é gravada, as reuniões são abertas... Eu acho que é importante
1805 que se busque o máximo possível de transparência nesse Comitê. Uma segunda
1806 proposta que eu faço é de que – eu conversei, também, com o secretário da Gaetani,
1807 ele disse que tem limitações para isso, mas quer examinar a viabilidade – de se criar
1808 esse Comitê até o dia do primeiro ano da lei. Inclusive, o primeiro ano da lei poderia
1809 ser um ato, dia 26 de maio. O Ministério do Meio Ambiente poder criar esse Comitê,
1810 empossá-lo, fazer uma reunião, quando do evento de um ano da implementação da
1811 lei.

1812

1813

1814 **O SR. LUIZ ANTÔNIO CORREIA DE CARVALHO (MMA)** – Não vejo nenhuma
1815 dificuldade quanto a isso, mesmo porque nós temos uma data perto de 25 de maio
1816 quando o ‘PRA’ terá de ser publicado. O ‘PRA’ nosso do Governo Federal. E antes
1817 disso, conseqüentemente, as instruções normativas relativas ao cadastro terão de ser
1818 lançadas. Então me parece adequado, não só pelos motivos que você deu como
1819 também porque nós queremos uma participação que realmente tenha incidência sobre
1820 o que está sendo produzido. Eu imagino que isso tenha que acontecer antes dessa
1821 lei.

1822

1823

1824 **O SR. ANDRÉ LIMA (Planeta Verde)** – Eu acho que, com isso, a nossa proposta
1825 pode ficar, digamos, suspensa, até porque parece que teria que ter um procedimento
1826 anterior para isso, e reitero, aqui, inclusive peço aos colegas da nossa bancada
1827 ambientalista, que consolidem a posição de que o Planeta Verde faça parte dessa
1828 Comissão como sido proponente dessa formulação. Então agradeço o
1829 esclarecimento.

1830

1831

1832 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Nós vamos, então,
1833 encaminhar a proposta... Sim, ainda sobre esse ponto?

1834

1835

1836 **O SR. CARLOS BOCUHY (PROAM)** – Eu gostaria de relatar um pouquinho o que
1837 aconteceu na reunião das entidades ambientalistas ontem, André, que, quando
1838 conversamos no passado, e apoiávamos que o Conama avançasse nas discussões
1839 do Código Florestal, nós não tínhamos, ainda, as três ADINs – ações diretas de
1840 inconstitucionalidade – tramitando de autoria da Procuradoria Geral da República.
1841 Então, me parece que, e esse é o nosso entendimento, se o Conama se debruçar
1842 sobre uma matéria que está *sub judice* com três ações diretas de
1843 inconstitucionalidade referentes à área de preservação permanente, reserva legal e
1844 anistia, nós estaríamos, de certa forma, sacralizando um processo que foi considerado
1845 a grande derrota ambiental para o Brasil no ano passado, do ponto de vista da
1846 proteção do meio ambiente. Então, pontua, aqui, a nossa preocupação com relação à
1847 questão legal aqui colocada e a disposição da bancada ambientalista de que isso não
1848 seja discutido enquanto não houver julgamento das ADINs. Eu sei que havíamos
1849 afirmado essa possibilidade de apoiar essa iniciativa no ano passado, mas isso em foi
1850 outro momento político, enquanto as ADINs não estavam aí, a situação n ao estava
1851 *sub judice*.

1852

1853

1854 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Bom, para o
1855 ministério, nós vamos encaminhar diferentemente. Nós vamos encaminhar no sentido
1856 de fazer as discussões na linha do que foi proposto. Nós temos as ADINs que estão
1857 há 15 anos aguardando julgamento no Supremo. Nós não podemos, no Ministério,
1858 deixar de processar essas discussões, esses avanços em função das ADINs. É algo
1859 com que nós vamos ter de conviver nos próximos meses, talvez anos. Eu entendo a
1860 posição do Bocuhy, mas acho importante reiterar que nós vamos implementar
1861 (*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*). Bom, aparentemente não, porque a
1862 posição encaminhada pelo André foi no sentido da fazer a discussão. (*Intervenção*
1863 *fora do microfone. Inaudível.*) Bom, a proposta que havia sido apresentada está em
1864 suspenso, salvo engano, vocês têm informações que nós vamos processar essas
1865 discussões e vão ser convidados, nós temos interesse máximo de participação de
1866 membros do Conama no processo. Vamos seguir em frente. Nós temos três
1867 resoluções hoje, a primeira é a apresentação do pedido de inversão de pauta e de
1868 retirada de matéria, requerimento de urgência. Isso não é uma resolução. Há
1869 solicitação do MDA, referente à questão da equação da redução ambiental e do
1870 licenciamento ambiental de atividades produtivas. Pavarino? Você vai encaminhar?

1871

1872

1873 **O SR. MARCO PAVARINO (MDA)** – Boa tarde a todos e a todas. Marco Pavarino, do
1874 Ministério do desenvolvimento agrário. Bom, nós estamos encaminhando um
1875 requerimento. Encaminhamos inicialmente ao Conama uma proposta de Resolução
1876 que trata da adequação do tema licenciamento ambiental de assentamentos de
1877 reforma agrária. E o que nós estamos apresentando agora, dentro daquilo que o
1878 regimento do Conama prevê, é um requerimento de trâmite em urgência dessa
1879 matéria, e explico rapidamente o por quê disso. Bom, há exatamente doze anos atrás,

18802001, esse plenário discutia, debatia e resolvia estabelecer normas para o
1881licenciamento ambiental de assentamento de reforma agrária. Creio que, então, salvo
1882o setor petroleiro, acho que foi o único setor que teve uma norma específica de
1883procedimento de licenciamento ambiental dos assentamentos. Como acabamos de
1884ver aqui, nós tivemos, durante os últimos dois, três anos, podemos dizer, um debate
1885intenso, no qual sociedade brasileira se envolveu, sobre Código Florestal. O MDA, e
1886não é modo de dizer, esteve presente, juntamente com o Ministério do Meio Ambiente
1887e outros entes de governo, em mais de 100 reuniões, debatendo e discutindo o
1888Código Florestal e os aspectos relativos à adequação da legislação de proteção de
1889vegetação nativa, no que respeito à agricultura familiar e assentamentos da reforma
1890agrária; e, também, debatendo cadastro ambiental rural, e, não sem coincidência, isso
1891foi inserido como aspecto específico na legislação florestal que o País tem. E, logo na
1892seqüência, foi editado um decreto que estabeleceu o SiCAR, o Sistema de Cadastro
1893Rural e o próprio Cadastro Ambiental Rural, com todas as suas características; e,
1894também, dizendo um ato da Ministra de Estado do Meio Ambiente vai definir a data
1895em que passará a ser considerado implantado o Cadastro Ambiental Rural. Essa data
1896está se aproximando, então, por isso, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e
1897Inkra, juntamente com o Ibama apresentaram essa proposta ao Conama, e nós
1898estamos, agora, solicitando o regime de urgência na tramitação, exatamente por conta
1899desse prazo em que será estabelecido o Cadastro Ambiental Rural. Só para se ter
1900uma ideia, está proposto não só na lei, como no decreto, que a responsabilidade de
1901efetivar o Cadastro Ambiental Rural nos assentamentos é do Inkra. O Cadastro
1902Ambiental Rural de cada um dos parceleiros é do Inkra. Só para se ter uma ideia, nós
1903temos em torno de 60.000 beneficiários da reforma agrária que deverão sofrer o
1904processo de Cadastramento Ambiental Rural. Então a proposta da resolução adéqua
1905os procedimentos de licenciamento à nova legislação, e a importância termos isso
1906bem definido é que não tenha nenhuma sobreposição ou interpretação equivocada
1907naquilo que se estabelece no licenciamento de projetos de reforma agrária e aquilo
1908que está previsto para o Cadastramento Ambiental Rural dos assentamentos. Visto
1909que parte daquilo que, hoje, a Resolução 387 do Conama tem, já é tratado no âmbito
1910do PRA e no próprio CA. Então, essa solicitação que nós fazemos. Eu estou
1911entregando formalmente o requerimento com as 18 assinaturas, dez a mais que as
1912oito necessárias, e peço a compreensão dos conselheiros. Obrigado.

1913

1914

1915**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Nós vamos colocar
1916em votação a solicitação de requerimento de urgência do Pavarino para que seja
1917processado com mais agilidade no contexto dos nossos ritos aqui no Conama.
1918Aqueles que estiverem a favor da solicitação de requerimento de urgência para
1919adequação de redução ambiental de licenciamento e atividades produtivas e
1920infraestrutura em projetos de assentamento de reforma agrária, por favor, levantem a
1921mão. Os que forem contrários, por favor, levantem a mão. *(Intervenção fora do*
1922*microfone. Inaudível.)* Como? *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)* Perdão, eu
1923pedi para levantar a mão, mas é o crachá. Os que forem contra, por favor, levantem o
1924crachá. Então está aprovado. Segundo ponto: o Ministério das Cidades está aqui
1925presente... *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)* Bom, nós vamos aguardar,

1926então, esse ponto em relação ao Ministério das Cidades. O terceiro, a PROAM
1927também teria... *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)* Também não? Bom... Sim,
1928PROAM?

1929

1930

1931**O SR. CARLOS BOCUHY (PROAM)** – Senhor Secretário, a impressora está com um
1932probleminha lá fora, nós não conseguimos imprimir ofício, mas está sendo
1933providenciando. A PROAM tem uma proposta de revisão de uma Resolução que trata
1934da inspeção veicular da fase quatro do PROMOT, das motocicletas, que adotou como
1935padrão, no Brasil, o catalisador de durabilidade com base nos padrões da Europa.
1936Ocorre que, na Europa, as motocicletas circulam muito pouco e não tem o fenômeno
1937que nós temos no Brasil, do motofrete, de modo que, o que nós pretendemos, é que
1938essa Resolução considere que em uma cidade como São Paulo, por exemplo, os
1939motoboys rodem de 50, até 50.000, 60.000 quilômetros por ano, enquanto a
1940Resolução exige apenas 18.000. O que acaba acontecendo é que uma moto
1941comprada nova, numa loja, depois de três meses a durabilidade do catalisador já se
1942foi e ela acaba a lançando o total de seus poluentes na atmosfera de São Paulo. Eu já
1943disse, aqui, de manhã, morrem sete mil pessoas, por ano, na região metropolitana, de
1944acordo com a Faculdade de Saúde Pública, Dr. Paulo Saldiva, por conta de problemas
1945inerentes a poluição atmosférica. Desse modo, nós estamos pedindo que essa
1946Resolução, em caráter de urgência urgentíssima, seja reconsiderada, levando, para o
1947seu texto, a realidade Brasil, a realidade de uma região metropolitana onde ela será
1948aplicada, de modo que ela contemple, realmente, um dispositivo, um controle de
1949poluição, que garanta a qualidade do ar até que o sistema de revisão, depois de um
1950ano, dê conta dessa substituição. Isso é um exemplo de um equívoco que nós
1951comentamos quando nós adotamos um padrão sem considerar uma realidade de uma
1952cidade como São Paulo, que trabalha com um índice tão elevado de motofrete. Só
1953para registrar, senhor Secretário, é a Resolução Conama 432 de 2011, vinculamento
1954PROMOT.

1955

1956

1957**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Os que forem a
1958favor do requerimento de urgência apresentado pela PROAM para encaminhamento
1959dessa solicitação, por favor, erguem seus crachás. Os que forem contrários ao
1960requerimento de solicitação de urgência, por favor, ergam seus crachás. Foi acatado o
1961requerimento.

1962

1963

1964**A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama)** –
1965Uma observação, então, só formal, aqui. Até o final de reunião, então, você tem que
1966nos caminhar a minuta de proposta com tudo que o Art. 12 fala e com a assinatura de
1967oito pessoas que encaminham esse pedido de urgência. Tudo bem?

1968

1969

1970**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Bom, nós temos
1971duas resoluções que precisam ser examinadas hoje. A primeira trata do processo

197202000002732, de 2009-14, é uma proposta de Resolução que disciplina a concessão
1973do termo de guarda de animais apreendidos, resgatados, oriundos de entrega
1974espontânea e de outras providências. Antes de começar essa discussão, eu queria
1975saber se há alguma solicitação de pedido de vistas. *(Intervenção fora do microfone.*
1976*Inaudível.)* Sim? *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)* Tudo bem, Marcelo, então
1977você apresenta a matéria antes de nós avaliarmos o assunto. Marcelo Marcelino,
1978quem vai encaminhar o assunto?

1979

1980

1981**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Boa tarde, secretário, boa
1982tarde a todos. Essa proposta tramita na casa desde 2011. Em janeiro desse ano, ela
1983foi aprovada com emendas na CTNBio e finalizada na CTAJ. Eu, com a sua licença,
1984gostaria de ceder a palavra ao colega do Ibama, Roberto Cabral, para fazer a
1985apresentação. Não sei se ele está aqui no momento. Se ele não estiver aqui, eu
1986gostaria de solicitar, então... Olha lá, lá está o Roberto Cabral. Então, na seqüência,
1987se for possível, durante a palavra do Coronel, do Capitão Robis, também, para fazer
1988uso da palavra, e da colega Lisiane que debateu conosco fortemente essa Resolução
1989na CTNBio.

1990

1991

1992**O SR. ROBERTO CABRAL BORGES (IBAMA)** – Boa tarde a todos. Meu nome é
1993Roberto Cabral, sou do Ibama, da coordenação de operações de fiscalização. A
1994proposta... Vou exemplificar rapidamente para vocês o que é que é a ideia dessa
1995proposta, qual é o interesse e qual é a diferença entre os dois termos que estão em
1996pauta. A proposta de Resolução visa ter uma alternativa de destinação de animais
1997silvestres quando os órgãos ambientais não conseguirem dar aquela destinação
1998prevista no Art. 25 da Lei 9.605. Qual que é essa destinação prevista? A soltura dos
1999animais, a entrega a jardins zoológicos ou a entrega a instituições assemelhadas,
2000desde que fiquem sob a responsabilidade de técnico habilitado. Nem sempre isso é
2001possível no momento da apreensão, e, muitas vezes, não é possível durante algum
2002tempo após a apreensão. A ideia da proposta é criar essas duas figuras, em caráter
2003provisório, o que significa que elas só permaneceriam enquanto as condições de
2004impossibilidade perdurarem. Assim se tiver a possibilidade de retirada e destinação
2005dos animais, conforme prevê a Lei 9.605, isso seria realizado. Os dois termos seriam
2006TGAS, que é o Termo de Guarda de Animais Silvestres, e TDAS, que é Termo de
2007Depósito de Animais Silvestres. A diferença básica entre ambos é que o TDAS, que é
2008o Termo de Depósito, seria concedido ao próprio infrator, e é a última possibilidade a
2009ser considerada; e o TGAS seria concedido àquelas pessoas que, voluntariamente,
2010pretendem e querem auxiliar o Estado na manutenção e tem condições de auxiliar
2011nessa manutenção temporária dos animais. O TDAS, no momento da autuação, o
2012agente ou policial teria que justificar por que é que não está retirando aquele animal,
2013por que é que não está dando a destinação adequada. No caso do TGAS, que seria a
2014pessoa que voluntariamente se cadastrou, e aí ela seria uma das opções, e a opção
2015anterior ao TDAS. Ou seja, aquele infrator seria a última opção. A primeira opção seria
2016soltura, depois zoológico, depois entidades assemelhadas – que, hoje, são os
2017criadores –, depois do TGAS – ou seja, quem se cadastrou como guardião – e, em

2018 último caso, ficaria o próprio depositário, o próprio infrator. Nós buscamos colocar dois
2019 mecanismos de travas que teriam que ser realizados. Um seria esse policial ou agente
2020 informando por que – fazendo a justificativa por escrito, formal – não retirou o animal e
2021 deu a destinação. O outro seria após, no momento do processo técnico, corroborando,
2022 informando que aquela destinação ainda permanece daquela forma, a impossibilidade
2023 dela, e, por isso, a adequação do termo. Buscou-se instituir o responsável técnico
2024 para que essa pessoa que fica com o animal tenha um técnico habilitado – que, no
2025 caso, poderia ser um veterinário ou outro profissional competente para cuidar dos
2026 animais – que teriam que informar as condições desses animais durante o período em
2027 que ele estava sendo mantido, e, no caso, isso, anualmente, para garantir a boa
2028 situação dos animais. Também se colocaram algumas restrições, por exemplo,
2029 animais com alto potencial invasor foram retirados dessa possibilidade, porque não
2030 faria sentido nós deixarmos um animal com alto potencial invasor em cativeiro
2031 doméstico, sujeito a fugas. E, também, se considerou que aquelas espécies que
2032 poderiam ser soltas de uma maneira mais ágil também não poderiam ser objetos nem
2033 do TDAS nem do TGAS. Então se buscou considerar isso; ao final da Resolução,
2034 existem os dois termos que a pessoa interessada assinaria; cada uma delas, se é o
2035 depósito ou o guardião; nesse termo ela se compromete, e é informada, inclusive, de
2036 que o termo é provisória. Ou seja, não muda a dominialidade do espécime; a qualquer
2037 momento ele pode ser retirado para uma nova destinação. Muito obrigado.

2038

2039

2040 **SR. CAP. MARCELO ROBIS FRANCISCO NASSARO (CNCG)** – Rapidamente,
2041 secretário. Muito boa tarde. Sou o capitão Robis, represento o Conselho Nacional de
2042 Comandantes Gerais das Polícias Militares do Brasil. Trabalho na Polícia Ambiental
2043 há vinte e cinco anos, nesses vinte e dois, como chefe de operações do Estado. Essa
2044 minuta é uma minuta que surge para aperfeiçoar outra minuta que já existe. Talvez
2045 seja interessante fazer essa abordagem, que é a Resolução Conama 384 de 2006.
2046 Ela já existe, ela está em vigor. Ocorre que ela não foi implementada, e não foi
2047 implementada por alguns aspectos técnicos, como, por exemplo, a não-
2048 implementação do Cadastro Nacional, prevista na própria Resolução; como, por
2049 exemplo, não imaginar a necessidade de licença de transporte; como, por exemplo,
2050 nenhuma abordagem mais específica sobre marcação de animais... Então essa
2051 minuta que, inclusive, foi proposta conjuntamente com a Mira-Serra, e, depois,
2052 trabalhada em conjunto com o próprio Ibama, tem um sistema muito mais
2053 aperfeiçoado. Então, é importante lembrar que a Resolução 384 já existe. O que nós
2054 estamos propondo é uma nova Resolução para aperfeiçoar a 384. Ela cria regras
2055 super importantes por conta do Art. 102 do Decreto 6.514. Permitam-me ler
2056 rapidamente: “Os animais, produtos, subprodutos, instrumentos, apetrechos e
2057 veículos de qualquer natureza serão objeto de apreensão de que trata o inciso I Art.
2058 101, salvo impossibilidade justificada.” Nós não temos outra regra, que não seja a
2059 684, para dizer o que é “salvo impossibilidade justificada”. Então, essa Resolução,
2060 além de toda a proposta, se volta à própria administração, forçando com que o agente
2061 diga, realmente, que não há outra forma de dar destinação àquele animal. Qual é a
2062 destinação? Soltura imediata, zoológicos, criadores, e entidades assemelhadas. Quer
2063 dizer, a última da última da última opção, porém necessária, digo isso em razão da

2064trabalhar, efetivamente, com isso, há muitos anos, ela é necessária. Então, essa
2065Resolução se mostra oportuna, se mostra viável, e, em especial, ela vai permitir uma
2066gestão, em nível de Estado, da fauna aprendida, o que não existe hoje, com a
2067implementação do Cadastro Nacional.

2068

2069

2070**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Mais alguma
2071intervenção?

2072

2073

2074**A SR^a. LISIANE BECKER (MIRA-SERRA)** – Boa tarde. Lisiane. (...), presidente da
2075Mira-Serra. Nós estávamos preocupados porque esse decreto, essa Resolução tinha
2076sido revogada; ela estava lincada a um decreto que tinha sido revogado. E, naquela
2077época, em 2009, pela região Sul, nós, preocupados com essa situação, resolvemos
2078discutir novamente esse assunto. Nós tínhamos pareceres favoráveis do Ibama, que,
2079inclusive, eu gostaria de citar, porque eu considero bastante importante... O próprio
2080Ibama, em seu parecer, disse que não possui centros de triagem com capacidade
2081para abrigar os animais mantidos em residências e, sobretudo, os que são aprendidos
2082em ações de fiscalização, além das entregas voluntárias nas portarias dos órgãos
2083ambientais da fiscalização competente. Então, não existe destinação. Eu, inclusive,
2084sou técnica, sou biológica, eu acompanho, às vezes, a polícia civil, a brigada, para a
2085identificação de animais da fauna silvestre e não se sabe, não tem lugar para colocar.
2086Nem Papagaio Charão, com a mensagem de extinção, nós tivemos lugar para
2087colocar. Então, isso, ao mesmo tempo em que nós temos um prejuízo a fauna,
2088normalmente, fica com o infrator, porque não tem lugar onde colocar, e não é o melhor
2089lugar ficar com o infrator; ele também fomenta o tráfico, porque, na medida em que
2090nós temos uma impunidade, por não poder tirar o animal do infrator, ele fomenta o
2091tráfico; e, também, ajuda as pessoas que não tem condições financeiras de adquirir
2092um animal por R\$ 2.500,00 de um criador comercial, estimula a pessoa comprar por
2093R\$ 50,00 na esquina. Então, como não tem uma fiscalização, e, se tem uma
2094fiscalização, não pode retirar o animal, nós temos cada vez mais um acréscimo de
2095animais ilegais nas residências. Como prefeitura, recebo várias denúncias; tem
2096pessoas querendo entregar os animais, porque não tem mais condições, ganharam,
2097encontraram no pátio, caiu do ninho... Não tem aonde colocar esses animais. Então, é
2098de extrema importância que esse caráter provisório seja mais adequado, que crie
2099regras para essa pessoa ficar. Outra coisa que eu queria destacar no parecer,
2100também, é que não existem programas específicos de reintrodução para animais de
2101qualquer espécie que foram mantidos em cativeiro por muitos anos. É outra
2102justificativa, dada no próprio parecer, que deu início a essa matéria dada pelo Ibama.
2103Os outros criadores, conservacionistas, entre outros, encontra-se com capacidade de
2104suporte completa. Não tem mais para onde destinar. Em São Paulo, fiquei sabendo de
2105um centro de triagem de aves que recupera 80% das aves, os outros 20% eles
2106caminham para mantenedores, quando não estão lotados. E resto do País, que não
2107tem essa estrutura? No Rio Grande do Sul não tem. Então, o que acontece? A
2108fiscalização não apreende, fica com o infrator, o infrator continua com a gaiola exposta
2109para todo mundo ver, acaba criando um (...) ao crime, porque fica lá, com a gaiola

2110exposta... Diz “Ah, eu sou infrator, fui autuado, mas o bicho continua comigo”. Então,
2111nós vemos que é extremamente importante a aprovação dessa mataria hoje, porque
2112realmente se cria mecanismo de que ela possa ser aplicada. E conto com a
2113colaboração de vocês, porque é um problema nacional, que afeta a fauna, afeta,
2114inclusive, a floresta, porque os animais os grandes dispersores na floresta, que
2115mantém essa floresta, e que conseguiram recursos hídricos. Então, é um problema
2116que se estende por uma cadeia muito extensa. Obrigada.

2117

2118

2119**O SR. THIAGO PIRES OLIVEIRA (MJ)** – Boa tarde. Thiago Pires, Ministério da
2120Justiça. Gostaria de só, inicialmente, fazer apenas um questionamento com relação à
2121proposta, porque essa matéria é de interesse do Ministério da Justiça. Afinal, a
2122temática que está sendo objeto dessa minuta de resolução tem alguns reflexos em
2123algumas atuações em órgãos do Ministério da Justiça, como, por exemplo, a questão
2124do tráfico de animais silvestres, que é uma atribuição cuja investigação, se tiver
2125repercussões extra, ultrapassando a fronteira dos Estados, passa a ser uma atribuição
2126do departamento da polícia federal. Então, um questionamento que eu gostaria de ter,
2127inicialmente, é sobre o prazo de duração dos TGAS e TDAS, visto que esses termos
2128são considerados termos provisórios. No entanto, não vi uma delimitação temporal
2129acerca disso. Gostaria que o representante que discutiu a proposta pudesse
2130esclarecer isso, e fazer uma correlação com a preocupação com o trafico de animais
2131silvestres. Obrigado.

2132

2133

2134**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Thiago, você pediu
2135esclarecimento ou você pediu vistas ou vistas e esclarecimento? (*Intervenção fora do*
2136*microfone. Inaudível.*) Está bom. Tudo bem. Rodrigo.

2137

2138

2139**O SR. RODRIGO ANTÔNIO DE AGOSTINHO MENDONÇA (FNP)** – Rodrigo, da
2140Frente Nacional de Prefeitos. Eu tenho uma preocupação – participei muito da
2141Resolução anterior, a 384 de 2006 –, que... Os Estados não se prepararam, o Ibama
2142não se preparou, o Cetas não foram construídos... E, de repente, nós estamos aqui,
2143de certa forma, legitimando uma situação de continuar mantendo com infrator objeto
2144do crime. É a mesma coisa da polícia, na rua, encontrar um veículo furtado, um
2145veículo roubado, e manter com infrator porque o pátio está cheio de carros. É mais ou
2146menos isso que acontece, hoje, na fauna brasileira. O depósito já existe, mas nós
2147estamos continuando a manter com o infrator a fauna brasileira. O SisFauna, agora
2148que está começando a funcionar, quase cinco anos depois. Nós temos uma questão,
2149aqui, importantíssima, que precisa ser discutida: essa Resolução estabelece que não
2150serão objetos dos termos de depósito de termo de guarda os animais que não
2151estiverem listados na lista pet, que é uma lista que o Ibama deveria publicar depois de
2152outra resolução, aqui, do Conama, que não é a 384, é a 394, de 2007. Essa lista está
2153pronta, ainda não foi publicada, nós sabemos que o Ibama tem essa lista pronta e que
2154poderia ser publicada... E a proposta de Resolução que está em andamento diz que
2155não serão objetos animais que não estiverem nessa lista, ou seja, animais que não

2156devem ser mantidos como animais de estimação, como pets, não deveriam ser
2157objetos de depósito de termo de guarda. Então, eu faço aqui uma indagação.
2158Infelizmente, nesse tipo de matéria, nós estamos resolvendo um problema dos órgãos
2159ambientais, das polícias ambientais, do corpo de bombeiros, do próprio Ibama, do
2160ponto de vista de encontrar uma solução para esses animais, mas estamos, ainda,
2161num ambiente de retrocesso. Num ambiente onde a impunidade continua
2162prosperando, onde o infrator continua a mantendo, na sua residência, os animais
2163objetos do crime. Então, é uma situação que eu gostaria de ponderar no plenário e
2164fazer o esclarecimento se não seria necessário, seria importante que o Ibama,
2165primeiro, publicasse a lista dos animais, a lista pet, conforme disciplina a Resolução
2166394 de 2007, antes de nós podermos avançar no texto dessa Resolução.

2167

2168

2169**O SR. CAP. MARCELO ROBIS FRANCISCO NASSARO (CNCG)** – Primeiro
2170argumento, nós não colocamos animais em pátio. São vidas, então o tratamento é
2171totalmente diferenciado. Segundo, para quem não sabe, é uma batata quente na mão
2172do policial. Terceiro, isso já acontece hoje, ou acha o que policial, meia noite, sexta
2173feira, no anterior, tem um local de destinação funcionando 24 horas para ele retirar o
2174animal, andar 200 quilômetros e o animal morrer com ele, porque ele está dando uma
2175destinação? Já acontece hoje. O decreto, que regulamentou a lei de crimes
2176ambientais, permite. E a Resolução 384 também permite. O que acontece é que nem
2177essa Resolução, nem o decreto, esclarecem como isso vai acontecer. Isso já
2178acontece hoje. Quem apreende 500 papagaios como a gente, lá em Presidente
2179Prudente, que veio de Mato Grosso, faz o que com esses filhotes? Então, é
2180necessário regulamentar essa situação. Ela já acontece hoje, o que acontece é que o
2181servidor coloca lá “não pude destinar porque não tinha viatura” e ponto. E acabou, ele
2182não vai ser cobrado por isso. O que nós estamos solicitando aqui aos senhores, é que
2183criem critérios. O primeiro critério é que isso possa acontecer, desde que tenha um
2184cadastro nacional; desde que siga uma marcação; desde que se observe laudo
2185veterinário; desde que, quando o animal morra, apareça um laudo de necropsia... É
2186muito mais regulamentado. Aí, sim, é o tráfico de animais. Porque eu não sei que
2187bicho eu estou depositando. Então, além do instituto do depositário, que é aquele que
2188já tem o animal e que está sendo autuado, processado, por isso, mas que atende os
2189inúmeros requisitos da norma, permanecer com ele dentro desses requisitos ainda
2190tem um avanço, que é o termo de guarda. Agora, não pode a Polícia Militar do Estado,
2191não pode o Ibama não ter como resolver isso porque, um dia, daqui a dez anos, nós
2192vamos ter um centro de destinação. Aquele animal está vivo, a responsabilidade é
2193minha, o que eu faço com isso? Senhores, nós aprovamos aqui, em 2006, uma
2194resolução que não está implementada. O que eu estou pedindo aqui aos senhores é
2195que os senhores observem essa proposta que surge do seio da fiscalização, que é de
2196quem está lá dentro, que apreende animais todo dia. São Paulo apreende 30.000
2197animais, e, detalhe, não apreende os animais que estão mantidos com a finalidade de
2198estimação e que estão bem colocados. Nós aprendemos, autuamos, mas
2199depositamos com a pessoa, porque não tem para onde levar. 30.000 animais são
2200animais maltratados, que estão machucados, que estão sendo traficados lá no
2201transporte, que estão sendo apanhados na natureza... É esse o quadro que nós

2202temos que observar. É por isso que, logo no começo, eu disse que a Resolução 384 já
2203foi aprovada por essa plenária, e esse instituto do depositário já está na Resolução,
2204eu não estou inovando. O que eu estou pedindo é: vejam que essa nossa proposta é
2205muito mais criteriosa. Ela assegura um cadastro nacional; ela assegura a
2206responsabilidade do funcionário, que coloca o nome dele; “não estou destinando por
2207conta disso, disso e disso”, porque hoje não tem regra. Hoje, se eu falar que não tem,
2208não tem. É essa a abordagem que eu gostaria que os senhores fizessem. E,
2209respondendo ao colega do Ministério da Justiça, ambos os termos são provisórios, o
2210termo de depósito e o termo de guarda. São provisórios. Eu posso ser um voluntário
2211para receber animais, que é o caso do guardião – que, inclusive, a 384 não prevê ,
2212trata todo mundo como depositário –; eu também posso, enquanto depositário,
2213receber os animais que eu já tenho, mas a administração pode, a qualquer momento,
2214ir lá e retirar os animais. Então, provisório é provisório mesmo. Se o Estado, se o
2215Ibama, se o Chico Mendes “Olha, eu preciso de um espécime macho” e eu sei que o
2216guardião tem ou que o depositário tem, eu vou lá e retiro, e acabou. É provisória.
2217Então, respondendo ao colega do Ministério da Justiça, essas pessoas não têm
2218nenhuma garantia de que vão ficar com os animais. Zero garantia.

2219

2220

2221**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Mais algum
2222encaminhamento em relação a esse assunto? Alguém gostaria de se manifestar?

2223

2224

2225**O SR. LUIZ FIRMINO MARTINS PEREIRA (Governo do Estado do Rio De Janeiro)**
2226– Luiz Firmino, Rio de Janeiro. Em primeiro lugar, dizer que a Abema participou da
2227Câmara Técnica e colocou, nessa Câmara Técnica, pessoas que trabalham na
2228fiscalização. E eu quero corroborar integralmente com as palavras que foram
2229colocadas, aqui, pelo Capitão, porque é uma batata quente na mão de quem está
2230trabalhando no campo. Essa Resolução, como disse o colega do município, não
2231resolve os nossos problemas, mas dá meios para quem está lá na rua trabalhando ter
2232como fazer. Eu queria só – ontem nós conversamos isso na reunião da Abema –
2233colocar um ponto que eu acho que está incluso na Resolução, que os TDAS, fique
2234claro que pode ser emitido pela União, pelos Estados e pelo Município, e o que o
2235termo de guarda, só pelo Ibama e pelo Estado. A Resolução, por enquanto, está
2236omissa quanto a isso; e aí nós vamos cair na 140, se é de um, aí começa o jogo de
2237empurra, aí o Ibama pode dizer que não é o Estado quem tinha que fazer, o Estado
2238também vai dizer “Não, mas o Ibama não me deu condição, não vou fazer”... Então, é
2239preferível que coloquemos que poderá ser feito, no caso do depósito, pelos três,
2240porque é fiscalização é quem está lá vendo, e vai saber a melhor condição de fazer; e,
2241no caso da guarda, pela União e pelo Estado. É só incluir em algum ponto, ali, que eu
2242acho que não é difícil.

2243

2244

2245**A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** – Patrícia Boson, CNT. Eu
2246não sei se é o momento, mas tem, talvez, um erro, ou não entendi de forma, no § 1º
2247do art. 4º, que remete à eficácia da hipótese prevista no inciso quatro. O inciso não é

2248uma hipótese, e o termo “eficácia” também não cabe. Então, não sei se está errado, o
2249inciso, o que é que quis dizer... Só para, na hora da aprovação, prestar atenção nesse
2250parágrafo, § 1º do art. 4º.

2251

2252

2253**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Obrigado. Eu
2254gostaria de pedir desculpas, aqui. Há uma solicitação de pedido de vistas, em relação
2255a esse assunto, que necessita de maiores análises por parte do Ibama, aqui, da
2256Secretaria de Biodiversidade e Florestas. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*
2257Houve uma discussão com a Secretaria de Biodiversidade e Florestas e, eu estou
2258recebendo a notificação aqui agora, o Ibama está trazendo essa discussão. Peço a
2259você um pouco de paciência com relação ao assunto, é alguma coisa mal resolvida.
2260Lamento muito.

2261

2262

2263**O SR. CAP. MARCELO ROBIS FRANCISCO NASSARO (CNCG)** – Senhor
2264secretário, CNCG pede vistas, também, para acompanhar.

2265

2266

2267**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Perfeito. Então,
2268nós vamos retirar. Mas esse assunto tem que voltar mais arredondado na próxima, e
2269aí não vai ter mais essa possibilidade. Obrigado.

2270

2271

2272**A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama)** –
2273Perguntamos se mais alguém pede vistas, na medida, então, que nós temos, agora,
2274Ibama, CNCG, Ministério do Meio Ambiente – que também fez o pedido de vistas, não
2275é isso? – FNP, PROAM.

2276

2277

2278**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Bom, nós vamos
2279em frente, então. Vamos discutir o segundo processo, que é o processo de revisão da
2280Resolução Conama 432 de 2001, que criou a fase M4 do programa de controle da
2281poluição do ar por ciclomotores, motocicletas e veículos similares – PROMOT, a fim de
2282alterar a tabela número um do anexo primeiro. Quem vai relatar?

2283

2284

2285**O SR. PAULO MACEDO (Ibama)** – Boa tarde a todos. Paulo Macedo, do Ibama.
2286Bom, essa proposta de Resolução visa corrigir um erro detectado no início do ano,
2287quando nós começamos a implementar a 432, que ocorreu na Câmara Técnica de
2288Assuntos Jurídicos; quando da modificação da forma, tentando melhorar a forma da
2289proposta que veio da Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e passando as
2290exigências dos limites e dos prazos, que estavam em texto, para uma tabela. Então,
2291foram esquecidos dois itens – na verdade, duas palavras e um artigo, e duas palavras
2292no outro, que estão comprometendo a aplicação da Resolução. Então, se pudesse
2293mostrar, ali, o quadro... Só a tabela que nós estamos propondo a alteração, por favor.

2294 Porque, na verdade, é o seguinte: existe um (...) para a fase quarto do PROMOT que
2295 é previsto para 1º de janeiro de 2014 apenas para os novos modelos de motocicleta, e
2296 a fase se inicia, mesmo, no dia 1º de janeiro, para todos os modelos. Então, esse
2297 “novos modelos” e esse “todos os modelos” é que foi omitido. Então, pode haver
2298 alguma confusão de interpretação, no sentido de que todos têm que começar em
2299 2014, quanto, na verdade, é 2016. Então, que essa Resolução se proponha a colocar
2300 essas duas células, onde está escrito “modelos novos”, e, a outra, “todos os modelos”.
2301 Veja que a única coisa que muda são os prazos, 2014, e 2016. É isso.

2302

2303

2304 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Alguma
2305 necessidade de esclarecimento adicional? Então, nós colocamos em votação a
2306 proposta de Revisão apresentada pelo Ibama. Os que estiverem a favor, se
2307 manifestem erguendo seus crachás. Os que forem contrários, por favor, levantem os
2308 seus crachás. Está aprovada, a Resolução. Nós temos, agora, alguns informes, e
2309 alguns deles bastantes importantes do ponto de vista estratégico, nosso, aqui. Alguns
2310 refletem a substituição de moções por informes, em relação ao Estado do Paraná; há
2311 discussão sobre Aichi Nagoya; há discussão sobre o Código Florestal, que faz parte,
2312 um pouco, dessa estratégia nossa de associar informações a respeito do que está se
2313 passando nas elucidações do código; finalmente, a proposta de cidades sustentáveis.
2314 A previsão, aqui, é de iniciar agora com a Aichi e Nagoya. Nós vamos fazer uma
2315 inversão, vamos começar com as pendências relacionadas aos esclarecimentos que o
2316 Estado do Paraná ficou de apresentar nessa reunião, sobre as moções apresentadas
2317 anteriormente. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

2318

2319

2320 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama)** – Nós
2321 convidamos, então, a Zilda; pelo Ministério do Meio Ambiente, a Letícia, que começam
2322 a discussão sobre o licenciamento e o gerenciamento de áreas contaminadas; e, em
2323 seguida, o Estado do Paraná. Lembrando que essa é uma parte dos informes que, na
2324 plenária passada, nós então... Foi feito um acordo de retirada das moções que
2325 estavam pautadas por uma discussão nessa plenária. Então, os autores das moções,
2326 que era a Zuleica e o Paulo Brack, vieram para essa reunião para que possamos fazer
2327 esse debate.

2328

2329

2330 **A SR^a. LETÍCIA CARVALHO (MMA)** – Boa-tarde a todos. Sou diretora de Qualidade
2331 Ambiental do Ministério do Meio Ambiente. A minha fala é no sentido de ilustrar e de
2332 compartilhar com vocês algumas atividades que são desenvolvidas no âmbito do
2333 departamento, que podem contribuir e subsidiar essa discussão que se inicia agora no
2334 Conama sobre licenciamento. Eu preciso frisar que o Departamento de Qualidade
2335 Ambiental não aborda exatamente questões de licenciamento. Nós trabalhamos com
2336 gestão de substâncias químicas, mas, evidentemente que as moções que foram
2337 trazidas aqui na reunião passada eram moções que ilustravam casos de
2338 contaminação oriundos de problemas de licenciamento. Então, o nosso entendimento
2339 é que a gestão de substâncias químicas é uma dimensão crucial nos processos de

2340licenciamento de empreendimentos poluidores. O meu intento é relatar duas
2341atividades desenvolvidos no departamento do ministério. O Departamento de
2342Qualidade Ambiental é ponto focal para convenções internacionais que regulam
2343poluentes orgânicos persistentes. São substâncias químicas de regulação global, e o
2344MMA, por intermédio do Departamento de Qualidade Ambiental, tem o papel de
2345coordenar o processo nacional de cumprimento desses compromissos. Então, nesse
2346sentido, nós trabalhamos com a implementação do Plano Nacional de Implementação
2347da Convenção de Estocolmo, sobre poluentes orgânicos persistentes. E a nossa
2348forma de trabalhar inclui a realização de inventários e de planos da ação que
2349subsidiem esse processo de implementação dessas convenções – dessa convenção
2350em especial. E, nesse sentido, uma das atividades que nós realizamos ano passado e
2351reeditamos esse ano – que eu entendo que pode contribuir para esse processo – foi a
2352capacitação de servidores dos OEMAs em gestão de poluentes orgânicos
2353persistentes. Entenda-se por gestão um curso que foi oferecido pela Cetesb em 2011,
2354onde nós pudemos viabilizar a participação de cinco estados, com três representantes
2355cada, e onde foram abordadas questões gerenciais, um perfil gerencial, um perfil de
2356monitoramento e coleta; um dos módulos do curso era endereçado ao fortalecimento,
2357monitoramento e coleta de informações relativas à contaminação por poluentes
2358orgânicos persistentes; e, por fim, uma das questões, que é uma dos maiores
2359gargalos em âmbito nacional para implementação de uma gestão de químicos – em
2360especial de POPs – que é a capacidade nacional laboratorial, de análises
2361laboratoriais. E um dos módulos desse curso tinha justamente esse objetivo. Nós
2362tivemos cinco estados capacitados em 2011 e mais 6 estados capacidades em 2013.
2363A nossa leitura é que evidentemente os Estados têm uma imensa fragilidade em
2364abordar a gestão de substâncias químicas de forma geral. Muitos estados tiveram
2365dificuldade de identificar, de indicar três perfis distintos para participar desse processo,
2366desse curso de capacitação. Mas mesmo assim eu acho que tivemos alguns
2367resultados, inclusive, inesperados; positivos e inesperados. Alguns estados chegaram
2368a produzir planos estaduais de implementação de gestão de poluentes orgânicos
2369persistentes, como, por exemplo, o Estado de Goiás, alguma coisa se iniciou no
2370Estado do Rio de Janeiro. O nosso entendimento é que, de uma forma tangencial, não
2371especificamente voltada para o licenciamento, mas que essa iniciativa de inserir a
2372dimensão da questão de químicos dentro dos OEMAs é uma dos principais desafios
2373que o departamento tem daqui para adiante; de poder internalizar uma das formas
2374mais concretas de atender aos compromissos que são dados internacionalmente,
2375perpassa por esse processo de capacitação e de fortalecimento institucional para
2376gestão de químicos no âmbito dos estados, especialmente no que refere a processos
2377de controle, monitoramento e licenciamento. Bom, outro relato que eu gostaria de
2378fazer e que eu entendo que contribui para esse processo de discussão é que nós
2379também somos responsáveis pela implementação do P2R2, que é o Plano Nacional
2380de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com
2381Produtos Químicos Perigosos. E trabalhamos nesse processo por meio do
2382fortalecimento do apoio à criação dentro dos estados, de comissões estaduais, que
2383envolvam saúde, defesa civil, OEMAs, e que se preparem de forma preventiva com
2384protocolos prévios, para poder endereçar emergências ambientais com produtos
2385químicos perigosos. Uma das estratégias de implementação desse plano inclui um

2386seminário, realizado no ano passado, onde nós juntamos aproximadamente setenta
2387ou oitenta pessoas desses três segmentos – incluindo sociedade civil, setor privado –
2388justamente para discutir os impactos e a influência da análise de risco com
2389substâncias químicas perigosas, especialmente no transporte, vinculado ao processo
2390de licenciamento ambiental. O que ficou muito claro para nós é que praticamente isto
2391inexiste: esta vinculação do uso do instrumento de análise de risco em processos de
2392ordenamento do território. Esse trabalho que é feito no âmbito do licenciamento
2393ambiental, o requerimento do licenciamento ambiental, que é a análise de risco, não
2394tem praticamente nenhum impacto hoje em processos de reordenamento territorial e
2395de melhor alocação de empreendimentos poluidores no âmbito dos estados. Essa foi
2396uma das principais diretrizes e resultados apontados pelo seminário, em que apenas
2397uma única experiência – se não me engano, em São José dos Campos – foi relatada,
2398em que uma análise de risco minimamente influenciou um processo de tomada de
2399decisão de alocação de uma atividade polidora do território. Então, o que nós tiramos
2400desse seminário é que essa é uma das principais linhas no fomento de atuação no
2401âmbito do departamento daqui para adiante, no sentido de promover uma
2402aproximação entre instrumentos de ordenamento e território, instrumentos de tomada
2403de decisão, no licenciamento, com o processo de análise de risco. Então, o que eu
2404gostaria de trazer na verdade são pontos que apontam caminhos por onde ir, porque
2405ainda é um caminho a ser trilhado. Não há protocolos e praxes no sentido de que a
2406questão das substâncias químicas e a da análise de risco sejam vistos como
2407instrumentos de impacto imediato de tomadas de decisão, no sentido de viabilizar
2408previamente uma tomada de decisão que impeça que atividades poluidoras estejam
2409acontecendo próximas a áreas urbanas e aglomerações urbanas. Então, basicamente
2410era esse o relato. Ah. Esqueci de falar uma coisa: nós também estamos dentro desse
2411processo de implementação de implementação da Convenção de Estocolmo.
2412Concluimos agora, não mencionei antes, mas a convenção é implementada a partir de
2413inventários e planos de ação. E nós concluimos no ano passado, publicamos e vamos
2414disponibilizar agora o inventário de dioxinas e furanos, que são poluentes orgânicos
2415persistentes, emitidos para a atmosfera, basicamente por conta da queima, da
2416combustão; e uma das principais fontes de dioxinas e furanos é a queima a céu
2417aberto. Então, eu entendo que é uma das principais diretrizes agora na elaboração do
2418plano de ação estabelecer protocolos e iniciativas que visam abordar nos estados e
2419municípios a questão da queima a céu aberto, que é a segunda maior fonte de
2420emissão de dioxinas e furanos. E eu me coloco à disposição para que esse debate
2421sobre gestão de substâncias químicas e regulação de químicos que acontece
2422preferencialmente no âmbito da Comissão Nacional de Segurança Química, da qual
2423eu sou coordenadora, para que possamos aproximar essa questão da regulação do
2424(...), da gestão dessas substâncias aqui dos debates do Conama. Porque,
2425posteriormente, uma das principais formas de implementação de qualquer diretriz
2426dessas vinculadas a esse tema é por intermédio de Resoluções Conama. Então, eu
2427acho que seria de suma importância que esses debates fossem antecipados aqui e
2428não só viessem apenas como regulação de temas específicos na hora de elaborar
2429resoluções. No mais, eu me coloco à disposição para outros esclarecimentos e para
2430continuarmos a conversar sobre esse assunto aqui no Conama. Obrigada.

2431

2432

2433 **A SR^a. ZILDA VELOSO (MMA)** – Boa-tarde a todos. Sou diretora de ambiente urbano
2434 na Secretaria de Recursos do Meio Urbano, do Ministério do Meio Ambiente.
2435 Complementando a fala da Letícia, nós também estamos aqui para tentar colocar
2436 algumas das ações que vimos buscando fazer para melhorar a capacitação dos
2437 estados, no que diz respeito ao gerenciamento tanto de substâncias químicas, de
2438 poluentes orgânicos persistentes (como a Letícia falou), como também de resíduos
2439 perigosos. Este mesmo plenário aprovou, há pouco mais de dois anos, a Resolução
2440 nº 420, de 2009. E é bom que nós estejamos aqui para tratarmos desse assunto, pois
2441 é um assunto importante para todos os órgãos estaduais de meio ambiente. Aprovou
2442 essa Resolução. Essa Resolução trouxe valores indicadores de qualidade do solo,
2443 mas trouxe também uma tarefa muito grande para todos os órgãos estaduais de meio
2444 ambiente, que seja levantarem e chegarem aos seus valores de referência de
2445 qualidade do solo. Sem eles eu não consigo identificar quais são as áreas
2446 contaminadas que eu tenho, onde elas estão localizadas, qual tipo de que elas
2447 precisam para serem remediadas, e voltar a se ter aquele solo utilizado para outra
2448 finalidade, ou para a finalidade a que ele vinha sendo usado. Nós começamos, depois
2449 de um processo licitatório, um processo de capacitação com o apoio da USP. A USP
2450 foi a entidade escolhidas após esse processo licitatório. Nós tivemos um curso
2451 presencial em São Paulo, de onde participaram dois representantes de 24 OEMAs, ou
2452 seja, de 24 estados brasileiros, 24 órgãos ambientais. Estamos, desde outubro, e
2453 deve-se estender até o final de abril, em um processo de educação a distância,
2454 capacitando para que os órgãos estaduais de meio ambiente levantem os seus
2455 valores indicadores e implementem a Resolução 420. Eu queria deixar um lembrete
2456 aos senhores dirigentes: alguns técnicos que participam conosco têm se queixado da
2457 dificuldade que eles têm internamente de trazer a importância desse assunto. É um
2458 assunto importante, para todos, nós termos esse mapeamento, até porque a Política
2459 Nacional de Resíduos Sólidos também nos pede para levantar e recuperar as áreas
2460 que eram usadas para disposição de resíduos, e também fazer um levantamento de
2461 áreas contaminadas órfãs. Então, são essas as ações que nós estamos tendo
2462 relacionadas a esse assunto de gerenciamento de áreas contaminadas e
2463 gerenciamento de resíduos perigosos. Lógico que essas ações têm um impacto
2464 indireto no licenciamento ambiental. Elas não são ações direcionadas para o
2465 licenciamento ambiental, mas são ações que podem provocar programas preventivos
2466 de redução da geração de resíduos perigosos e de descontaminação de áreas já
2467 contaminadas. Obrigada.

2468

2469

2470 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Só um pedido de
2471 esclarecimento. Eu depreendo o que vocês falaram. Nós não temos jurisdição para
2472 atuar nesse assunto, a não ser no contexto das convenções e da produção de
2473 diretrizes, etc. É isso? Eu resumi de uma forma meio brusca. Não o Conama, o
2474 ministério. Por exemplo, vamos supor uma situação em que se tenha derramamento
2475 de resíduos em determinado lugar: nós não temos no ministério, estritamente falando,
2476 condição de interferir nessa situação. É isso?

2477

2478

2479 **A SRª. LETÍCIA CARVALHO (MMA)** – Não. Nós temos condição de interferir. O que
2480 eu disse é que nós não abordamos diretamente processos específicos de
2481 licenciamento ambiental.

2482

2483

2484 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Entendi. Mas como
2485 seria nossa convenção de intervenção?

2486

2487

2488 **A SRª. LETÍCIA CARVALHO (MMA)** – Seria no sentido de diretrizes, no sentido de
2489 criar processos de apropriação.

2490

2491

2492 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Tem um evento
2493 extremo: o caminhão aqui virou. O que o Ministério do Meio Ambiente pode fazer?

2494

2495

2496 **A SRª. LETÍCIA CARVALHO (MMA)** – Nesse caso, nada.

2497

2498

2499 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Uma indústria teve
2500 um derramamento “barra pesada” no rio.

2501

2502

2503 **A SRª. LETÍCIA CARVALHO (MMA)** – Aí depende. Depende da magnitude do
2504 problema. Aí tem o papel do Ibama. Agora, o Ministério do Meio Ambiente atua
2505 preferencialmente na prevenção e no preparo.

2506

2507

2508 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Então, na verdade,
2509 quando há a possibilidade de intervenção, essa possibilidade é do Ibama interferir em
2510 função de um dano ambiental excessivo?

2511

2512

2513 **A SRª. LETÍCIA CARVALHO (MMA)** – Exatamente.

2514

2515

2516 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Obrigado. Na
2517 sequência, é agora o Estado do Paraná, que fará uma apresentação.

2518

2519

2520 **O SR. MÁRCIO FREITAS (IBAMA)** – Só para deixar mais clara esta questão de
2521 competência, é que existem vários níveis de intervenção. Na verdade, esse é um
2522 assunto do Sisnama, mas está devidamente equacionado no próprio processo de
2523 licenciamento. Então, aí é que vem essa questão da atuação dos três níveis de

2524governo. O disciplinamento do uso do solo é uma competência municipal; o
2525licenciamento das fontes poluidoras, via de regra, é estadual, ou às vezes municipal, e
2526algumas vezes, federal, de acordo com as questões colocadas pela Lei Complementar
2527nº 140. Então, essas atribuições dos três níveis de governo estão muito mais
2528vinculadas à questão do licenciamento daquela atividade que gerou o problema
2529ambiental, o acidente ambiental, ou o agravo ambiental decorrente do assunto, do que
2530propriamente uma ausência de competência. Essa competência está vinculada ao
2531licenciamento, de certa forma. Só para deixar claro. E nós temos – todos os órgãos
2532ambientais no nível estadual, municipal e federal (municipal, muito poucos) – um
2533atendimento a emergências ambientais, que são os casos de transporte de cargas,
2534etc. Só para deixar mais clara essa questão.

2535

2536

2537**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Tarcísio do Estado
2538do Paraná.

2539

2540

2541**O SR. LUIZ TARCISIO MOSSATO PINTO (Governo do Estado do Paraná)** – Boa-
2542tarde, secretário, conselheiros. Como houve um questionamento sobre o Estado do
2543Paraná, de algumas moções da reunião passada do Conama, e nós ficamos de
2544receber uma proposta das entidades para que nós pudéssemos discutir isso no
2545estado, eu posso dizer que até o presente momento... Então eu gostaria de receber o
2546protocolo, porque, sinceramente, tanto eu quanto o secretário... Ah! Tudo bem. Mas
2547de qualquer forma, depois, por favor, se puder me posicionar, eu ficaria grato. Então,
2548eu gostaria de fazer uma exposição da forma pela qual nós trabalhamos os
2549licenciamentos das usinas e hidrelétricas do estado e também das áreas
2550contaminadas. O pequeno histórico para vocês: na década de 1970 trabalhava-se
2551muito a questão da água; na década de 1980, o ar; e depois, na década de 1990, os
2552resíduos sólidos. Um histórico do Estado do Paraná: a primeira agência criada foi a
2553Agência Reguladora dos Recursos Hídricos, que vem estabelecer algumas diretrizes
2554para o estado, onde tiveram as definições dos sistemas de tratamento, dos processos
2555industriais do estado; aí são alguns sistemas de tratamento da época. Em 1978, foi
2556criada a Surema, que vem permitir a fiscalização e a proteção do meio ambiente no
2557Estado do Paraná. Em 1992 foi criada a Secretaria de Estado e Meio Ambiente, que
2558vem com todos os programas na área de recursos naturais, água, ar, solo, fauna e
2559flora. Em 1992, a criação do Instituto Ambiental do Paraná, que tem a função de
2560executar os serviços na área de fiscalização e licenciamento ambiental no estado. O
2561estado segue as linhas e as diretrizes da legislação em si. E nessa portaria de 1998
2562determina-se a criação da Câmara Técnica de Resíduos do Estado do Paraná, a qual
2563trata exclusivamente dos resíduos contaminantes do estado, e ela é composta por
2564seis engenheiros com a participação de, no mínimo, três pessoas. A Lei Estadual de
2565Resíduos Sólidos, criado no Estado do Paraná, dispõe sobre alguns
2566condicionamentos e armazenamentos, transportes, tudo para ter os cuidados de nós
2567não termos uma série de áreas contaminadas no estado, mesmo com a disposição de
2568transbordo de uma série de atividades vinculadas ao sistema de resíduos sólidos.
2569Dentro dessa lei, o art. 4º dispõe sobre o acondicionamento, armazenamento, coleta,

2570 transporte, tratamento e disposição final, pelo passivo ambiental de cada empresa.
2571 Através da Portaria nº 224 estabelecem-se alguns critérios. E, em seguida a
2572 Resolução nº 065, que está sendo reformalizada no Estado do Paraná, em discussão
2573 com todos os setores do estado. Dentro dessa resolução, o art. 67 prevê uma série de
2574 atividades que os empreendedores teriam que apresentar quando houver caso de
2575 passivo ambiental de alguns empreendimentos no estado. Aqui nós temos as fontes
2576 de contaminação no estado, ou seja, a fundição de chumbo, os postos de
2577 combustíveis, os lixões, os terminais e derivados de petróleo e álcool e os acidentes
2578 ambientais, como foi o próprio acidente que tivemos na Repar, no Estado do Paraná.
2579 Em seguida, vem a forma de exposição dos resíduos sólidos urbanos do Estado do
2580 Paraná, seguindo a lei federal antiga, que nós estamos falando do processo de
2581 contaminação de resíduos no estado. Nesses slides, não sei por que, mas era para
2582 aparecer o mapa do estado, e acabou aparecendo escuro. Aqui são alguns
2583 procedimentos dentro da resolução, que nós tratamos quando se há a questão de
2584 áreas contaminadas no estado; também na mesma sequência. Em seguida, dentro
2585 dessa resolução foi criado um anexo com termo de referência para elaboração do
2586 plano de encerramento e recuperação de área de disposição final dos resíduos
2587 sólidos. Os maiores processos nossos de contaminação são os postos de
2588 combustíveis – nós temos três mil postos no estado –, nós temos distribuição de
2589 combustível, de petróleo em si, 92 licenciadas no estado, e postos de abastecimento
2590 são 329. A Resolução Sema 021 dispõe sobre o licenciamento ambiental, e, dentro
2591 dessa Resolução, o anexo III dá diretrizes para elaboração dos estudos e identificação
2592 dos passivos ambientais das áreas contaminadas. Aqui existe uma tabela, pela qual
2593 são feitos os testes de contaminação. Nós temos um convênio com Mineropar, no
2594 Estado do Paraná, pelo qual presta um grande serviço para a instituição das análises
2595 do solo; são, em média, oitenta processos por mês por que ela faz as análises; é
2596 composta por uma equipe muito técnica no estado e tem apoiado muito a instituição
2597 na avaliação dessas áreas. Aqui, só para vocês terem uma ideia do controle que
2598 temos de áreas contaminadas. Nesse caso aqui, por postos de combustíveis, esses
2599 são os escritórios que nós temos no Estado do Paraná. Então, nós sabemos
2600 exatamente onde tem essas áreas contaminadas no estado. Essa é uma fonte de
2601 contaminação de agrotóxicos, é um depósito do Estado do Paraná onde se tinha o
2602 BHC, e essa área hoje encontra-se totalmente recuperada pelo estado. Próximo era
2603 uma área em Tamarana. O que acontecia: o estado antigamente fornecia o BHC aos
2604 produtores rurais e, quando houve a proibição, houve o recolhimento no estado, e
2605 todo esse material foi estocado numa área do Paraná, do governo do estado. E depois
2606 nós fizemos um trabalho de recolhimento desse BHC no Estado, ou seja, um incentivo
2607 aos agricultores: aquele que se autodenunciasse, que tinha BHC em sua propriedade,
2608 nós recolhíamos esse produto, sem ter nenhum processo-crime ou nenhum processo
2609 de infração ao produtor. E conseguimos, com esse objetivo, recolher uma grande
2610 quantidade de BHC no Estado. Além do BHC, eu queria registrar para vocês: o Estado
2611 do Paraná tem um processo de coleta de embalagens de agrotóxicos. Hoje é o único
2612 estado que recolhe 98% das embalagens de agrotóxicos no Estado do Paraná,
2613 através de um programa também realizado pelo governo. Aqui também são áreas
2614 contaminadas por chumbo, que é da indústria de chumbo. Nós temos um processo
2615 por que nós cuidamos muito perto, que é a Plumbum, em Adrianópolis. Nesse

2616 processo da Plumbum, eu posso garantir para vocês – inclusive tem um
2617 acompanhamento do Ministério de Minas e Energia –, nós temos um trabalho muito
2618 sério dessa área contaminada. Nós temos, além do passivo ambiental existente, a
2619 Secretaria Estadual de Saúde, que acompanha com resultados de análises das
2620 pessoas que convivem nas proximidades, e o próprio Ministério de Minas e Energia
2621 tem acompanhado esse processo no estado. Aqui também é outra área de
2622 contaminação. Também alguns rejeitos jogados fora das áreas que não eram de
2623 conhecimento do próprio governo na época. Também outra situação de chumbo. A
2624 mesma situação. E temos as áreas contaminadas por acidentes ambientais, que eu
2625 volto a frisar o caso da Repar no Estado do Paraná, onde nós demos um
2626 acompanhamento direto dessas áreas afetadas, com análise de solo periódica,
2627 inclusive com técnicos da Repar e do Instituto Ambiental do Paraná. Também uma
2628 sequência de algumas contaminações. Também as áreas contaminadas por curtume.
2629 Antigamente se tinha muitos costumes no Estado do Paraná, que tinha a disposição
2630 direta em recursos hídricos ou no sol, sem nenhum sistema de tratamento, e isso, é
2631 claro, influenciava muito na contaminação do lençol freático e dos nossos mananciais.
2632 Hoje eu posso garantir a vocês que não temos mais curtumes no Estado de Paraná
2633 fazendo esse lançamento direto no sol ou no corpo hídrico. A mesma situação.
2634 Rejeitos de mineração de carvão. São áreas contaminadas em que temos um
2635 acompanhamento diário e frequente dessas áreas, com relatórios periódicos
2636 apresentados. Tem o acompanhamento de todo o setor, tanto do IAP quanto da
2637 Mineropar, nessas áreas. Claro que, onde você tem a extração de carvão, você tem o
2638 processo das águas que são ácidas, e disso nós também temos um acompanhamento
2639 pelo nosso laboratório, onde gerenciamentos quais os níveis dessas águas hoje
2640 nessas áreas de mineração. Também são algumas áreas contaminadas por postos de
2641 combustíveis ou lavagem de veículos. Dentro dessa proposta, num convênio firmado
2642 com Universidade Federal do Paraná, onde temos o acompanhamento da
2643 universidade, inclusive com a determinação de valores de referência de metais
2644 pesados no solo no Estado do Paraná. Esse é um trabalho muito importante. Nós
2645 temos uma convivência muito forte com a universidade no acompanhamento desse
2646 processo. E aí, dentro desse contexto todo, onde foi firmado esse processo com o
2647 estado, e dividiu o estado em algumas planícies, para que pudéssemos trabalhar
2648 nessas áreas de contaminação. Aí vocês têm o mapa do estado com a divisão, com o
2649 acompanhamento da universidade, do Instituto Ambiental do Paraná, e da Mineropar.
2650 Também um novo mapa. Para quem dizer esse trabalho, ele encontra-se à disposição
2651 no próprio site do Instituto Ambiental do Paraná. E aqui vêm algumas estatísticas que
2652 temos de valores, estabelecidos também pela universidade. Bom, o que eu queria
2653 dizer para vocês dessas áreas, como a associação nos disse que apresentou esse
2654 trabalho, e, me desculpe se eu estou falando besteira, mas conversei com o secretário
2655 na semana passada sobre esse processo, e ele havia dito que ainda não havia
2656 recebido esse material. De qualquer forma, eu me coloco à disposição para receber
2657 esse material. Se realmente tiver, porque desconhecemos algum processo assim que
2658 seja diretamente ligado à contaminação humana, para que possamos estar discutindo
2659 esse processo junto com vocês. Coloco o estado à inteira disposição desse processo,
2660 mas volto a afirmar: eu desconheço, como presidente da instituição, a apresentação
2661 desses trabalhos.

2662

2663

2664 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama)** – Nós
2665 optamos por dividir: primeiro fazemos o debate sobre áreas contaminadas e depois a
2666 fala sobre hidrelétricas e terras indígenas e população ribeirinha.

2667

2668

2669 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Bom-dia. Obrigada pelas apresentações. Isso
2670 foi resultado de uma troca de um acordo em plenária. De fato, eu enfiei um e-mail
2671 para o Dr. 'Iurk', foi o combinado com ele aqui, que nós levássemos adiante nossos
2672 problemas locais no estado. Mas do objetivo que tinha sido dito aqui por mim, sobre o
2673 objetivo dessas moções, era justamente discutir como é que o mau licenciamento ou
2674 um bom licenciamento mal fiscalizado gera mais degradação social e ambiental, e
2675 inclusive era por isso que nós fizemos as moções em solidariedade às vítimas. Porque
2676 nós não temos visto ações do governo estadual em relação à remediação dessas
2677 áreas. São décadas, no caso de Adrianópolis, por exemplo; as crianças, as famílias
2678 que já estão invadindo as áreas de rejeitos, há muitos anos; as crianças já começam,
2679 já estão apresentando altos níveis de chumbo nos dentes, já estão com a saúde
2680 comprometida para o resto da vida. E são anos e anos só no caso de Adrianópolis. No
2681 caso, por exemplo, de São Mateus, foi dito aqui que não era verdade que o ar estava
2682 poluído em São Mateus, e a pessoa que veio aqui dizer isso disse que eram
2683 moradores de São Mateus e que respiravam ar puro. Isso foi em novembro de 2012,
2684 nossa última plenária. No dia 6 de fevereiro de 2013, portanto mês passado, a
2685 promotoria de justiça de São Mateus do Sul ajuizou ação civil pública em defesa do
2686 meio ambiente, da saúde humana, contra a 'Petrocics', devido à poluição no
2687 município. Então, nós tínhamos desmentido o tempo todo, mas eu quero que os
2688 senhores aprendam que nós estamos falando a verdade. Porque não é possível que
2689 toda vez eu tenha que vir provar que eu falei a verdade. Qualquer um pode entrar na
2690 internet e saber a verdade. Isso que eu queria resumidamente dizer, porque eu
2691 encontrei essa matéria na internet. Bom, a questão do licenciamento é a seguinte:
2692 pelo que foi feito aqui na conversa ontem que nós tivemos com as ONGs, eu acho que
2693 ficou claro para todo mundo que essa questão que acontece no Paraná com
2694 recicladoras de baterias de chumbo, a questão das usinas a carvão, a questão da
2695 queima de pneus, que foi licenciado pelo IAP. A Cocamar queimava pneus com
2696 licença do IAP, quando era proibido num forno de queima de bagaço de cana. Então,
2697 foi preciso entrar com uma ação civil pública, que durou anos, para que
2698 conseguíssemos proteger aquela população que dormia com fuligem de pneu no
2699 travesseiro, em cima da mesa, nos pratos. Então, eu queria saber o que o Paraná
2700 está fazendo para melhorar essa situação no licenciamento, que está caótica? Eu sei
2701 que é muito complicado para você, Tarciso, responder, na situação que você ocupa.
2702 Mas nós sabemos que não tem concurso público desde a década de 1980, que o
2703 órgão está desmontado. Aquela câmara de que você falou de resíduos perigosos, ela
2704 liberou em 2004 ou 2002 a entrada de toda a terra contaminada da Carbocloro, com
2705 tetracloroetileno, quando a Resolução do Conselho Estadual proibia esse tipo de
2706 resíduo no Paraná. Então, assim, nós temos uma história, nós temos uma longa
2707 história, e eu acho que todo mundo aqui que é ambientalista tem essa mesma história

117

59

118

2708nos seus estados. Eu estou falando alguma bobagem? Eu acho que todo
2709ambientalista que acompanhou os problemas ambientais nos seus estados vai relatar
2710algum fato muito parecido com alguma dessas moções, com as mesmas
2711características. Então, eu tinha dito que não queríamos atacar com o Governo do
2712Paraná. Mas agora, com essa oportunidade, não foi respondida, eu realmente solicitei
2713uma reunião com o Dr. Iurk, conforme ele aqui anunciou que faria, e nunca
2714respondeu. Eu tenho aqui o e-mail e posso te enviar. Inclusive convidei o Dr. Sant
2715Clair, do Ministério Público, para fazer parte do grupo para resolver isso. Lógico que
2716não queremos resolver isso aqui no Conama, não era essa a intenção, mas nós
2717queremos tirara disso aquilo que nós conseguimos com o apoio do Dr. Gaetani, que é
2718fazer discussões sobre o licenciamento no Brasil, o que o Conama pode fazer, o que o
2719MMA pode fazer. Eu estava conversando com a Dra. Zilda e ela realmente não vê
2720muita saída que não seja o Conama. O Conama que tem que estabelecer as grandes
2721diretrizes para impedir que essas coisas continuem acontecendo. Mas, por outro lado,
2722sabemos que a vontade política do estado... Porque alguém hoje falou o do pacto
2723federativo. Se não fosse a policia federal e o Ibama, a Sanepar estava jogando lodo
2724de esgoto ainda na água, porque são mais de cinco anos que a ProMark – e o
2725representante está aqui – fez uma denúncia de lançamento de esgoto *in natura* no rio
2726Iguaçu, que é um rio federal. Nós denunciamos ao Ministério Público, chamamos o
2727Jornal *Gazeta do Povo*. Eu tenho a reportagem até hoje. E nada aconteceu com a
2728Sanepar. Se não fosse a policia federal e o Ibama, a população estaria totalmente
2729indefesa, tanto que estão indiciados hoje vários diretores da Sanepar. Não tenho
2730prazer nenhum em contar isso, mas eu acredito que está acontecendo em vários
2731estados do Brasil também. Isso infelizmente é uma praxe, e não a exceção. Então, eu
2732não sei como fazer isso. Eu confesso que eu não sei como vão fazer isso, mas com a
2733boa vontade de todos e com a boa vontade do Ministério do Meio Ambiente, talvez o
2734Ministério da Saúde poderia estar participando, eu solicito, Dr. Gaetani, que nós
2735façamos, depois dessa primeira proposta que o senhor fez de patrimônio genético...
2736Sim, para licenciamento, sim, na questão do licenciamento, se for por temas.
2737Desculpe, eu acho que entendi errado. Se for por temas, que nós façamos o tema da
2738contaminação química, da gestão das substâncias químicas perigosas, da questão da
2739reestruturação dos órgãos ambientais, é uma discussão sobre isso. Inclusive, em que
2740“estado da arte” está cada órgão ambiental no estado; os conselhos estaduais como
2741estão. Foi feita uma pesquisa na época em que o Dr. Nilo Diniz era diretor de apoio do
2742Conama, que eu me lembro que eu respondi essa pesquisa, eu não sei onde que está
2743o resultado, mas eu acredito que o resultado mostra que o Sisnama ainda precisa de
2744muito apoio, muito para ser, de fato, fortalecido. Então, sem participação democrática,
2745sem transparência, órgãos desmontados, sem equipamentos e sem concurso público,
2746como é que vamos dizer que nós temos no Sisnama hoje no Brasil? Nós estamos
2747fingindo que temos, e vamos continuar fingindo enquanto essas pessoas, que eram
2748objeto das nossas moções, continuam sendo vítimas. Nós estamos sendo vítimas.
2749Porque a nossa água já está ficando cada vez mais contaminada. Não são apenas as
2750populações pobres hoje, que são sempre as primeiras a sofrer as consequências, mas
2751hoje não tem mais distinção de cor, de raça ou de capacidade financeira. Então, eu
2752acho que está chegando um ponto em que precisamos rever ou discutir alguns
2753pontos. Foi essa a nossa intenção. Muito obrigada.

2754

2755

2756 **O SR. PAULO** – Agradecendo a oportunidade, o secretário Gaetani que tinha... Então,
2757 essa questão pendente relativa às moções; e nós fizemos um pedido de vista. Eu,
2758 resumidamente, acho que poderia destacar aqui alguns pontos. Primeiro,
2759 considerando a apresentação do Governo do Paraná, não gostaríamos de focar só no
2760 Estado do Paraná, mas, de qualquer maneira, se tivesse alguma forma de apresentar
2761 os planos para essas áreas, nós podemos caminhar isso tudo talvez, já que esse
2762 documento de solicitações de informações se perdeu, nós podemos novamente ou
2763 caminhar para que essas áreas que fazem parte dessas moções, essas áreas do
2764 Paraná, sejam apresentados por parte do governo do estado esses planos de
2765 recuperação, já que têm esses passivos de contaminantes, enfim. Para nós seriam
2766 bem importante esses planos. Em segundo lugar, a questão da própria Resolução nº
2767 420 que identifica essas áreas em nível nacional, eu acho que é importante, talvez à
2768 semelhança do que acontece hoje, que o mapa do trabalho escravo no Brasil, que é
2769 um trabalho bem interessante que o governo federal vem fazendo junto com a justiça,
2770 enfim. Eu acompanhei uns encontros e reuniões e me parece que o mapa do trabalho
2771 escravo hoje identifica onde existe no Brasil – isso conforme várias ações que o
2772 governo vem acompanhando, Secretaria de Direitos Humanos –, que nós façamos
2773 algo semelhança a essas áreas onde existem passivos, áreas críticas de
2774 contaminantes, aqui em Santa Catarina há vários, o Tadeu já falou hoje, e que esse
2775 documentos com esse mapeamento apresente também os seus planos, que nós
2776 instigamos os governos estaduais, municipais, até o federal, para que se possa
2777 abordar e resolver, ou pelo menos enfrentar essas questões. Mas que tenhamos, à
2778 semelhança do que já existe no mapa do trabalho escravo no Brasil, o mapa dessas
2779 áreas críticas que ficam disponibilizadas. Eu não conheço, talvez até posso estar aqui
2780 desconhecendo alguma coisa que já existe, mas eu acho importante nesse sentido
2781 para não focarmos em situação específica, mas que possamos ter um controle maior
2782 e uma política nacional para enfrentamento desses problemas, e que eles estejam
2783 digamos assim, dentro de planos e dentro do próprio sistema nacional de meio
2784 ambiente. Obrigado.

2785

2786

2787 **O SR. HASSAN SOHN (APROMAC/Cianorte-PR)** – Boa-tarde a todos. Primeiro, eu
2788 queria externar meu agradecimento ao Tarcisio e ao Governo do Paraná pela
2789 coragem de expor a situação perante todos. É sempre muito desconfortável estar na
2790 berlinda, não porque seja diferente dos outros estados, mas por uma questão de
2791 circunstâncias serviu como exemplo para que nós iniciássemos grandes discussões
2792 no âmbito desse conselho. Nós ouvimos reiteradamente no dia hoje a necessidade de
2793 reforçar a Sisnama, ouvimos o início e a empolgação de todos para a discussão da lei
2794 complementar 140; ouvimos agora, há poucos instantes, depoimentos dizendo que a
2795 gestão e o planejamento de gestão de substâncias químicas não é comumente
2796 tomado em consideração na tomada de decisão; ouvimos aqui há poucos instantes
2797 ser de dito que existem dificuldades identificadas em todas as OEMAs para
2798 internalização do tratamento de assuntos relacionados à gestão de resíduos, a ponto
2799 de que essa situação apresentada pelo governo do Paraná nós tenhamos certeza que

2800é partilhada por todos os estados, em maior ou menor grau; em geral em maior grau,
2801e isso me preocupa. Então, eu venho aqui em nome da sociedade civil, primeiro
2802colocar à disposição da ProMark de continuar essa discussão. Nós estamos nesse
2803diálogo com o Governo do Estado do Paraná há décadas e outra fundação da
2804ProMark em 1985. E, claro, com alguns momentos de maior aproximação, outros
2805momentos de menor aproximação, e gostaríamos de voltar a ter aproximação e
2806vemos essa mudança do secretário com bons olhos, porque a gestão anterior dele foi
2807um momento de grande diálogo, e espero que esse grande diálogo seja retomado. E
2808venho aqui trazer uma mensagem e um apelo a Abema e a todas as OEMAs; um
2809apelo vindo das fileiras de vocês mesmos. Os órgãos ambientais, estão com
2810dificuldades internas, dificuldades estruturais, faltas de concurso, que não ocorrem há
2811décadas em vários dos órgãos, falta de dinheiro, falta de capacitação. É claro que
2812quando um órgão vem falar oficialmente através de seus diretores, não vai ficar
2813expondo esse tipo de fragilidade, porque vem aqui defender um trabalho que
2814consegue fazer dentro daquela estrutura. Mas nós vemos que o que é conseguido
2815fazer não vem sendo suficiente para a implementação da política de meio ambiente no
2816país. Então, nós gastamos, investimos tempo, recursos humanos, recursos
2817financeiros, em discussão de temas de grande importância e relevância para essa
2818nação, por exemplo, a política nacional de resíduos sólidos, e que teremos encontro
2819nacional. E depois esbarramos na falta da estrutura local. E os funcionários dos
2820órgãos, em pânico, têm que escolher entre atuar em uma ou outra área, porque não
2821tem condições de fechar todo o imenso leque que um órgão ambiental tem que
2822cumprir. Acho muito importante a discussão da lei complementar 140 e já conclamo os
2823municípios a refletirem de que forma vão assumir essa missão importante, sem repetir
2824o equívoco de não destinar os recursos humanos e financeiros necessários para o
2825bom desenvolvimento dessa missão. É isso que eu gostaria de agregar. Obrigado.

2826

2827

2828**O SR. FRANCISCO GAETANI (SECRETÁRIO EXECUTIVO DO Conama)** –
2829Obrigado. Vou pedir para o Tarciso e aproveitar e emendar na próxima conversa, e ter
2830uma interface com a questão do licenciamento. Você já aproveita e faz a segunda
2831exposição.

2832

2833

2834**O SR. LUIZ TARCISIO MOSSATO PINTO (Governo do Estado do Paraná)** –
2835Primeiro, eu acho que eu assumi um compromisso com vocês, não foi nem o
2836secretário. Eu, presidente do Instituto Ambiental do Paraná, naquela tribuna, assumi
2837compromisso com as ONGs que me apresentassem as reivindicações, que eu
2838discutiria com vocês em toda e qualquer instância dentro do Estado do Paraná. E
2839volto a informar, eu não recebi. Portanto, algumas críticas que vêm ao órgão
2840ambiental, principalmente se referindo à forma de licenciamento ambiental no estado,
2841eu convoco vocês para ver como é feito o licenciamento no Estado do Paraná. No ano
2842passado, foram 25 mil pedidos de licença dentro da instituição. Nós fizemos mais de
284322 mil licenças e aposto que pouca gente sabe o que foi licenciado no estado, e que
2844pouca gente acompanhou esses licenciamentos. Então às vezes é fácil criticar que o
2845órgão é inoperante e que não atende. Mas eu deixo mais um desafio para vocês:

2846acompanhem de perto, porque eu estou aberto para estar acompanhando junto com
2847você. O próximo passo: realmente, o órgão ficou defasado, eu falo isso de dentro da
2848casa. Tenho 26 anos de IAP, sofremos muito. Não vou levar para discurso político.
2849Mas a instituição se degradou em 8 anos. Realmente foi um momento que
2850decepcionou todos nós funcionários, mas agora estamos resgatando tudo isso. E
2851quando assumiu o órgão ambiental, a primeira coisa que fiz foi resgatar a credibilidade
2852dos funcionários e da instituição. O governador já autorizou e nós já estamos em fase
2853final da contratação de 250 pessoas, que foi de um concurso de 1999. E, após o
2854concurso, nós já temos a liberdade de abrir um novo concurso para o estado. Eu
2855concordo que, de repente, não é só o Estado do Paraná que está defasado. Mas nós
2856estamos buscando solução. E buscar solução, às vezes, não é só em cima de críticas,
2857é em cima de apoio também, é trabalhar junto, é dividir os problemas juntos. Por isso,
2858volto a dizer para vocês: estou à disposição para discutir, seja em seminário, seja com
2859o presidente do IAP, qualquer ação que tenha, o que eu coloquei foi: estamos
2860resolvendo problemas passivos que vêm e que existem dentro do estado. E para isso
2861eu estou aberto. Mais uma vez, Zuleica, estou à disposição de vocês, mas, por favor,
2862me traga a demanda, que eu não volto por uma discussão no Conama, sem ter o
2863debate no estado. O próximo é sobre os BCHs, usinas hidrelétricas. Também houve
2864um questionamento da questão dos desabrigados pelas usinas hidrelétricas no
2865Paraná. E também eu volto a conversar na mesma linha: são processos que
2866provavelmente ocorreram numa década antiga, e isso realmente deve ter gerado
2867algum passivo. E se tiver alguma demanda também, volto a informar que estou à
2868disposição para discutir com essas pessoas no Estado do Paraná. Sobre o
2869procedimento de licenciamento ambiental no estado, eu gostaria de dizer para vocês
2870que seguimos toda a legislação pertinente ao setor elétrico do estado, sejam as
2871resoluções Sema, resoluções conjunta, resolução Conama. Nós seguimos todas
2872essas diretrizes, para que façamos o licenciamento de usinas no Estado do Paraná.
2873Aqui só as definições sobre CGH, BCH e usinas hidrelétricas; a cronologia dos
2874empreendimentos, tipos de licenciamento; a documentação exigida para LP; com isso
2875eu estou dizendo dos processos que passamos no Estado do Paraná, tendo em vista
2876um longo período sem licenciamento, principalmente do setor hidroelétrico do estado.
2877Eu queria aqui fazer uma ênfase a vocês, que nós falamos daquelas pessoas que
2878sofreram com enchimento dos reservatórios: nós tomamos um cuidado muito especial
2879no Estado, e uma delas está aí, que é a anuência de todos os proprietários afetados,
2880com a cópia da devida matrícula com todos os compromissos de reserva legal. Esse é
2881um documento pelo qual hoje não acontece mais de deixar pessoas não serem
2882indenizadas ou realocadas, para a construção de um reservatório. Os procedimentos
2883de um licenciamento da licença de instalação. Mas eu gostaria de deixar uma coisa
2884clara, que às vezes as pessoas nos criticam muito no Estado, com algumas
2885demandas judiciais. Primeiro, o órgão cumpre com uma legislação, quer dizer, se você
2886entra com um pedido de licenciamento dentro da instituição, eu vou analisar, indeferir
2887ou deferir. Quem dá as concessões para o licenciamento ambiental não é o IAP, não é
2888a Secretaria de Meio Ambiente. Quem dá as concessões é a Agência Nacional de
2889Energia Elétrica. Nós apenas cumprimos com uma regra de trâmite de um processo.
2890Então, às vezes nós sofremos muitas demandas, mas, na realidade, nós só
2891atendemos uma legislação. Aqui são procedimentos para licença de operação,

2892dizendo a vocês que não existem processos que não discutamos com a sociedade.
2893Nós fazemos, sim, a exigência com que os empresários façam seus procedimentos de
2894reuniões públicas e audiência pública. E depois de tudo isso consolidado, nós
2895partimos para o licenciamento. E mesmo assim, tomando o cuidado com todas as
2896áreas ambientais. Eu sei o que estado sofreu com algumas usinas que foram
2897construídas, que não tiveram esse cuidado na época, e que hoje com certeza ainda
2898têm problemas que precisam ser resolvidos. Mas nós procuramos, dentro do contexto,
2899atender tudo o que manda a legislação ambiental. Os estudos, EIA/RIMA, o PBA, e
2900para pequenas usinas, até 10 mega, também se tem um diferencial de estudo. Aí tem
2901o RAS, o RDP. As identificações dos empreendimentos, as audiências públicas, os
2902empreendimentos já estalados. E eu gostaria de deixar muito claro às entidades
2903ambientalistas: quando se tiver esse problema em algum empreendimento que foi
2904instalado, que não tenha o licenciamento ou que precisa da renovação da licença, que
2905tragam essas pessoas para discutir para vermos quais os problemas que têm. Às
2906vezes as pessoas se aquietam, não apresentam os problemas e passam dentro de
2907um contexto, o empreendimento recebe o licenciamento e depois vem questionar o
2908porquê que está errado. Então, nós deixamos a entidade aberta para esse tipo de
2909discussão. Foi criado um Grupo de Trabalho quando eu assumi a instituição, e esse
2910grupo até gerou uma polêmica dentro do estado, dizendo que era para favorecer
2911algum tipo de empreendimento. O grupo não foi criado só para analisar PCHs, CGHs
2912ou usinas hidrelétricas no estado. O grupo foi criado para analisar os processos
2913estratégicos do Estado do Paraná, a própria Klabin está lá com investimento de 7
2914bilhões, foi analisada por esse grupo. Ferrovias, rodovias são analisadas por esse
2915grupo. Antes não tinha esse contexto e não tinha esse grupo estratégico. E esse
2916grupo tem todo um cuidado para analisar os empreendimentos do estado. E às vezes
2917me dá certa revolta porque a imprensa coloca: o Estado de Paraná vai licenciar 140
2918mil PCHs, usinas hidrelétricas. Esqueçam isso. Nós estamos analisando o processo.
2919Se estiver correto, vai receber, sim, o licenciamento, depois de passado todo o
2920trâmite. Fora isso, vai ser indeferido como qualquer outro processo dentro da
2921instituição. E esse grupo trabalha sério. Esse grupo é formado por funcionários da
2922casa, funcionários com vinte e trinta anos de casa, especialistas nessas áreas. Os
2923empreendimentos que temos no estado. Nós sabemos o potencial hidrelétrico no
2924estado. Existem estudos de que o Paraná tem um potencial forte. Por oito anos
2925ficaram parados os processos de licenciamento, porque o Governo não queria que
2926saíssem usinas hidroelétricas ou pequenas usinas. E o atual Governo retomou esse
2927processo perante um acordo com a União. E, realmente, se o processo estiver
2928correto, nós vamos tocá-lo como deve estar em andamento agora. Nós acabamos de
2929licenciar e já entrou em operação Mauá da Serra, com 365 mega, e agora deve entrar
2930Baixo Iguaçu, com mais 370 mega. Aqui é o mapa do Estado do Paraná onde há o
2931estudo das usinas. Claro que nós temos preocupação com alguns rios, principalmente
2932em se falando em rios virgens, que não tem nenhuma interferência, ou seja, o estado
2933do rio Ivaí, rio Piquiri, que nós temos todo um cuidado em se trabalhar isso de não de
2934primeira mão estar mexendo nessas estruturas. Os procedimentos que nós adotamos,
2935que é o parecer técnico jurídico, audiência e reunião pública, e a emissão centralizada
2936pelo presidente do IAP. Isso é um acordo que tenho com o governador Roberto Ricci,
2937de não deixar que o licenciamento seja emitido em todas as instâncias da instituição,

2938mas sim somente pela presidência do órgão, que onde temos um controle do que está
2939se licenciando. Aqui são alguns dados que nós temos de alguns empreendimentos,
2940que foram emitidas na mesma linha em 2013. Aí alguns processos em análise hoje;
2941solicitações, que eu digo para vocês que tem lá 116 BHC. Garanto para vocês que se
2942tiver 6 ou 7 dessas que estão com a documentação correta, é muito. O restante está
2943lá, parado, aguardando as devidas complementações que a legislação exige e que
2944nós vamos cumprir de qualquer forma. Encerrando essa apresentação, também
2945gostaria de deixar claro para vocês: quando se fala em áreas atingidas, ou em áreas
2946indígenas atingidas, nós temos um cuidado especial com isso. O que eu quero deixar
2947claro para todos é que não é assim: que eu quero construir uma usina hidrelétrica
2948hoje, vai lá, e consegue a licença no dia seguinte. Nós temos muita competência
2949nesse trabalho, sim. Quando se fala em cancelamento de alguns empreendimentos no
2950Estado do Paraná, que era 100 milhões porque estava em área sensível, aí que eu
2951gostaria também que as pessoas levantassem e viesse dizer: “parabéns! Essa é uma
2952atividade decente que vocês fizeram”. Então, as críticas, às vezes, é muito importante
2953para nós crescermos. Mas ao mesmo tempo o reconhecimento pelas atividades que
2954nós fazemos no estado também é importante. Por isso, eu deixo claro para vocês de
2955novo: nós estamos, sim, criando um instituto forte, que degradaram em oito anos; mas
2956vamos deixá-lo com a competência muito forte dentro do Estado; voltar a ser de novo
2957o que o Estado do Paraná sempre foi aqui no Conama, em todas as audiências que
2958tinham. Eu me coloco à composição mais uma vez para discutir esses assuntos, seja
2959frente a frente, seja dentro do um espírito de ver se realmente é verdade o que está
2960acontecendo e, volto a dizer, sobre as áreas contaminadas, estamos lá para
2961esclarecer o que está sendo feito no Estado do Paraná. Obrigado, secretário.

2962

2963

2964**O SR. MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO (Instituto Guaicuy SOS)** – Eu vou até
2965entrar um pouco nessa discussão aqui, primeiro para ser solidário, com os
2966companheiros que colocaram as questões aqui, e ao mesmo tempo entender as
2967dificuldades operacionais que nós temos no sistema. Eu acho que esse debate foi
2968muito bom, porque sustou essa proposta que estamos formalizando nessa questão da
2969realização do seminário sobre a questão do licenciamento ambiental, que se tornou,
2970na verdade, um grande problema e dilema para todos, para a sociedade, para o
2971governo, eu diria até para o setor privado. Eu até num depoimento que eu fiz com o
2972pessoal da ONGs, eu fico com o sentimento, nessa plenária estou participando a
2973primeira vez, mas já participei de várias outras plenárias, em várias outras instâncias,
2974em relação à questão ambiental, e me vem sempre um sentimento de que nós temos
2975que ter mais política ambiental de Estado, e não de governo, porque os governos
2976passam, mas nós temos que ter uma política de Estado para um presente e para o
2977futuro, e isso eu sinto uma escassez enorme, não é no Estado no Paraná, é nos
2978Estados do País e no Brasil. Nós legislamos muitas vezes em causa própria, em
2979políticas particulares, sem ter a dimensão, e quando se tocou na questão hidrográfica,
2980o projeto trabalha com bacia hidrográfica, em Minas Gerais, por exemplo, tem o
2981mesmo potencial, nós tínhamos previsto lá, segundo a ANEEL, cerca de 300 PCHs
2982nos rios de Minas, isso é insuportável, é insustentável, do ponto de vista ambiental.
2983Tinha um rio de Minas que foram previstas 12 PCHs em sequência, não tem rio que

2984mantém uma vitalidade, e nós dependemos do rio não é para gerar energia não, rio é
2985vida, rio mantém biodiversidade, fauna, flora. Rio é a possibilidade da manutenção de
2986um Estado, nós não podemos pensar, e aí fica, quando eu discuto a questão da
2987política ambiental, que nós temos que discutir coisas matriciais. Qual é a política
2988energética que temos para o País? Nós não temos matriz e nós ficamos na base do
2989aqui, resolvendo questões pontuais aqui e ali e não damos conta de dimensão do
2990problema que temos para enfrentar. Então, eu acho que, só para reforçar, eu acho
2991que não é uma questão de ataque ou defesa, eu acho que há uma situação em que o
2992ambiente expõe para nós, sociedade, aquilo que estamos fazendo de bom e de ruim e
2993aí não é uma questão de pessoas ou de governo, é do que está aí. É dos nossos rios
2994totalmente contaminados, seja por esgoto doméstico, efluentes químicos, que estão
2995girando no nosso cotidiano ambiental. Então, eu só quero reforçar de que nós temos
2996que pensar sim, mas do ponto de vista amplo. Nós temos que consensuar do ponto de
2997vista sistêmico, nós temos que ter realmente políticas que pensem a questão
2998ambiental de uma forma muito mais sistêmica. Eu recebi o livro de resoluções do
2999Conama que parece uma Bíblia, quer dizer, se metade daquilo estivesse sendo
3000aplicado nós não estaríamos aqui discutindo os problemas que estamos discutindo.
3001Então, me fica a sensação também, que só através de resoluções nós não vamos sair
3002desse imbróglio que estamos nele, ou nós repactuamos essa relação e realmente
3003olhamos para o ambiente, não como gerador de matéria-prima para o nosso processo,
3004mas como um companheiro necessário para a vida desse planeta. Eu acho que nós
3005temos que estabelecer outra relação que seja de qualidade de vida, de ambiente e de
3006sustentabilidade. Como sou da área médica, eu sempre falo o seguinte, nós não
3007temos como pensar em qualidade de vida e de ambiente no modelo que nós estamos
3008fazendo aqui. O próprio Conama tem uma resolução que fala de potabilidade da água,
3009que tem 50 itens químicos, sendo que alguns deles itens relacionados a pesticidas
3010com níveis permissíveis, sendo que pesticidas são drogas, são organoclorados ou
3011fosforados, que na verdade têm efeito acumulativo e sistêmico, e passam pelas
3012nossas ETAs, as nossas Estações de Tratamento não são capazes de tratar isso.
3013Assim como passam nossos hormônios femininos, nossos antidepressivos e por aí
3014vai. Então eu acho que se nós não pensarmos melhor essas relações nós não vamos
3015ter como primeiro, dar uma sustentação melhor para que a questão ambiental seja
3016melhor equacionada e que o sistema realmente de política ambiental seja fortalecido,
3017e que os órgãos ambientais não sejam esvaziados no Estado, porque isso não é só no
3018Paraná, são em todos Estados desses países. Se regulamenta, se licencia, e depois
3019não tem quem fiscaliza ou quem cumpre o que foi determinado. Então, nós estamos
3020diante de um desafio muito grande, e eu espero sinceramente que esse seminário
3021sobre licenciamento possa nos dar luz para que possamos pactuar uma
3022representação que nos tire desse imbróglio de uma forma geral.

3023

3024

3025**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Paulo Sincler e
3026Tadeu, nós vamos pela ordem. Eu só peço.

3027

3028

3029 **O SR. PAULO SINCLER** – Rapidamente, até concordando aqui com o Marcos, eu
3030 acho que muito do que ele falou esta dentro daquilo que tínhamos pensado na defesa
3031 das nações. Eu diria que uma questão fundamental hoje, duas questão que eu
3032 gostaria de destacar aqui, uma delas é a capacidade de suporte das bacias, esses
3033 estudos de bacias e o Rio Grande do Sul, tem dado e eu acho que temos que trazer
3034 os dados da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, da Fundação Estadual do Meio
3035 Ambiente, de um estudo de uma bacia, eu já comentei aqui, a bacia do Rio Taquari
3036 Campos, em que 54 empreendimentos previstos, um terço desses empreendimentos
3037 foram considerados inviável pelo próprio órgão ambiental, isso facilitou o processo de
3038 licenciamento. Então, nós temos que ver o todo, e o todo não está sendo visto, no
3039 processo de licenciamento ambiental, eu acho que a oportunidade, aqui já, nós
3040 estamos aqui fortalecendo, já estamos aquecendo o nosso debate do licenciamento
3041 ambiental. Isso é muito bom, eu acho que esse é o papel do Conama, é trabalhar com
3042 políticas de meio ambiente com base naquilo que o estandarte coisas que também
3043 estão funcionando. Eu digo que aquele trabalho que foi feito pela Secretaria Estadual
3044 de Meio Ambiente, na época o secretário Langonni, até não se encontra aqui, ele era
3045 secretário de meio ambiente lá no Rio Grande do Sul, me parece que foi um trabalho
3046 exemplificar, que ele tem que ser colocado na mesa como um trabalho, o estandarte
3047 de uma lógica, porque nós trabalharmos com licenciamento caso a caso, não tem
3048 mais condição, porque nós estamos colocando em risco a funcionalidade dos
3049 ecossistemas e aí eu diria, a funcionalidade significa, se você fizer um barramento, um
3050 atrás do outro, pegar todo o rio e acabar com o processo ecológico, você vai está
3051 justamente indo contra a Constituição Federal, que fala no seu Artigo 225, de
3052 manutenção dos processos ecológicos. Finalmente a questão da ANEEL, a ANEEL só
3053 pode colocar em leilões a partir de licenças emitidas. E os projetos estratégicos, eles
3054 têm que refletir sim, também a estratégia da conservação de outros usos, como uso
3055 turístico, manutenção da biodiversidade e não só uma estratégia de buscar ganhar
3056 dinheiro e produzir energia que nós temos outras formas também, que nós temos
3057 outras formas de produção de energia que não só aquela com base em hidroelétrica.
3058 Obrigado.

3059

3060

3061 **O SR. LUIZ TARCISIO MOSSATO PINTO (Governo do Estado do Paraná)** –
3062 Desculpa a interferência, mas acho que estamos fugindo um pouco do foco da usina,
3063 nós estamos falando de desabrigados, não estamos falando em licenciamento de
3064 PCHs no Estado. Só isso.

3065

3066

3067 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Veja bem! Na
3068 medida em que o material não foi entregue, o senhor fez uma exposição didática,
3069 estruturada, correta, mas é um conversa um pouco sem condição de convergir em
3070 função da insuficiência do problema empírico. São falas relacionadas ao assunto, mas
3071 não necessariamente essa situação do Paraná, mas eu peço todos que acelerem
3072 porque nós temos outros pontos de pauta para discutir hoje.

3073

3074

3075 **O SR. SAINT CLAIR (Ministério Público do Estadual)** – Boa tarde a todos! Boa
3076 tarde à mesa! Muito obrigado pela palavra! Surpreende-me mais uma vez e me causa
3077 preocupação, porque essa discussão também já foi feita no Estado, e vem sendo
3078 motivo de preocupação, a construção de mais uma hidroelétrica no Rio Iguaçu. Não
3079 sei se é o último potencial, o potencial está sempre lá, mas enfim, mas esse potencial
3080 hidrelétrico no Rio Iguaçu. Eu imagino que todos já viram pela televisão aquela
3081 fotografia celebre. Olha, o nível de água das Cataratas do Iguaçu baixou, veja como
3082 nós estamos com pouquíssima água nas Cataratas do Iguaçu, isso sempre acontece,
3083 e aí começam os períodos de chuva, o nível de água volta e novamente vem a
3084 televisão, olha o nível das cataratas voltou o normal. Eu não me lembro de nenhuma
3085 vez que nem Ibama, nem Instituto ambiental do estado tenha ido lá multar as
3086 hidrelétricas porque represaram as águas, porque certamente prejudicaram o nível de
3087 água do Rio Iguaçu, e nós estamos em vias de construir mais uma hidroelétrica no Rio
3088 Iguaçu. Eu imagino que dessa vez o Parque Nacional do Iguaçu vai perder o seu título
3089 de patrimônio da humanidade. Vai ser muito difícil para todos enfrentarem por lá. Mas,
3090 voltando ao passivo das hidrelétricas, a semana passada eu fui procurado pelos ‘re-
3091 reassentados’ de Salto Caxias, porque muitos deles foram reassentados de Itaipu,
3092 que foram para Salto Caxias e depois foram novamente deslocados, porque novas
3093 hidrelétricas apareceram lá. É da fala deles inclusive dizer, por favor, me relogue para
3094 um local onde não tenha rio, não posso mais ouvir falar em rio, não aguento mais.
3095 Mas enfim, existia o compromisso firmado com a hidroelétrica local, a Companhia
3096 Paranaense de Energia, chamada de Copel, que ela cumprisse determinadas
3097 condições, que foram lutas que eu participei de anos atrás, discussões que foram
3098 feitas na Assembléia Legislativa do Estado, etc. E volto os assentados e reassentados
3099 dizendo olha, a Companhia não quer cumprir aquilo que nós combinamos lá dez anos
3100 atrás. Não é essa hidrelétrica porque eu disse aqui na reunião passada, é o passivo
3101 das hidrelétricas em geral do Brasil, aqueles que estavam aqui se lembram, falei
3102 inclusive de Balbina, Samuel e tantas outras. Por isso fizemos um requerimento
3103 formal, porque nós discutamos realmente os passivos que não são poucos. Da
3104 termoelétrica carvão, parece que ela quer se instalar lá de novo, quer ampliar a
3105 atividade. Eu quero saber do passivo, é importante que todos saibam do passivo que
3106 esta companhia tem lá pela termoelétrica carvão e pela mineração que está lá
3107 também, então é dos passivos que nós estamos lembrando. O que as associações de
3108 ambientalista foram e fizeram, foi simplesmente um elenco de todos os problemas que
3109 temos lá e que não conseguimos resolver ao longo do tempo, que não é de oito anos
3110 e que é de todos os anos, desde quando o licenciamento ambiental foi instalado. E a
3111 discussão é licenciamento ambiental. Baterias, nós começamos apertar lá, a
3112 discussão no Estado, começamos a entrar com ação para que não se instalassem as
3113 (...) de chumbo, o que aconteceu? O Estado foi lá e fez uma resolução permitindo que
3114 elas este instalassem. Continua o mesmo problema, por quê? Porque são pequenos,
3115 são pequenos investidores, não tem dinheiro para bancar atividade, eu acho que nós
3116 tínhamos ter na regulamentação de licenciamento ambiental um teto financeiro,
3117 porque se não, o que vai acontecer? Ele vai trabalhar lá um tempo, não vai conseguir
3118 se manter, não vai conseguir instalar filtro, não vai conseguir manter aquilo lá, vai
3119 deixar um passivo para que nós (...). Então, é uma atividade, que aí nós temos que
3120 discutir com o setor privado e nos entender em relação a isso, que não interessa a

3121nação. Aí entra essa discussão, não, ambientalista é chato porque não quer o
3122progresso, mas há determinados tipos de atividades que realmente não interessa a
3123uma nação, você vai ter esses tipos de atividades, dessa forma, ela só vai gerar
3124passivo ambiental e nós temos a comprovação disso, como foi mostrado aqui. Então a
3125discussão do licenciamento realmente vai ser palpitante. Obrigado.

3126

3127

3128**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Tadeu? Depois
3129Marcelino. Peço que as intervenções sejam o mais breve possível, esse assunto já
3130está no limo agora, já estamos falando de outras coisas.

3131

3132

3133**O SR. TADEU SANTOS (Representante Sócios da Natureza)** – Luis... A questão da
3134contaminação de solo, a questão da geração de energia do país, a poluição dos
3135recursos hídricos e poluição do ar, das emissões, tudo tem a ver. Não é um caso
3136pontual do Paraná, eu acho que a poluição nas áreas degradadas de Santa Catarina
3137são centenas de vez maiores do que a do Paraná e do Rio Grande do Sul. A
3138Companhia Siderúrgica Nacional, agora privatizada, está fazendo maquiagem,
3139maquiagem é aquela pintura de moça feia ou bonita, que quer ficar mais bonita, mas
3140aí sai na chuva e vai tudo água abaixo. O caso, por isso secretário que a questão do
3141licenciamento tem tudo a ver, o exemplo da USITESC, que foi derrubada a portaria
3142ontem, de proibir as térmicas a participar do leilão da ANEEL, que eu não sei quem foi
3143que derrubou essa portaria, estou curioso para saber. Isso vai causar um crime
3144ambiental, não só em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, eu não sei se Paraná tem
3145alguma usina em projeto, mas vai também para o Norte do país, vai para o Pará, para
3146Maranhão e para o Ceará, com carvão importado. Essas populações vão ser mais
3147felizes porque não vão ter o processo da extração do carvão, da contaminação dos
3148recursos hídricos e do ar, vão ter apenas a poluição do ar. Então, se os
3149licenciamentos nesse país não for pensado a sério, se os EIA/RIMA, tem que a haver
3150alguma coisa, que eu não sei qual é a solução, se eu soubesse, eu seria o Papa, qual
3151a solução nesse para esse país em questão de licenciamento? O EIA/RIMA é um
3152instrumento que se fosse seguido, se fosse feito de forma adequada, ele inviabilizaria
3153vários empreendimentos, e viabilizaria outros. As audiências pública se fossem
3154realmente audiências públicas, elas negariam, ouviriam a sociedade de forma
3155adequada e o órgão licenciador negaria o licenciamento, mas não acontece isso. O
3156que acontece agora com a USITESC, foi derrubada a portaria, ela vai se habilitar
3157agora, o Paulo falou em maio. O novo leilão vai ganhar, com certeza porque a matriz
3158energética do Brasil permite a queima de combustíveis fósseis, quando o Brasil tem
3159protocolos internacionais, Protocolo de Kyoto, defende a implementação de fontes
3160renováveis de energia e está aprovando e incentivando a exploração de carvão,
3161dando subsídio a queima de combustíveis fósseis. É uma contramão, uma
3162contradição, é um absurdo isso.

3163

3164

3165**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Como menção, duas
3166menções a usina de Baixo Iguazu, que fica a 500 metros do parque Nova Iguazu.

3167Cabe esclarecer que primeiro, os impactos sobre essa usina não chegam até as
3168cataratas, mas há um impacto sim dentro do parque, cujas condições técnicas para
3169mitigar ou evitar esses impactos até então não foram definidas. Então, o Instituto
3170Chico Mendes segue impossibilitado de autorizar o licenciamento ambiental desse
3171empreendimento, só para esclarecer.

3172

3173

3174**O SR. CARLOS BOCUHY (PROAM)** – Eu acho secretário que nós estamos
3175acabando adiantando um pouco a nossa discussão sobre licenciamento ambiental. Na
3176medida em que a primeira constatação é que os mecanismos de avaliação de impacto
3177ambiental, hoje existentes, eles não dão conta da realidade, o sistema de gestão não
3178acompanha o licenciamento até o final, os estudos de impactos ambientais não dão
3179conta da nossa realidade biofísica, bioquímica, nem dão conta da vulnerabilidade das
3180nossas populações, então é necessário que haja um aprofundamento da efetividade
3181do licenciamento ambiental, dos instrumentos que temos hoje a disposição da
3182sociedade. Eu queria reafirmar aqui um encontro que tivemos com o Banco
3183Interamericano de Desenvolvimento, avaliando o projeto que foi eleito para auditoria
3184do Banco Interamericano, que é o Trecho Norte, com o Rodoanel Mario Covas em
3185São Paulo, área da reserva da biosfera na região da Serra da Cantareira. O Banco
3186Interamericano, na discussão conosco, um dos técnicos, perito, que viaja o mundo
3187todo avaliando impactos ambientais, emprestando dinheiro, dando o aval do banco
3188para o empréstimo, ele disse que realmente a dificuldade do Banco Interamericano
3189hoje, é confiar apenas no estudo de impacto ambiental apresentando pelo órgão
3190licenciador do País, e ele recebe inúmeras críticas, contraposições bastante
3191consistentes com relação aos estudos de impactos ambientais, que não dão conta dos
3192impactos reais. Então, eu acho que essa discussão passa por uma necessidade, um
3193aprimoramento dos instrumentos de impactos ambiental, do seu monitoramento e de
3194uma nova visão que eu acho que nós temos que considerar aqui com relação a rios,
3195barragens, o que for, que é a questão das alterações climáticas, porque tudo que é
3196construído hoje, senhor secretário, é construído com base na série histórica
3197pluviométrica e não intempestiva, o que hoje errática dos últimos 50 anos. Toda a
3198projeção hoje acaba sendo uma projeção de dados equivocados, na medida em que
3199temos uma nova perspectiva com relação pluviosidade, intempestividade e etc. Eu
3200queria colocar essas contribuições, senhor secretário, já perguntando se temos
3201agenda para discutir licenciamento ambiental dentro de pouco tempo?

3202

3203

3204**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Bom, nós vamos
3205passar a palavra para os nossos expositores sobre Metas de Aichi e Nagoya. Queria
3206agradecer as exposições que foram feitas, acho que nós, de certa forma, há uma
3207convergência. Essa discussão que aconteceu agora, as discussões relacionadas as
3208propostas que surgiram no CIPAM que jogam luz sobre a questão do licenciamento
3209ambiental, em particular a questão das competências, da situação serviço ambiental
3210estadual, vão ser objeto do primeiro evento que nós vamos fazer antes da próxima
3211reunião do Conama. A operacionalização desse texto de trabalho, eu vou repetir, eu
3212peço para que os que tiverem sugestões de encaminhamento, para o tema, pessoas,

3213propostas e conteúdos, caminhem para mim e para a Adriana Mandarino, que nós
3214vamos organizar essa proposta e devolver a todos, convidando para o evento
3215provavelmente no mês de maio. Eu queria dar sequência aos nossos trabalhos,
3216passando a palavra para o Ministro Paulino, que vai falar, relatar um pouco sobre o
3217processo de negociação de Nagoya e a sua implementação. Na sequência, nosso
3218Secretario de Biodiversidade e Floresta, Roberto Cavalcante, que vai trabalhar a
3219discussão das Metas de Aichi. Obrigado!

3220

3221

3222**O SR. PAULINO F. DE CARVALHO NETO (Ministro das Relações Exteriores) –**

3223Muito obrigado, senhor Secretário Executivo! Senhor Secretario de Biodiversidade e
3224Florestas, colegas, conselheiros e conselheiras, é um prazer estar mais uma vez aqui
3225no Conama. Eu vou falar de modo muito breve, muito sintético, sobre as chamadas
3226Metas de Aichi, e também sobre o Protocolo de Nagoya. As Metas de Aichi, elas
3227forma adotadas em 2010, quando da realização da 10º reunião, ou conferência das
3228partes na Convenção de Diversidade Biológica. Aichi, o nome que foi consagrado é a
3229província cuja capital é Nagoya, daí o uso dessa expressão. Em 2010, quando essas
3230metas foram adotadas, a negociação foi uma negociação prolongada, complexa,
3231envolveu três grandes aspectos: o primeiro foi da adoção propriamente das 20 metas
3232de Aichi; o segundo foi a negociação e a conclusão das negociações e a consequente
3233adoção do Protocolo de Nagoya, que é um protocolo, é o nome técnico que se dá a
3234todo instrumento internacional que é adotado debaixo digamos do guarda-chuva da
3235Convenção de Diversidade Biológica. Nós temos três, só a título de ilustração, três
3236protocolos já adotados pela Convenção de Diversidade Biológica, o primeiro deles foi
3237o Protocolo de Biossegurança de 2002, que trata de organismos geneticamente
3238modificados, o transporte e o manuseio sempre no plano internacional, não no plano
3239nacional. Nós temos o Protocolo de Nagoya, que trata de acesso e repartição de
3240benefícios, derivados da utilização de recursos genéticos e temos também o Protocolo
3241Suplementar ao primeiro protocolo, que é o Protocolo de Biossegurança, que trata de
3242responsabilidade e compensação para eventuais danos causados à biodiversidade,
3243pela utilização de OGMs. Então são esses os três protocolos que conformam, que são
3244digamos, os filhotes, os filhos da Convenção de Diversidade Biológica. Mas voltando a
3245convenção propriamente dita e as metas. As Metas de Aichi, elas integram o chamado
3246plano estratégico da convenção para o período 2011-2020, há uma série de metas a
3247serem cumpridas até 2020 pelas partes, em diversos itens. Eu não vou ler as 20
3248metas, mas tão somente chamar a atenção para os objetivos estratégicos, que são
3249cinco, cada objetivo estratégico acomoda um número de metas. O primeiro objetivo
3250estratégico é tratar das causas fundamentais da perda da biodiversidade. O segundo
3251é reduzir as pressões diretas sobre biodiversidade e promover uso sustentável da
3252biodiversidade. O terceiro é melhorar a situação da biodiversidade, protegendo
3253ecossistemas, espécie e diversidades genéticas. O quarto aumentar os benefícios da
3254biodiversidade, serviços ecossistêmicos para todos. Por fim, o quinto é aumentar a
3255implementação por meio de planejamento participativo e gestão de conhecimento e
3256capacitação. Essas metas, elas têm um caráter declaratório, não são digamos, elas
3257não são legalmente vinculantes, mas elas têm, como o Brasil é parte da convenção,
3258os demais países que também fazem parte da convenção, são 191 países, se não me

3259engano, dois ou três que não fazem parte da convenção, como, por exemplo, o
3260exemplo mais significativo é dos Estados Unidos, e eles têm sim obrigações a
3261cumprir. Essas Metas de Aichi, elas têm, como eu disse, de ser cumpridas até 2020, e
3262para isso, isso também foi adotado em Nagoya, há que ver a necessária, o jargão das
3263negociações internacionais, mobilização de recursos, a Convenção de Diversidade
3264Biológica, ela tem como premissa básica que os países desenvolvidos, tende a prover
3265recursos novos e adicionais aos países em desenvolvimento, que quase sempre são
3266aqueles que tem uma vasta biodiversidade. Então, esse foi a grande barganha que
3267nós, todos os países que participaram dessas negociações que começaram em 1989
3268e foram concluídas em 1992 por ocasião da Rio-92. Inicialmente se previa que a
3269conservação da biodiversidade, a biodiversidade em si, ela era vista como um bem
3270global, comum a todos os países, com o decorrer das negociações ficou claro que os
3271países detentores dessa biodiversidade, eles têm direitos soberanos sobre a
3272biodiversidades, sobre os recursos naturais que compõem a biodiversidade. E dentro
3273dessa barganha, ficou claro que os países desenvolvidos teriam, como eu disse, que
3274prover recursos novos e adicionais, novos e adicionais a que? Aos recursos
3275tradicionais e ajuda ao desenvolvimento que os países desenvolvidos proviam ou
3276provem aos países em desenvolvimento. Então, ficou muito claro isso, mas também
3277ficou claro que nós, todos os países, o Brasil inclusive, teriam que tomar providencias
3278no plano interno para conservação da biodiversidade, para o seu uso sustentável, e
3279também que o terceiro propósito da convenção fosse cumprido, que é a repartição
3280justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, que é
3281que o Protocolo de Nagoya trata especificamente. Essas metas para serem
3282cumpridas, elas exige naturalmente, não só recursos humanos mas também vontade
3283política. Alguns itens, por exemplo, que chamam atenção, mas talvez o secretário
3284Roberto Cavalcante pudesse mencionar como isso está sendo feito no plano interno,
3285que é em relação a áreas protegidas, que é o nome genérico que nós utilizamos para
3286as unidades de conservação que nós temos aqui no Brasil. Há uma previsão nas
3287Metas de Aichi, na meta 11 mais especificamente, que 20% do território das áreas
3288terrestres, 17 desculpe! 17% tem de ser, ter alguma forma de proteção. Para as áreas
3289marinhas, dentro das jurisdições nacionais de cada país, 10%, que é uma meta
3290ambiciosa, mas ao mesmo tempo realista, que pode no nosso entendimento ser
3291cumprida. Então, esse é um exemplo das metas que tem que ser cumpridas no plano
3292nacional. A convenção no seu texto, eu vou mencionar muito rapidamente aqui, prevê
3293em seus artigos que, eu queria fazer menção especificamente aos artigos que tratam
3294disso. A convenção, ela não é uma convenção detalhada, ela é uma convenção
3295guarda-chuva como nós dizemos, por isso que ela acabou resultando em protocolos
3296mais específicos, mas ela prevê que as obrigações tem que ser cumpridas
3297nacionalmente pelos países. Então, cabe aos países, por exemplo, desenvolver
3298estratégias e planos de ação nacionais para biodiversidade e integração da
3299biodiversidade em planos intersetoriais relevantes e nos processos desses órgãos
3300nacionais, é o Artigo 6º da convenção. Os países, as partes da convenção, para usar a
3301expressão técnica, tende a adotar medidas de conservação *in situ*. Artigo 8º, medida
3302de conservação *ex situ*. Artigo 9º, adoção de medidas de estímulo e uso ao uso
3303sustentável da biodiversidade. Artigo 10º, promoção do acesso a recursos genéticos
3304com repartição de benefícios. É isso que levou em ultima instancia a negociação do

3305Protocolo de Nagoya e que da, é a base no plano nacional interno nosso, da medida
3306provisória que trata especificamente de patrimônio genético e como ele deve ser
3307acessado, quais são as regras de repartição de benefícios e que levou a constituição
3308do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético. Há também a previsão de promoção
3309de cooperação técnica científica, Artigo 18. O que nós temos hoje? E talvez valesse a
3310pena o secretário Roberto fazer uma menção mais específica a isso, nós temos de
3311internalizar essas Metas de Aichi, transformá-las em um plano nacional, isso que está
3312em curso agora, e que nós temos um entendimento nosso, no âmbito do poder
3313executivo, de que nós temos sim de informar a Convenção de Diversidade Biológica,
3314ao secretariado, que por sinal é presidido por um brasileiro, o ex-secretário de
3315biodiversidade e florestas do Ministério do Meio Ambiente, Bráulio Dias, nós temos de
3316informar a convenção o que nós estamos fazendo para que essas metas sejam
3317cumpridas. Por fim, eu vou fazer uma menção muito breve também, ao Protocolo de
3318Nagoya, como eu disse, foi uma negociação muito longa, durou aproximadamente 10
3319anos, foi concluído em 2010 na COP, Conferência das partes e na Convenção de
3320Diversidade Biológica, em 2010 em Nagoya, daí o nome, e que prevê, procura
3321preencher uma lacuna que existia não só na convenção, mas nas legislações internas
3322dos países no que diz respeito a acesso e repartição de benefício, ABS na sigla
3323inglês, *access and benefit sharing*. Qual é a lacuna que foi preenchida, o que se
3324pretende preencher? Porque o protocolo ainda não entrou em vigor. É que as
3325legislações nacionais sobre acesso e repartição de benefícios, sejam cumpridas por
3326usuários, países usuários, usuários individuais, a legislação dos países provedores
3327seja cumprida pelos países usuários nos seus países de origem. Um exemplo muito
3328simples, muito esquemático, uma empresa européia, a Suíça, por exemplo, que queira
3329acessar recursos genéticos brasileiros, que são nativos do Brasil, para a produção de
3330medicamentos, por exemplo, essa empresa suíça, a Suíça terá obviamente que ter
3331ratificado o Protocolo de Nagoya e o Brasil também. Ela terá obrigação de cumprir a
3332legislação, brasileira, sobre acesso a repartição de benefícios, mesmo que essa
3333empresa não tenha a sede ou filial no Brasil. Esse é o grande trunfo do Protocolo de
3334Nagoya, é preencher essa lacuna que existia, existe ainda, porque o protocolo como
3335eu disse não foi ratificado, entre as legislações nacionais. Quando elas existem em
3336alguns países, que são grandes provedores de recursos genéticos, por uma série de
3337circunstâncias, não tem legislação própria sobre acesso e repartição de benefícios,
3338em especial os países africanos. Então, o nosso entendimento sim, de que o
3339Protocolo de Nagoya é oportuno, é útil, e não é por outra razão que o Protocolo de
3340Nagoya está no Congresso Nacional, para apreciação do Congresso, e a expectativa
3341do Poder Executivo é de que ele possa ser aprovado para fazer ratificação e entrar
3342em vigor aqui no Brasil. De modo muito breve, muito sintético, senhor secretário
3343executivo é isso que eu queria dizer, obrigado!

3344

3345

3346**O SR ROBERTO CAVALCANTI (Secretário de Biodiversidade e Florestas)** – Muito
3347obrigado, Secretário-Executivo, Dra. Adriana, conselheiros e conselheiros do Conama!
3348É um privilégio está aqui, eu acho que estou na secretaria há um ano, mas essa é a
3349primeira vez que eu faço qualquer apresentação para o Conama, mas toda vez que eu
3350venho na reunião o pessoal já me dá uma lista de demandas, de compras, hoje de

3351manhã, por exemplo, o grupo da Mata Atlântica fez uma lista e eu tenho o prazer de já
3352informar aos conselheiros, conselheiras e a própria mesa, que já tínhamos agendado
3353anteriormente uma reunião com os representantes das associações da Mata Atlântica
3354justamente para correr atrás das demandas que nos foram colocadas, sobre
3355mapeamento, criação do fundo etc. Mas como todo mundo no Governo diz vocês
3356sabem, pressão funciona, se não fizer pressão, as prioridades podem não está no
3357mesmo nível que as expectativas de vocês correspondem. E com relação à
3358Convenção da Biodiversidade, a prioridade está lá em cima, a Convenção
3359Biodiversidade como vocês sabem, foi assinada no Rio de Janeiro em 1992, na Rio-
336092, com o grande protagonismo do próprio país, que era o anfitrião, e que, de certa
3361forma, pode se dizer, que é o grande beneficiário da convenção, porque há diversos
3362fatores que contribuem para que as normas e os benefícios dessa convenção sejam
3363particularmente interessante ao Brasil. O primeiro, é que junto com a Indonésia nós
3364somos o país de mais alta biodiversidade, portanto, temos muito a ganhar com a
3365conservação e o uso sustentável. E boa parte da população brasileira, isso é
3366característico em qualquer parte do mundo, a população rural e as populações de
3367menor poder aquisitivo, são as populações que mais dependem de recursos naturais.
3368Então no Brasil quanto mais carente, pode se dizer, o nível econômico da população,
3369maior é a dependência dos recursos naturais, então, qualquer política social ou de
3370desenvolvimento do Brasil, que tenha esse grupo como alvo, necessariamente vai ter
3371nos recursos naturais e na biodiversidade, um elemento fundamental para garantir o
3372sustento e o desenvolvimento. Não só por princípios biológicos, de biodiversidade,
3373mas também dentro das políticas econômicas e sociais a conservação da
3374biodiversidade é um ponto chave. Particularmente também na questão das grandes
3375cidades e das cidades, serviços ambientais, a manutenção dos serviços ambientais é
3376absolutamente essencial para o futuro do Brasil. Eu sempre digo, nós estamos aqui no
3377bioma cerrado, é um lugar onde só chove seis meses por ano, e você precisa de água
337812 meses por ano, de onde é que vem a água? É a captação por meio da vegetação,
3379dos processos regionais, das esponjas, que são as grandes chapadas do cerrado.
3380Então esse conhecimento e a mediação pela biodiversidade são assuntos
3381estratégicos para o Brasil. O Brasil sempre foi protagonista nessa convenção e
3382sempre se bateu por princípios que foram adotados em 2010, na reunião de Nagoya,
3383onde a delegação brasileira, e cabe um agradecimento ao Itamaraty, e também o
3384reconhecimento a Ministra Izabella, que chefiou a delegação que conseguiu
3385implementar o protocolo de Nagoya, que é um protocolo onde os países se
3386comprometem com a repartição dos benefícios resultantes do acesso a
3387biodiversidade. O acesso a biodiversidades obviamente é feito nos lugares de alta
3388biodiversidade, nos países tropicais de alta biodiversidade, como o Brasil, mas muitos
3389dos benefícios são atribuídos aos lugares de alta tecnologia. Então o protocolo em
3390que os países se obrigam reciprocamente a fazer esse tipo de regime é
3391absolutamente essencial e vital para o Brasil, e ao mesmo tempo, o conjunto das 20
3392Metas de Aichi visa em última instância evitar a extinção de espécies. Eu sempre digo
3393que conservação, e aí não é Doutor Paulo? Eu era um jovem estudante de biologia
3394quando eu lhe conheci. O senhor me deu um livro de ornitologia que me interessou
3395muito e depois acabei seguindo a carreira científica nessa área. Mas muitas das ideias
3396com que nós convivemos estão se mostrando cada vez mais importante. Porque é o

3397seguinte, eu digo que a conservação é a atividade mais barata que tem, porque as
3398espécies se reproduzem gratuitamente, ou seja, a nossa prioridade é entender os
3399processos que viabilizam a manutenção de comunidades biológicas naturais, facilitam
3400a reprodução de espécies e permitir que haja um custo pequeno para a sociedade
3401esses benefícios sejam auferidos. Nós pegamos as áreas verdes daqui de Brasília,
3402por exemplo, o Parque Olhos D'água tem mais de 120 espécies de aves, até araras
3403tem ali, e ninguém saiu por aí introduzindo araras não, são as araras que moram no
3404Parque Nacional, param ali no Parque Olhos D'água, caminho das águas emendadas.
3405Então, as Metas de Aichi são metas, como o Ministro Paulino colocou, são metas até
3406certo ponto voluntárias, mas representam de fato obrigações dos países uns com os
3407outros, e que visam materializar os compromissos de conservação da biodiversidade
3408e uso sustentável da biodiversidade. A internalização dessas metas varia de acordo
3409com as capacidades econômicas e com as características sociais de cada País. No
3410Brasil, o processo foi conduzido primeiro na nossa linha de base é que o Brasil se
3411comprometeu em 2010 a atingir, a internalizar essas metas até 2020, e o processo
3412que o Ministério está conduzido, que foi iniciado ainda, também sobre a gestão da
3413Ministra Izabella, mas com o Bráulio Dias, que era o Secretário de Biodiversidades.
3414Foca em três erros, primeiro, foi um processo de diálogo com a sociedade civil, e aí
3415foram representantes das diversas confederações econômicas, representações, e
3416quando eu digo representações, não é para dizer que esse pessoal assinou embaixo,
3417é para dizer que consultas foram feitas, mas o processo é um processo que está
3418continuando, e que foram discutidas as metas, internalizadas proposta de
3419materialização, esse trabalho foi apresentado na Rio+20. Ao mesmo tempo o Governo
3420tem que saber se tem ou não condições de implementar essas metas, então, está
3421sendo feita uma iniciativa relacionada, mas independente com o Ministério do
3422Planejamento, em que o Ministério do Planejamento está fazendo uma forma de
3423consultas estruturadas aos Ministérios, para determinar se o Governo Brasileiro tem
3424condição de cumprir as metas e até que ponto. Não é dizer vamos cumprir 100% em
34252020, vai ter que dizer bom, essa meta até 2020 da para fazer 10, 40, 130%. A meta é
3426uma das metas mais polêmica, que é a percentagem de áreas do território nacional
3427sobre regime de proteção. Isso daí vocês podem imaginar que ao discutir com
3428determinados setores, relacionados ao uso do território, desde diversos tipos, todo
3429mundo que tem interesse no território, cada um tem uma opinião, mas a meta é 17%
3430do território nacional. O Brasil hoje, se nós olharmos só o que nós temos hoje,
3431estamos em 16,9%, cumprimos integralmente aquela meta 12 de Aichi, bom nós
3432temos 16,9, mas obviamente tem um concentração muito grande na Amazônia e uma
3433concentração relativamente pequena ou até mínima em biomas como Pampa, etc.
3434Então, qual é a meta brasileira? Antes de prometer uma meta nós temos que validar.
3435Até que ponto dá para expandir a proteção do bioma Pampa? Quem vai fazer? São os
3436Estados? É a União? São parcerias com o setor privado? O setor privado chegou e
3437disse, nós queremos que as APPs e reservas legais, que já são áreas de propriedade
3438particular, sejam contabilizadas como parte da meta brasileira para Aichi. A princípio
3439não temos nada a opor, desde que essa APPs e as reservas legais sejam, e isso eu já
3440indo para a sua próxima apresentação, contabilizadas dentro do cadastro ambiental
3441rural, que nos permite dizer o que é o que. Ou seja, nós estamos em um processo de
3442validação das metas envolvendo os diversos setores, já posso adiantar informalmente,

3443que das 20 metas, o Ministério do Planejamento indicou que acha que teremos que
3444trabalhar duas, as demais 18, a princípio, em um primeiro corte, são metas o que
3445Brasil tem condição de atender sem fazer uma reinvenção drástica, mas sim de
3446ajustes. Meu tempo já acabou? Só para dar um exemplo de onde poderiam ser feito
3447investimentos, e vou usar o exemplo do café, e não vou falar do Brasil. Mas as
3448grandes empresas de café americanas têm parcerias com produtores e etc., em várias
3449partes do mundo, Chiapas, no México, e elas usam essas parcerias não só para
3450garantir o café de qualidade diferenciada, mas para mostrar investimentos sociais e a
3451marca. Só que a área de origem do café que é a Etiópia, as grandes florestas de café
3452selvagem da Etiópia estão sendo dizimadas, sem que ninguém tenha uma ação
3453concreta, um esquema de repartição de benefícios de ir para essas empresas
3454internacionais e dizer: ao invés de investir só em Chiapas, vamos colocar uma
3455parceria também na Etiópia que é a terra de origem do café. Essas Metas de Aichi
3456permitem que vocês façam esse filtro, que você comece a olhar dentro de um
3457esquema de recursos sempre limitados que nós temos, aonde é mais importante e
3458etc. Então, eu tenho duas apresentações que não vou fazer, uma é uma apresentação
3459geral sobre as Metas de Aichi, ela está disponível, Doutora Adriana. E a outra é a
3460proposta de metas nacionais apresentadas pela sociedade civil. Então são as Metas
3461de Aichi, tem a Meta de Aichi Internacional e as propostas de implementação, de
3462internalização no Brasil de como seriam as metas. Isso está no site da SBF. Esse
3463processo está continuando, a nossa meta é levar em outubro, na reunião do SUBSTA,
3464da Convenção da Biodiversidade, a proposta de internalização brasileira, e na COP do
3465ano que vem, outubro de 2015, nós já levaríamos a homologação brasileira. Ou seja,
3466não é para amanhã de manhã, mas a fila está andando. E, secretário, me disponho a
3467vir aqui no Conama, não as 17h30min, mas em um horário mais acessível, para está
3468disponível para apresentar em mais detalhes, em mais de uma sessão inclusive, como
3469está feito o desenho das metas. E queria agradecer de público a todos os setores que
3470têm incessantemente ajudado e feito críticas construtivas também nesse processo.

3471

3472

3473**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama)** –
3474Roberto, o que nós podemos fazer é ao final da reunião, colocar essas
3475apresentações, a do Paulino também de outra apresentação da plenária passada que
3476tinha ficado pendente, mas que era exatamente sobre esse tema, no sumário
3477executivo, que é aquilo que sai como resultado dessa reunião depois de alguns dias.
3478Então, as duas apresentações mais a do Paulino podem estar lá.

3479

3480

3481**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Eu queria só
3482mencionar que vinculados a esse dois assuntos, na verdade parte de um grande
3483assunto, nós vamos estar discutindo brevemente o marco regulatório do patrimônio
3484genético, que define o formato das formas de estruturação da biodiversidade. O
3485Ministério está finalizando essas discussões e devemos juntamente com os
3486Ministérios encaminhar brevemente o projeto para a Casa Civil, dentro do contexto de
3487uma discussão com o setor produtivo, e com as comunidades e movimentos sociais.
3488Então, esse é um assunto que esperamos oportunamente retornar ao Conama, para

3489trabalharmos com mais profundidade. Agradeço ao Paulino e ao Roberto pela
3490exposição. Pois não Bocuhy.

3491

3492

3493**O SR. CARLOS BOCUHY (PROAM)** – Boa tarde pessoal! Secretário, Roberto,
3494Paulino Franco. Eu tenho uma dúvida com relação às Metas de Aichi e também
3495Protocolo de Nagoya. Foram assumidas, antes das revisões do Código Florestal no
3496Congresso Nacional. Com a revisão foi feito um levantamento de quanto se perdeu,
3497porque o Brasil assumiu um compromisso de atingir as metas, porém alguma coisa
3498mudou principalmente na área de APP, consequentemente com reflexo na
3499biodiversidade, e também a reserva legal e outras questões que são hoje
3500judicializadas por parte da Procuradoria Geral da União. Foi feito esse levantamento,
3501o que Brasil perde nessas metas, nesse sentido?

3502

3503

3504**O SR. ANDRÉ LIMA (Planeta Verde)** – Eu também queria falar a respeito disso, eu
3505acho essa tese da incorporação das áreas de preservação permanente em reserva
3506legal no contexto das Metas de Aichi é interessante e precisa ser bem debatida,
3507porque de fato com a alteração do Código Florestal, nós precisamos entender muito
3508bem o que estamos falando de Área de Preservação Permanente, porque com o
3509conceito de área rural consolidada, a discussão sobre Área de Preservação
3510Permanente ela ficou um tanto etérea. Nós precisamos ter bem claro o que nós
3511estamos falando, porque os números, por exemplo, que foram apresentados, de APP
3512e reserva legal durante todo esse debate do Código Florestal variaram de A a Z em
3513função de quem falava. Então é muito importante que nós façamos um debate sobre
3514isso, porque realmente isso pode mudar um pouco a afetividade e as consequências
3515do atingimento ou não dessa meta.

3516

3517

3518**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – É sobre esse ou
3519aquele? Pois não Lisiane?

3520

3521

3522**A SR^a. LISIANE BECKER (MIRA-SERRA)** – O meu questionamento é sobre o que o
3523senhor falou, sobre biomas, ecossistemas que estão... Prioritariamente o senhor falou
3524em biomas que estão descobertos, como o Pampa. Eu estou considerando que essas
3525metas não levam em consideração exatamente a proteção, porque na Mata Atlântica
3526noventa poucos por cento está em unidade de conservação de uso sustentável, às
3527vezes extrativista. Então, o senhor entende que isso também atenda as metas? Boa
3528parte dessas unidades de conservação dentro de um bioma, não está exatamente
3529atingindo os 17% para ecossistemas desse bioma. Então, muitas estão nas unidades
3530de conservação Mata Atlântica, estão em Floresta Ombrófila Densa, mas aí falta a
3531parte de mangues, falta de campos de altitude, etc.. Não sei se deu para entender
3532minha pergunta.

3533

3534

3535 **O SR ROBERTO CAVALCANTI (Secretário de Biodiversidade e Florestas)** - Eu
3536 queria agradecer as perguntas que são todas ótimas. Com relação ao que nós
3537 perdemos, na realidade, embora a legislação em vigor fosse muito clara sobre o que
3538 devesse ser protegido e não, na ausência de um cadastro, nós não temos até o
3539 momento um bom número sobre o que está efetivamente sendo coberto, pode ser até
3540 depois que o cadastro for implementado você fazer modelagens do passado, projetar
3541 a partir de taxas e etc.. Mas o fato é que nós sabíamos o que a legislação exigia, mas
3542 não havia uma forma rápida e válida de determinar qual o grau efetivo de proteção
3543 sobre as áreas nominalmente protegidas, porque para contabilizar pelas Metas de
3544 Aichi, isso é absolutamente essencial. Isso me leva, acho que a terceira pergunta que
3545 as Metas de Aichi estão sendo interpretadas, se você interpretar no sentido mais
3546 rigoroso, são as classe um e dois da IUCN, daí que é o número e que a proteção
3547 integral, daí é que vem o números de 16,9%. Com a questão de uso sustentável, acho
3548 que é melhor não responder, porque eu tenho um, é um debate muito interessante, eu
3549 acho que há como você pegar nas unidades de uso sustentável sem fazer mágicas,
3550 determinar o que de fato está sendo sujeito a vários tipos de uso econômico, que são
3551 previstos em uma área de uso sustentável, e as áreas que estão sendo conservadas
3552 pelos motivos, aquilo que uma reserva de uso sustentável se propõe. Mas hoje você
3553 não tem um número muito bom para discriminar, por exemplo, dentro de uma RESEX
3554 que percentagem está sendo usada sobre qualquer número. Agora eu sou otimista,
3555 porque eu acho que prática grande parte das RESEXs oferecem normas e
3556 oportunidades para você fazer boas estimativas e o grau proteção é bem razoável,
3557 com alguns casos, algumas exceções que nós vemos nas manchetes, mas as
3558 exceções não confirmam a regras. Muitas das RESEXs são de fato bem conservadas
3559 e oferecem oportunidades excelentes, mas não podemos pressupor isso, nós temos
3560 que explicitar. O atingimento das metas, eu acho que se formos olhar assim eu digo,
3561 qual a diferença de uma estratégia conservacionista e uma estratégia de
3562 desenvolvimento sustentável? Uma estratégia conservacionista você pega, sei lá, 10,
3563 15, 20% do território, e os outros 80? Então eu acho que temos que interpretar as
3564 Metas de Aichi como uma estratégia de uso sustentável, onde as metas
3565 conservacionistas são importantes, mas se refletem em uma fração X do território, a
3566 nossa preocupação maior tem que ser sobre o uso do território em seu conjunto e a
3567 interação das comunidades humanas com o território. É o que a transição que as
3568 Metas de Aichi propõe é isso, é sair de uma mentalidade de só de evitar extinções,
3569 que é necessária, mas não suficiente, para você ter uma visão mais ampla de
3570 interação sustentável. E o que vemos aí é que muitas das sociedade mais avançadas
3571 estão fazendo as transição do químicos para o biológicos. Você pega uma empresa
3572 conhecida como a DuPont, inventora do nylon. Toda a cadeia produtiva da DuPont ela
3573 é baseada nos químicos, hoje ela se anuncia como sendo uma empresa da biologia,
3574 da ciências da vida, é a pura verdade, eles deixaram algumas das patentes, venderam
3575 a patente de algumas das fibras sintéticas mais conhecidas para outras empresas,
3576 eles eram donas da empresa de petróleo, a *occidental petrol*, porque como o impo
3577 químico deles era muito forte eles tinham que ter, garantir seu próprio suprimento.
3578 Venderam a *occidental petrol* e não estão fazendo essa transição. Os setores de
3579 sementes, desnecessário dizer não é? A presença americana internacional no setor
3580 de sementes é mais do que maciço. Então, esse discurso de transferência das

3581tecnologias tradicionais para biotecnologia, está acontecendo de uma forma muito
3582acelerada e agressiva nas principais economias. O Brasil tem grande vantagem,
3583porque além da ser fonte de biodiversidade, o que conta não é só a composição
3584genética, é a expressão dos genes e isso você só ver no campo. Então, essa idéia de
3585pegar e levar as sementes brasileiras e colocar em uma geladeira em um ilha do
3586Ártico, não funciona, o que te interessa são as moléculas, são as substância. Você
3587pega uma planta que gera uma defesa química, se você tira ela da natureza e põe em
3588um terrário, a primeira coisa que ela fazer é parar de produzir aquela defesa química,
3589que é algo muito caro biologicamente. Então, vai haver um interesse permanente em
3590explorar a biodiversidade na natureza, no meio ambiente natural e o custo de
3591transação de fazer isso é sempre mais barato em países de alta diversidade como o
3592Brasil. Então, eu acho que temos que olhar as Metas de Aichi nessas duas óticas,
3593extrapolar o conceito de conservação *sensu stricto* e começar realmente a pegar os
3594diversos setores. A agricultura, para mim a agricultura é o principal cliente da
3595biodiversidade brasileira hoje, no momento, em termos numéricos. Então, por mais
3596difícil que seja a relação com o setor agrícola eu não tenho opção de não ter uma
3597interação forte com esse setor, é assim com vocês. Então, estamos procurando usar
3598esses processo das Metas de Aichi para ter esse tipo de evolução, e o Secretário-
3599Executivo, sempre ali com o chicote.

3600

3601

3602**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do MMA)** – Bom pessoal, nós
3603temos mais dois enfoques pela frente, queria agradecer ao Roberto e ao Paulino,
3604liberá-los aqui e pedir para a Silmara vir a mesa. Não, tudo bem! Esses assuntos são
3605todos assuntos muito ricos, e acho que cada assunto desse na verdade, mereceria
3606quase que um dia inteiro de discussões. Eu espero que nos próximos meses nós
3607consigamos fazer um pouco disso, nós acabamos passando por muita coisa de forma
3608muito rápida, mas esses assuntos, preservação da biodiversidade é um dos assuntos
3609centrais do ministério e nós vamos procurar trabalhar com esse assunto de forma
3610estruturada e qualificada na discussão do marco regulatório do patrimônio genético.
3611Eu queria pedir para o Doutor Deusdará me substituir aqui, eu vou ter que me retirar,
3612então vou pedir para a Silmara fazer sua rápida apresentação sobre cidades
3613sustentáveis, o Brasil Mais 20, que é o programa que nós estamos viabilizando,
3614lançando este ano na área de cidades, de ambiente urbano. E depois vamos finalizar
3615com o posicionamento de como é que estão os trabalhos que diz respeito à
3616implementação do Código Florestal.

3617

3618

3619**A SRª. SILMARA VIEIRA DA SILVA (Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente**
3620**Urbano/MMA)** – Boa tarde, conselheiros e conselheiras! Nós, no Ministério do Meio
3621Ambiente, dentro da secretaria de recursos hídricos e ambiente urbano, recebemos
3622uma missão de trabalhar uma proposta que envolva a questão ambiental nos
3623municípios, não como um elemento novo, mas agregando todo saber e toda a
3624atividade já desenvolvida ao longo desse tempo, fosse pela a Agenda 21, ZEE, os
3625planos diretores, os planos de saneamento, os planos de resíduos, articulando tudo
3626isso, e articulando os município, para que tenhamos a construção de uma política

3627nacional de cidades sustentáveis, construídas a partir da realidade dos municípios
3628brasileiros. Para isso nós defendemos a lógica de trabalhar não com pilotos, não com
3629amostragem concentradas em um determinados local do país, mas com amostragem
3630do diverso urbano brasileiro, estabelecemos um estudo que envolve tanto a questão
3631dos biomas, do patrimônio natural existente em cada município, em cada região, as
3632questão econômicas, a macro definição das regionalizações feita pelo IBGE e
3633chegamos a 128 tipologias que foram agrupadas em 11 grandes grupos tipológicos.
3634Aplicamos isso na realidade do território brasileiro e fizemos uma matriz matemática
3635onde nós elencamos um município por tipologia, por estado, chegando a uma
3636amostragem entre 420 a 500 municípios para representar a adversidade ambiental do
3637urbano brasileiro. Municípios em todos os estados, em todos os biomas, com todas as
3638características no processo de urbanização, para que isso? Para que nós possamos
3639implementar esse programa Brasil-20 que se organiza em quatro eixos, um eixo que
3640está voltado para a comunicação com a sociedade em torno da sustentabilidade nas
3641cidades, pensando aí a cidade não como lugar de problema, mas como lugar das
3642oportunidades. Pensando o espaço urbano como espaço de concentração de mais de
364360% da população do planeta, pensando nesse espaço não como uma ilha dentro de
3644todo o território natural, mas como um modelo de consumo que faz que faz pressão
3645ao que á ainda o nosso patrimônio natural, e pensando nesse espaço urbano como
3646um modelo de desejo de consumo da maioria da população do planeta. Então
3647trabalhamos com essa lógica de fazer uma difusão a divulgação para a sociedade em
3648termos da sustentabilidade urbana, com eixo que está voltado para uma alfabetização
3649científica em torno dos temas que devem dialogar diretamente com a visão de
3650sustentabilidade urbana, seja cobertura vegetal, água no espaço urbano, cobertura
3651vegetal desenvolvendo todas as suas variáveis dentro do espaço urbano, as unidades
3652de conservação, as áreas verdes, APPs, APAs, a parte de mobilidade, a parte de
3653construção, a parte de distribuição nesse território. Então, fazendo todo esse menu de
3654temas que interpassam e determinam a forma qualificada ou não qualificada de
3655construir, usar e produzir nas cidades. Um terceiro eixo, que é o eixo de leitura, a
3656partir do momento que nós fizemos um trabalho de mobilização da sociedade pela
3657campanha, Eixo 1, uma alfabetização de grupos locais, uma introdução aos conceitos
3658e teorias sobre a questão da sustentabilidade, Eixo 2, nós poderemos fazer uma
3659leitura da realidade ambiental urbana por esses atores locais, capacitados, envolvidos
3660e articulados, para que essa leitura consolide o diagnóstico ambiental de cada um
3661desses municípios, o diagnóstico ambiental por tipologia e um diagnóstico ambiental
3662urbano nacional por amostragem, como eu disse nesse universo de mais ou menos
3663500 municípios. E teremos dentro do programa o Eixo 4, que é um eixo de
3664organização de informações e sustentação de orientações para metas e Brasil+20,
3665metas para os próximos 20 anos. Metas municipais, metas tipológicas e metas
3666nacionais para que nós possamos ir mudando a configuração do uso, da produção e
3667da ocupação das cidades nessa lógica da sustentabilidade. Para isso nós teremos 27
3668coordenações regionais, compostas pelos governos de estados, entidades
3669acadêmicas pública do estado e organizações não governamentais que farão o apoio
3670do trabalho dos grupos de trabalho local formado por conselheiros do meio ambiente,
3671conselheiros das cidades, e gestores dos município que entregarem o programa.
3672Esses grupos farão parte tanto do processo de capacitação quanto do processo de

3673leitura orientada dessa realidade ambiental, e esses municípios receberão um material
3674de produção do Ministério em parcerias com entidades acadêmicas, que é uma
3675consolidação de todos os trabalhos já feitos no município, no âmbito do governo
3676federal, estadual e municipal, que envolve os planos de zoneamento, os planos
3677metropolitanos, os planos de resíduo, os planos habitacionais, os planos diretores,
3678umas compilação e uma articulação desse instrumentos, como base de análise e de
3679complementação ou correção, para esse diagnóstico e para essa leitura ambiental. O
3680objetivo disso é que tenhamos a partir do Ministério do Meio Ambiente, uma leitura da
3681realidade desse urbano nacional, nas suas diversidades, dentro das regiões, dentro
3682dos estados, dentro dos biomas, dentro das características culturais e econômicas de
3683cada município brasileiro, e com eles construamos a proposta de uma política
3684nacional para a sustentabilidade urbana, definindo diretrizes, princípios, conceitos e
3685pactemos um marco regulatório com metas para os próximos 20 anos. A origem
3686desse programa parte das reflexões advindas da Rio+20, em relação a
3687sustentabilidade das cidades, o ambiente de trato disso dentro do Ministério do Meio
3688Ambiente é a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano. A articulação se
3689da em parceria com o Ministério das Cidades, o Ministério de Minas e Energia, o
3690Ministério de Saúde, Ministério de Ciência e Tecnologia e Inovação, ampliando para
3691outros ministérios que tenham agendas comuns em relação a sustentabilidade
3692urbana. A parceria se constrói para além do Governo Federal, com governos
3693estaduais e municipais, no sentido de também fortalecer o Sisnama. O objetivo é um
3694olhar para a realidade ambiental, a partir da participação dos municípios que traduzam
3695para o Governo Federal, não uma realidade de concentrada no Sudeste como a
3696maioria das políticas e dos planos nacionais, não só na área ambiental, na área
3697habitacional, na área urbana tem feito, mas um olhar para essa diversidade e que nós
3698possamos pactuar metas exequíveis, a partir do conhecimento dessa realidade. E a
3699partir disso, desse primeiro ciclo, ao longo de 20 anos, a cada dois anos, fazer uma
3700avaliação e calibração, não como agentes fiscalizatório, mas como uma instituição,
3701uma área de governo, que como proponente, articulador e formulador de políticas,
3702identifica as dificuldades ou as potencialidades de cada município e faz a calibração
3703disso para que avancemos no cumprimento dessa metas. E mais, orientando os
3704orçamentos e aplicação dos recursos para os projetos finalísticos que atendam as
3705metas, para que nós não tenhamos dispersão e desarticulação na aplicação dos
3706recursos, portanto deseconomia nos resultados. A de se refletir algumas experiências
3707não só da questão ambiental, mas de outras áreas também, que investem recursos
3708nos municípios, como os casos dos aterros e por falta de capacidade de gestão, de
3709conhecimento da realidade, de capacidade de definir estratégias de planejamento e
3710de gestão desse território de forma participada, deixam aquele investimento se tornar
3711outra coisa que não era o objeto inicial. Então, é um programa de grande articulação,
3712envolve organizações não governamentais, academia, governo local municipal,
3713governos estaduais, instituições de pesquisa mesmo fora da academia, para que
3714construamos uma política de forma participada e que represente a adversidade
3715ambiental urbana desse país. Esse programa está ainda em fase de elaboração, a
3716previsão é que façamos em junho, na semana do meio ambiente, seu lançamento
3717nacional. Que construamos ao longo de junho, com os vários seguimentos, o
3718detalhamento do programa, aprove isso em um seminário nacional até o final de

3719junho, começo de julho. Inicie o trabalho com os municípios em outubro, onde nós
3720estaremos realizando a Conferência Nacional, e instalando a primeira bienal da
3721sustentabilidade urbana como espaço de debate, discussão e construção de novas
3722perspectivas da sustentabilidade como eu disse, não olhando a cidade como espaço
3723dos problemas, mas das oportunidades, onde nós temos que construir condições de
3724qualidade de vida, de modelos de consumo mais sustentáveis e de uma articulação no
3725sentido de diminuir as diferenças e ampliar as possibilidades de desenvolvimento
3726efetivamente sustentável.

3727

3728

3729**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Muito obrigado Doutor Silmara!
3730Senhores conselheiros e conselheiras, algum esclarecimento, por gentileza.

3731

3732

3733**A SR^a. LISIANE BECKER (MIRA-SERRA)** – A minha pergunta é no ponto de vista de
3734prático, vocês vão lançar em julho, mas eu gostaria de saber como é que vai se dar o
3735engajamento da prefeitura em si, ela solicita? Vocês vão ter um momento que alguém
3736se manifesta? Como vai se dar essa prática?

3737

3738

3739**A SR^a. SILMARA VIEIRA DA SILVA (Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente
3740Urbano/MMA)** – Nós vamos, dentro dessa amostragem, Lisiane, nós já temos um
3741plano de mobilização dos municípios que pelo menos comporiam esse universo
3742amostral, como eu disse um Município por tipologia, por Estado, cobrindo o universo
3743amostral. Mas o programa nesse primeiro eixo de divulgação e mobilização, ele tem
3744um conjunto de mobilização e articulação institucional, que vai atingir todos os
3745municípios brasileiros para que no prazo, entre maio e julho manifestem seu interesse
3746em participar do programa. Então, a campanha vai também completa no sentido de
3747orientar qual é o papel do Município, qual é o papel do Estado, qual é o papel do
3748Governo Federal, qual o papel da sociedade civil, como seria feita essa articulação,
3749como seriam compostos os grupos de trabalho local, a agenda de atividades, que
3750deve percorrer de outubro de 2013 a junho de 2014, quando chegaremos às metas
3751locais, tipológicas e nacionais. E nós contamos, e por isso pedimos aqui esse espaço
3752no Conselho para fazer esse informe, como uma articulação que passa pelos
3753Conselhos, pelo Conselho Nacional, pelos Conselhos Estaduais e Municipais, onde
3754nós também estaremos fazendo uma difusão da proposta do programa. Com o
3755espaço curto de tempo, já num final de tarde, nós tínhamos a apresentação, nós
3756fizemos mais esse informe no sentido de dar registro, à proposta do programa, mas a
3757intenção é de que façamos divulgação com um material bem detalhado e bem didático
3758a todos os Conselhos, todas as entidades que participam, e que haja também
3759participação no seminário, que deve ocorrer em junho, para articulação para além dos
3760Governos Municipais, das entidades que serão parcerias também na execução e
3761implementação do programa.

3762

3763

3764 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Obrigado. Conselheiro Bocuhy, por
3765 favor.

3766

3767

3768 **O SR. CARLOS BOCUHY (PROAM)** – Eu quando vim ao Ministério a 6, 7 anos atrás,
3769 eu entrava no Gabinete da Ministra e via aquela imagem da Amazônia, e eu sempre
3770 me sentia um bicho onde o meu habitat não era contemplado, porque eu sou de São
3771 Paulo. Então o nosso questionamento era para que o Ministério criasse um
3772 Departamento de Meio Ambiente Urbano Eu fico muito satisfeito em ver que vocês
3773 estão avançando, não só na criação do Departamento, mas também com um projeto
3774 muito claro com relação à sustentabilidade. Mas eu queria, além de parabenizá-la,
3775 Silmara, por esse trabalho, eu queria perguntar sobre a questão da intersetorialidade
3776 necessária para o estabelecimento de metas de sustentabilidade para as cidades, já
3777 que nós temos o Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Cidades, Ministério da
3778 Saúde, tantos outros Ministérios que acabam sendo envolvidos, porque quando
3779 tratamos de indicadores ambientais nós vamos tratar de uma bateria de indicadores
3780 de todos os setoriais e que ainda têm uma necessidade de uma avaliação da sua
3781 sinergia, no sentido de que também pensando nas cidades elas deixaram de ser uma
3782 oportunidade de agregação de conhecimento, de realização do ser humano, como ser
3783 gregário, mas se transformaram hoje no desafio de sobrevivência, chegando em uma
3784 escala e eu gostaria de perguntar sobre a escala que vocês estão pretendendo
3785 trabalhar, de uma metrópole conurbada com outra metrópole, por exemplo, São
3786 Paulo, Campinas, Região do Vale do Paraíba, São José dos Campos, Baixada
3787 Santista, Sorocaba, onde nós temos já um conceito macrometropolitano, como é que
3788 nós atingimos isso? Com que intersetorialidade e também com que recursos, de que
3789 forma vocês pretendem viabilizar uma coisa que seja do ponto de vista prático,
3790 factível. E também lembrar, e você faz parte conosco desse trabalho aqui no Conama,
3791 que nós estamos estabelecendo indicadores de capacidade de suporte de indicadores
3792 para a regiões metropolitana, já que existe a escala metropolitana exige um
3793 tratamento especial, e se dentro desse programa vocês preveem esse tratamento as
3794 metropolitanas e macrometropolitanas.

3795

3796

3797 **A SR^a. SILMARA VIEIRA DA SILVA (Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente**
3798 **Urbano/MMA)** – Ok, Bocuhy. Começando pela questão metropolitano e
3799 macrometropolitano, a nossa intenção é uma afinação absoluta com o Grupo de
3800 Trabalho que está conduzindo isso, porque parte do conteúdo a ser desenvolvido
3801 tanto para o processo de capacitação, quanto para o processo de leitura da realidade,
3802 ele terá um conteúdo específico para as regiões metropolitanas e
3803 macrometropolitanas, provocando o olhar do Município, neste contexto, o Município
3804 no contexto metropolitano e macrometropolitano, e o olhar dele a partir do
3805 macrometropolitano para o papel do Município nessas relações de sustentabilidade.
3806 Então, nós precisamos avançar no detalhamento deste conteúdo e na metodologia de
3807 trabalho que envolva mais de um Município no território que tem lá seus desafios que
3808 não são de hoje, passam desde o desenho institucional metropolitano, na
3809 competência de resposta por tal, há o desenvolvimento de ações de forma coletiva.

3810Em relação à intersectorialidade, o que nós pretendemos é fazer uma convergência de
3811ações políticas e programas, não criando um programa de substituição dos que estão
3812em andamento, ao contrário, fazendo uma articulação para potencializar de forma
3813catalisada o que já vem sendo feito, como você ressaltou aqui pela saúde, em cidades
3814saudáveis e sustentáveis há décadas, e tem uma rede constituída com resultados,
3815com estatísticas, com análise. E por outro lado, algum novo, como o Ministério da
3816Ciência e Tecnologia tem feito, na área da sustentabilidade e que traz várias
3817inovações, mas que também tem que dialogar com o Ministério de Minas e Energia,
3818em relação aos grandes desafios de consumo, produção e sustentação para os
3819suportes econômicos para as matrizes econômicas que utilizam essa base energética.
3820Então, essas articulações talvez seja o grande desafio do programa que constitui em
3821bases de rede, não é um programa onde nós, Ministério do Meio Ambiente,
3822aplicaremos uma metodologia e colheremos um trabalho. É um programa onde nós do
3823Ministério do Meio Ambiente seremos o agente de articulação com os outros para
3824convergir esforços, catalisar procedimentos e resultados e tentar trazer uma visão
3825alinhada, não pasteurizada da diversidade urbana que é na região de São Paulo uma
3826muito diferente do anterior da Amazônia, ou do Acre, ou de Goiás e que nós
3827precisamos fazer política para esse Brasil diverso, para esse urbano diverso,
3828entendendo as suas dicotomias, as diversidades, as suas desigualdades.

3829

3830

3831**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA) – Altamiro, Ibrace.**

3832

3833

3834**O SR. ALTAMIRO ALVES FERNANDES (IBRACE) – Silmara, parabéns primeiro por**
3835**esse desafio que você assume hora, e que você realmente possa dar esse resultado**
3836**que a sociedade aguarda pelos conhecimentos pelos quais você o tem. Silmara, só**
3837**uma pergunta, quando você coloca à disposição para fazer, primeiro, levar a**
3838**informação para os atores sociais, você se refere aos Conselhos Estaduais e**
3839**Municipais, às instituições de educação, às Organizações Não Governamentais e ao**
3840**próprio Município. Quando o Município que tem as ferramentas para gerenciar todo**
3841**esse trabalho para dar essas informações para esse programa, se o Município por vez**
3842**não aceitar o convite, mas os outros atores quiserem auxiliar nesse trabalho, de que**
3843**maneira que vocês vão lidar com essa realidade?**

3844

3845

3846**A SR^a. SILMARA VIEIRA DA SILVA (Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente**
3847**Urbano/MMA) – Altamiro, nós precisaríamos nesse caso do ator público municipal**
3848**como ente integrante do processo, porque a ideia é que é nós fortaleçamos a gestão**
3849**e integremos todos os mecanismos de controle social nesse processo de**
3850**fortalecimento da gestão. Então, o princípio do programa, embora em alguns**
3851**Municípios pode acontecer do não interesse do agente municipal sobre ele, mas a**
3852**estrutura institucional é a federativa e nós precisamos é utilizar as instâncias sociais**
3853**para solicitar ou pressionar o agente público no sentido de fazer adesão.**

3854

3855

3856 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Muito obrigado, Doutora Silmara,
3857 não havendo mais nenhuma inscrição agradeço a sua participação e vamos passar
3858 para o último informe do dia, nós temos aqui os nossos convidados o Secretário de
3859 Extrativismo e Desenvolvimento Rural, Doutor Paulo Guilherme Cabral; o Consultor
3860 Jurídico do Ministério do Meio Ambiente, Doutor José Mauro O. de Almeida; e Harry
3861 Alves, que é Diretora de Uso Sustentável de Floresta, do Ibama, Biodiversidade e
3862 Florestas, do Ibama. Então, vou pedir a gentileza, como a própria Ministra colocou
3863 hoje na parte da manhã a prioridade está sendo dada pelo CAR e para o PRA, que
3864 tem uma data cinderela dia 25 de maio. Então, nós vamos fazer, o Doutor Paulo vai
3865 fazer uma apresentação a respeito do CAR; O Doutor José Mauro vai falar um pouco
3866 a respeito das ADINs; e a Doutora Harry vai ficar à disposição e dar um informe
3867 prévio a respeito da atualização e da implantação em ambientes de testes do SICAR.
3868

3869

3870 **SR. PAULO GUILHERME CABRAL (Secretário de Extrativismo e**
3871 **Desenvolvimento Rural Sustentável/MMA)** – Boa tarde a todos e todas. Hoje de
3872 manhã a Ministra entregou aquela caixinha azul para cinco Estados, das imagens de
3873 satélites, acho que todos aqui agora, os heróis da resistência deveriam receber
3874 também uma caixinha de chocolate, por exemplo, para agradecer a permanência até
3875 o final aqui da plenária, porque de fato são vários assuntos. Eu gostaria também de
3876 ser bastante breve para não cansá-los também e para poder compartilhar aqui com os
3877 colegas mesa, a fala e permitir que nós tenhamos o mínimo de discussão,
3878 esclarecimento sobre o assunto. Estou de certa forma favorecido também porque a
3879 própria Ministra já informou bastante questões relacionadas à implementação do
3880 Cadastro Ambiental Rural, tanto na reunião ontem da Abema, que ela falou
3881 longamente sobre o assunto. Então, os secretários estavam presentes e hoje também
3882 novamente na parte da manhã ela deu outras informações. Então, eu vou tratar de ser
3883 bastante objetivo, breve aqui, sem com isso prejudicar as informações que são
3884 necessárias nesse momento. Eu vou no caso discorrer um pouco sobre o estado da
3885 arte da implementação do Cadastro Ambiental Rural, que até então o Ministério do
3886 Meio Ambiente desenvolveu mais nessa articulação, tanto no âmbito do próprio
3887 Ministério, com Ibama, ICMBio, Serviço Florestal, já decorrente, inclusive do Programa
3888 Mais Ambiente, que depois veio ser substituído pelo Código, o novo Código, a Lei
3889 12.651. E de agora para frente, quando nós entramos numa fase mais de
3890 implementação do próprio Cadastro, o Ibama é que tende então a estar fazendo mais
3891 essa interlocução direta com os órgãos ambientais para apoiar no caso a
3892 implementação, alguns temas eu vou iniciar aqui e a Harry pode depois também
3893 complementar essas informações. Sempre caracterizando que essa questão da
3894 implementação do Cadastro Ambiental Rural, ele é um tanto diverso entre os Estados
3895 Brasileiros, tem alguns Estados que já iniciaram isso aí, especialmente na Amazônia,
3896 por conta inclusive de controlar e conter o desmatamento ilegal. Então, por sorte disso
3897 já existe um arcabouço legal, já existem instrumentos para isso. Então, alguns
3898 estados já têm uma base de informações bastante avançadas. Já os Estados mais da
3899 região centro-sul, alguns já iniciaram, já estão também construindo ferramentas
3900 próprias, e outros ainda estão em fase bastante inicial. Em função disso é o que
3901 Ministério junto com o Ibama discutiram a necessidade de estar disponibilizando

3902algumas ferramentas, especialmente as imagens de satélite e o SICAR, para que
3903servisse de base para os Estados que necessitarem ter um mínimo de instrumentos já
3904para poder sair mais avançado nessa fase de implementação do Cadastro Ambiental
3905Rural. Bom, o marco legal então é dado pela Lei 12.651, que veio consolidar como
3906obrigação a elaboração do Cadastro Ambiental Rural, o que Decreto 7.029, já me
3907esqueci do Decreto, ele colocava como voluntária dos proprietários fazerem seu
3908cadastro Ambiental, agora por força da Lei os 5.000, talvez 400.000 imóveis de todo o
3909país e posses rurais que são obrigados a fazer essa declaração da característica do
3910seu imóvel ou da sua posse. E já um primeiro regulamento que saiu posteriormente foi
3911o Decreto 7830, em outubro de 2012, que criou então, institui o Sistema de Cadastro
3912Ambiental Rural, SICAR, que aí faz uma integração de todas as informações no
3913âmbito nacional. A próxima regulamentação em si, como já foi dito pela Ministra
3914nesses dois momentos, a expectativa agora que em maio nós complementemos
3915essas informações da instrução do funcionamento em si do Cadastro Ambiental Rural,
3916que vai trabalhar num modelo como essa figura tende a apresentar, nós temos então
3917aqui do lado esquerdo, esquerdo para a direita, os produtores rurais que se
3918cadastram. Então, para nós podermos atingir os cinco milhões e quatrocentos mil
3919imóveis rurais do País como um todo, de forma ágil nos dois anos que a lei
3920estabeleceu, um ano prorrogável por mais um, foi pensado então em uma ferramenta
3921web, que permitisse esse acesso. Nós sabemos que nem todo país é coberto
3922perfeitamente com Internet, mas a maioria dos Municípios sim, e é possível
3923disponibilizar meios para que os produtores, tanto familiares quanto patronais tenham
3924alguma forma de acesso, inclusive criando instrumentos de acesso *off line* para que
3925isso seja facilitado também. Então, o produtor oferece a sua informação, declara a
3926situação do seu móvel rural, num ambiente web, utilizando uma imagem de satélite,
3927com bastante agilidade e simplicidade e ao mesmo tempo também eficiência no grau
3928de acuidade dessa informação. Essa informação vai para um sistema, o sistema é
3929integrado, tanto os Estados que preferirem manter os seus sistemas próprios, como
3930aqueles que vão utilizar o SICAR, o sistema é todo integrado e cabe ao Órgão
3931Ambiental Estadual, e como a lei assim estabelece, preferencialmente o Estado ou o
3932Município é que faz a recepção dessa informação e a confirmação dos dados que ali
3933foram estabelecidos. O sistema é compartilhado, todo sistema então tem informação
3934de uma figura, de uma imagem nacional do Cadastro que está sendo inserido no
3935sistema. Bom, a inscrição então, como a Lei estabelece é preferencialmente feita no
3936Estado e no Município, alguns Estados já estão caminhando inclusive para
3937compartilhar isso com os Municípios que já fazem, faziam, por exemplo, a gravação
3938da reserva legal, tem várias situações nesse sentido. O Secretário Eugênio, estava
3939me conformando isso, de um evento que ele tem agora já em abril, cerca de 140
3940Municípios para tratar dessa integração, o estado de Santa Catarina já tinha isso, são
3941ações que os Estados têm condição de estabelecer isso de forma integrada. E por um
3942ato da Ministra, é uma Portaria, uma Instrução Normativa, vai começar a contar o
3943prazo então dos dois anos, que ainda não está estabelecido, é um ato da Ministra que
3944começa a disparar a ampolheta da contagem do prazo. Bom, a aquisição de imagens
3945como a Ministra já mencionou, a aquisição de imagens de cobertura nacional, é a
3946primeira vez que o Governo Federal faz uma aquisição integral de todo o território
3947nacional. Isso é bastante inovador, até então todo mundo comprava aquilo que tinha

3948interesse em pequenos lotes e muitas vezes repetindo essa compra, então uma
3949compra que não era econômica, não tinha um princípio de economicidade, dessa vez
3950nós fizemos uma compra corporativa do Governo, com possibilidade então como foi
3951feito hoje, disponibilizar para outros órgãos de Governo, sem ônus, sem ter que cobrar
3952isso dos Governos Estaduais e Municipais, e prevendo inclusive uma atualização
3953dessa compra, dessas imagens para que nós possamos monitorar o progresso da
3954recuperação dessas áreas que é aquilo que todos nós queremos, que aí cerca de 35,
3955quarenta milhões de hectares, de APP de Reserva Legal recuperados pelos
3956produtores, com o apoio do poder público, aliando tanto o interesse da conservação
3957ambiental, da biodiversidade, como também a maior eficiência do uso dessas áreas,
3958proteção de mananciais, das margens dos rios, dos recursos hídricos, do solo e, além
3959de tudo criando mais uma alternativa econômica para o produtor, que ele possa como
3960a lei estabeleceu implantar sistemas agroflorestais, para poder ao mesmo tempo,
3961recuperar essas áreas, como também aumentar sua possibilidade de renda. Bom, o
3962sistema então, desenvolvido pelo Ibama está em fase final de teste, alguns Estados já
3963estão fazendo o teste na prática mesmo do cadastramento, para a partir do que já
3964tinha do sistema e a partir do que foi consagrado pelo novo Código Florestal, isso ser
3965colocado em prática para evitar que possíveis erros, problemas, conflitos aconteçam
3966na configuração do sistema em si. De certa forma isso é inevitável, que o sistema em
3967algum momento tem que ser reconfigurado em alguns aspectos, o software da
3968Microsoft muitas vezes acontece isso também, é passível que certamente alguma
3969correção venha a ser feita ao longo da execução da implementação do sistema. E
3970como eu estava comentando nós vamos também trabalhar uma versão *off line* que
3971permita, por exemplo, que um Sindicato de Trabalhadores Rural, um Sindicato de
3972Produtores Rurais, uma cooperativa possa is encontro do produtor em uma
3973comunidade e fazer isso no Notebook e depois volta na cidade, na internet e lança a
3974informação. Uma das ações que foram feitas, isso também já foi mencionado pela
3975Ministra, em termos de capacitação, nós já tínhamos começado isso em 2010, à luz
3976ainda do Programa Mais Ambiente que já avançava nessa questão, já foram feitas
3977capacitações que alcançaram cerca de 2000 gestores públicos, tanto funcionários,
3978servidores do Ibama, quanto também dos órgãos ambientais. Então, todos os órgãos
3979ambientais do País têm técnicos capacitados sobre a questão em si do Cadastro
3980Ambiental Rural, e nós vamos a partir desse ano então fazer uma capacitação
3981massiva, vamos alcançar 10.000 pessoas. Queremos ir além disso inclusive, porque
3982sempre vamos considerar o número de Municípios do País mais de 5.600 Municípios,
3983nós temos que capacitar ainda muito mais gente. Então queremos abrir a
3984possibilidade de ter colaboração, participação, tanto dos órgãos de Governos, quanto
3985também de universidades, Centros de Pesquisa para que isso possa de fato ser muito
3986abrangente. E hoje existem muitos recursos tecnológicos de educação a distância que
3987permite fazer isso, com qualidade, com rapidez e com custo bastante reduzido. Então,
3988esse conteúdo já está desenvolvido, essa informação já está disponível, é só no caso
3989envolver, fazer bastante parcerias para ampliar esse tipo de trabalho. Então, isso está
3990em curso e nós tendemos esses a avançar. Hoje, inclusive começamos a fazer uma
3991capacitação com técnicos dos órgãos estaduais que receberam as imagens. Então,
3992hoje e amanhã, dividimos em duas turmas para eles conhecem melhor as imagens,
3993saberem do potencial de uso que essa imagem permite. E aí como já foi dito inclusive

3994hoje pelo Estado do Rio de Janeiro, há uma expectativa de que o Cadastro Ambiental
3995Rural, o uso das imagens possa ser utilizado por uma gama bastante variada de usos.
3996Então, desde a produção, a produção agropecuária, de identificar, por exemplo,
3997quando eu conversava agora há pouco com o colega do Maranhão, identificar áreas
3998de plantio de florestas, por exemplo, de silvicultura. Então, várias ações que podem
3999ser potencializadas a partir do uso dessas imagens. Então, hoje já temos uma
4000capacitação, amanhã tem uma segunda e devemos continuar isso aí, receber o
4001*Feedback* dos Estados para melhor utilização dessas imagens, que, inclusive foi a
4002maior compra de imagens feitas no planeta até então, oito milhões, oito milhões e
4003quinhentos mil quilômetros quadrados de imagem. Campanha de divulgação e
4004comunicação. Nós achamos que essa é também uma tarefa chave muito importante,
4005porque depois de toda a discussão que houve do Código Florestal, muitos produtores,
4006ainda não tem a informação correta, adequada do que cabe a ele fazer, como ele
4007deve recuperar essas áreas, como é esse cadastro. Então, nós vamos entrar com
4008uma campanha de massa, junto com a Secom, e com as Secretarias, Assessorias de
4009Comunicação dos Ministérios, para exatamente orientar o produtor, onde ele deve
4010buscar informação onde é a porta para fazer esse Cadastro Ambiental. Então, essa
4011parceria, os acordos que nós estamos fazendo com os Órgãos Estaduais de Meio
4012Ambiente, é muito importante nesse sentido, para informar corretamente a quem
4013buscar. A nossa expectativa é que nós tenhamos uma gama de organizações que são
4014vinculadas aos produtores rurais que possam apoiá-los. Então, a carga, o esforço não
4015vai estar sobre os órgãos ambientais, nós queremos envolver sindicatos,
4016administrações, cooperativas, prefeituras, empresas, uma gama grande aí de
4017apoiadores que estão ligados aos produtores, à sua produção para apoiá-los a fazer
4018esse cadastro. Como a Ministra também já relatou, nós estamos recebendo muita
4019receptividade, muito boa acolhida que nós estamos tendo das cooperativas, dos
4020Sindicatos Rurais, do Sindicato de Trabalhadores Rurais, do Banco do Brasil, vários
4021órgãos fazer esse esforço de trabalho. Então, a comunicação deve orientar
4022exatamente o produtor onde buscar informação, como implementar o seu Cadastro
4023Ambiental Rural. Então, dentro dessa articulação nós estamos fazendo esse conjunto
4024dos acordos de cooperação, praticamente todos os Estados já estão com o acordo, a
4025Bahia acabo de fechar com o Ibama o texto do acordo, o Mato Grosso também
4026brevemente já vamos estar fechando. Então, podemos considerar que todos os
4027Estados já estão com o seu acordo de cooperação já estabelecido. Fizemos também
4028com o Ministério do Planejamento, com o IBGE, com o Ministério do Desenvolvimento
4029Agrário, com o Incra, Ministério do Desenvolvimento Social, o Banco do Brasil; o
4030Banco do Brasil não vai fazer Cadastro Ambiental Rural, mas nós sabemos que o
4031produtor rural ele é muito influenciado pelo gerente do banco. Então, é o padre, o
4032prefeito e o gerente do Banco do Brasil que mais oferecem informação para o produtor
4033do rural. Então, o gerente se ele der uma informação correta ajuda muito, auxilia
4034muito, seja no extrato bancário, seja conversa para orientar como fazer, onde que ele
4035busca a informação. Então, fizemos esse acordo também com o Banco do Brasil que
4036vai nos apoiar nesse sentido. Existem outros bancos também interessados, a própria
4037Federação Brasileira dos Bancos também tem interesse em apoiar e participar nessa
4038ação. E aí entidades do setor rural. Então, desde a Açu Mogi, que é uma associação
4039de produtores de cana lá de São Paulo, como a OCB, que nós temos uma expectativa

4040muito grande com as cooperativas, a OB tem o seu braço de apoio que é o Sescop, já
4041aprovou esse ano, esse mês recursos para capacitação do quadro técnico das
4042cooperativas para apoiar realização do Cadastro Ambiental Rural. Então, a parte das
4043cooperativas é muito importante ela ter essa informação do conjunto de seus
4044cooperados, primeiro garantir que sua é ambientalmente correta. Então, feito o CAR
4045ela pode assegurar isso e saber qual é a situação de cada uma dessas propriedades.
4046Então, é uma ferramenta que interessa para as cooperativas. Então, a OCB é uma
4047parceira chave nesse processo, assim como é também a CNA, a CNA também será, a
4048Contag, a Fetraf, a Via Campesina, a Ministra informou isso também, dia 05 de abril a
4049Ministra assinará um acordo de cooperação com a Via Campesina lá no Espírito
4050Santo, que foi uma proposta feita aqui na reunião do Conama quando foi assinado
4051aquele conjunto de outros acordos de cooperação. A Associação Brasileira da Carne
4052e de Grãos, ABIOG, ABIEC, também são parceiras e estamos trabalhando num
4053acordo de cooperação com essas empresas, que também têm todo o interesse no
4054caso, por exemplo, da carne, tem que interesse que o fornecedor da carne seja
4055regular, esteja cadastrado, esteja recuperando os seus parceiros ambientais, se for o
4056caso. Então, também é um parceiro muito importante nesse processo. E para finalizar
4057houve uma transparência, já ao longo de alguns anos, nós vimos trabalhando
4058convênios com entidades e com alguns Estados, isso é aberto no Siconve, ao público,
4059os Estados se candidatam. Então, nós já temos oito convênios com OEMAs e também
4060entre esses oito aí tem uma empresa de extensão rural, uma Emater, no caso do Pará
4061e agora sexta feira eu participo da reunião da Associação Brasileira das Empresas de
4062Extensão Rural, Asbraer, que é exatamente para convidá-los, para mobilizá-los, e aí
4063eu peço esse apoio inclusive para os secretários, representantes dos órgãos
4064estaduais de meio ambiente, que dialoguem com a Secretaria de Agricultura,
4065dialoguem com a Empresa Estadual de Extensão Rural, para que nós possamos sob
4066a orientação que a Ministra deu hoje, envolver outros atores, outras entidades que
4067possam também entrar nesse processo. Essa reunião é agora sexta feira, pretendo
4068mobilizá-los para essa ação. Estamos buscando também fontes de recursos,
4069captando recursos de doação ou de empréstimo concessional, como é o caso do FIP,
4070para apoiar os Estados do Cerrado. Então, isso está avançado. Talvez nós já
4071tenhamos esse recurso a partir desse ano, mais certamente no ano que vem, com
4072certeza para apoiar os Estados que tem no Cerrado. Então, são esse conjunto de
4073Estados, que já também estão em fase avançada de detalhamento de seus projetos.
4074Isso acontece também com o Fundo Amazônia. Então, já tem alguns Estados que já
4075apresentaram projetos ao BNDES para utilizar recursos, existe uma linha dentro do
4076Fundo Amazônia, sem limite, que os Estados podem pleitear esses recursos, inclusive
4077Estados que estão fora do próprio Bioma também podem fazer. O Defra que é um
4078recurso do Governo Britânico também para apoiar o CAR no Cerrado, assim como
4079também do KFW, para apoiar nessa região de transição entre Amazônia e Cerrado. E
4080assim, o que mais for necessário nós precisamos de recursos, seja do orçamento
4081geral da União, ou seja, de doações que venhamos a buscar, inclusive estimulando
4082outros órgãos de Governo Federal, como é o caso do Inbra que tem uma parcela
4083fantástica também de contribuição junto aos assentamentos, é um papel do Inbra
4084fazer o cadastro ambiental dos assentamentos, uma parcela significativa dos
4085produtores familiares serão apoiados pelo Inbra. E assim, queremos criar também

4086meios para juntos com os Estados na implementação do PRA, para que possamos
4087efetivamente apoiar o espessamento das agriculturas familiares na recuperação. E
4088sempre com esse viés, tanto da conservação dos recursos naturais, como também do
4089uso econômico dessas áreas, para que o produtor se sinta verdadeiramente motivado
4090para implementar essa recuperação. Ok? Era isso, de forma bem breve, mas ficamos
4091à disposição para ser procurado, para ser demandada alguma sugestão, algum
4092pedido maior de esclarecimento, e assim também aqui na plenária para os demais
4093companheiros poderem complementar a fala. Obrigado.

4094

4095

4096**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Obrigado Secretário Paulo
4097Guilherme. Vou passar a palavra imediatamente para o Ibama, Doutora Hanry, já que
4098os assuntos são relacionados para fazer algumas considerações ou atualizações.

4099

4100

4101**A SR^a. HANRY ALVES COELHO (Diretora de Uso Sustentável da Biodiversidade**
4102**e Florestas/IBAMA)** – Boa noite. Vou apenas reforçar o que já foi dito pelo Senhor
4103Secretário de que o Ibama está finalizando a construção do Sistema Nacional de
4104cadastro Ambiental Rural, SICAR, em breve já estaremos com o sistema pronto, e
4105esse sistema, só para frisar que ele foi construído com a contribuição que todos nós
4106recebemos dos Estados, Órgãos Estaduais de Meio Ambiente. Está em fase de
4107finalização e isso está vinculado à finalização também do processo de
4108regulamentação que o Ministério está coordenando. Faço também a ressalva de que o
4109sistema, nós estamos trabalhando com o Incra, já está integrando o SICAR Nacional
4110as já as bases de dados do Incra, isso vai ser um fator preponderante, que vai trazer
4111bastante robustez ao sistema. E mais uma vez só reforçar que esse mês de abril é o
4112mês que vamos estar trabalhando os testes, gestão do sistema com os quatro
4113Estados que já foram ditos que é: Rio de Janeiro e Goiás, que são dois Estados que já
4114se pronunciaram que vão utilizar o SICAR Nacional. Então, nós estamos até fazendo
4115esse teste, utilizando o sistema em ambiente e controlado com esses dois Estados, e
4116já testamos, já começamos a iniciativa, as tratativas para estar fazendo a integração
4117do SICAR Nacional com os Sistemas Estaduais de CAR do Estado da Bahia e
4118Rondônia. Era isso.

4119

4120

4121**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Obrigado. Eu vou passar a palavra
4122para o nosso Consultor Jurídico, do Ministério do Meio Ambiente, Doutor José Mauro
4123O. de Almeida que vai focar o seu informe relacionado às ADINs.

4124

4125

4126**O SR. JOSÉ MAURO O. DE ALMEIDA (Consultor Jurídico do MMA)** – Boa noite a
4127todos. É um prazer é estar participando pela primeira vez aqui do Conama. O Novo
4128Código Florestal, a Lei 12.651 no início de janeiro o Ministério Público Federal ajuizou,
4129a Procuradoria Geral da República ajuizou três Ações Diretas de
4130Inconstitucionalidade, que receberam o número 49/01, 49/02 e 49/03. A Ação Direta
4131de Inconstitucionalidade, como o nome está dizendo, ela visa suspender, ou revogar,

4132ou anular parte de lei ou totalmente uma lei que esteja contrariando a Constituição
4133diretamente. Em vista disso a AGU agora tem o dever de defender a lei, é um dever
4134constitucional, a AGU não tem o poder, por exemplo, de ajuizamento de ações diretas
4135de inconstitucionalidade. Quem tem esse poder além da Presidente da República são
4136outros atores que não a Advocacia Geral da União. A Advocacia Geral da União tem
4137um papel então de assessoramento da Presidência, mas ao mesmo tempo é o órgão
4138superior de assessoramento da Presidente da República, mas ao mesmo tempo ele é
4139o órgão defensor do Estado, e como o Código Florestal, a lei 12.651 é um ato oriundo
4140de um dos poderes do Estado, esse ato vai ter que ser defendido pela Advocacia
4141Geral da União. Então, agora o papel da Consultoria Jurídica junto ao Ministério do
4142Meio Ambiente e da própria AGU, é defender essa lei. No momento a AGU ainda não
4143foi intimada das ações, talvez por conta da Ação Penal 470, que findou o julgamento,
4144da Lei dos Royalties e de outros temas que também estão aí palpitando no Supremo
4145Tribunal Federal. As três ADINs ainda não foram objeto de intimação da Advocacia
4146Geral da União. Elas estão concentradas no Ministro Luiz Fux, e talvez por isso que
4147ela tinha recebido primeiro uma... Como eles entraram três, eles estruturaram as
4148ADINs, assim, do Artigo 4º ao Artigo 15, do Artigo 20 ao Artigo 41, 48, e do Artigo 60
4149ao Artigo 78, e entraram em três, essas três foram distribuídas primeiramente para
4150mais de um Ministro, e depois acabaram sendo concentradas em apenas um, o
4151primeiro que havia sido distribuído que é o Ministro Luiz Fux. Foram impugnadas
4152como inconstitucionais, ou como passíveis de declaração de inconstitucionalidade
4153mais de 20 Artigos, além aos Parágrafos correspondentes a esses Artigos que dá
4154mais de 40 dispositivos da Lei 12.651, mas todos esses artigos foram objetos de
4155debates internos, de debates externos, de audiências públicas na Câmara, no
4156Senado, e eles são passíveis de defesa. Então, o papel nosso agora vai ser dar o
4157suporte com o Ministério do Meio Ambiente, além de outros Ministérios que também
4158são afetados pelo Código Florestal, de dar suporte então à defesa da legislação no
4159Supremo Tribunal Federal. Já não estamos aqui... Já não se vai fazer aqui debates
4160sobre a validade da lei, ou sobre aspectos materiais da lei, não é esse mais o ponto
4161histórico, digamos assim, de todo esse processo. O ponto histórico desse processo
4162para a Advocacia Geral da União, para o Ministério do Meio Ambiente e acho que
4163para o Governo como um todo é agora a defesa dessa legislação. E de certa forma,
4164esse seja o melhor caminho porque nós estamos agora num processo de
4165regulamentação do Código, uma das coisas que nos parece mais caras dentro dessa
4166legislação é o Cadastro Ambiental Rural, e é uma coisa que vai dar luz a todo esse
4167processo ou vai dar, digamos, valor a uma coisa que nós ainda achamos... Alguém
4168falou ainda agora aqui, etérea, do divino, mas curiosamente na linha histórica de dois
4169anos, pelo menos o desmatamento está caindo. A questão do uso econômico, as
4170outras variáveis de direito material ou de substância material que o Código trouxe
4171essas ainda estão para serem testadas, mas se nós conseguirmos, dentro do contexto
4172do Cadastro Ambiental Rural ter a informação mais precisa, expedita e rápida que nós
4173pudermos de todo o apanhado dos passivos, das vantagens que nós podemos auferir
4174das informações que nós vamos ter a partir do SICAR, e do Cadastro Ambiental Rural
4175e dos programas de recuperação ambiental, do Programas de Recuperação
4176Ambiental, tudo aquilo que se discutiu durante o processo de votação dessa lei, eu
4177penso que vamos nós estar mais seguros para emitir opiniões e até dizer esse Código

4178 não vai dar certo, esse Código vai dar certo. Eu acho que todo esse processo que
4179 culmina agora também com essa discussão jurídica no Supremo nós temos que nesse
4180 momento sustentar, para nós regulamentarmos uma coisa que foi empoderada, que
4181 saiu de um Decreto mais ambiente e veio para dentro de uma legislação, dentro de
4182 uma Lei Ordinária, e que agora precisa ser implementado que é o Cadastro Ambiental
4183 Rural. Então, esses eram os informes que eu tinha que dar, nós ainda estamos, como
4184 eu disse, como ainda não fomos intimados, como que eu digo Advocacia Geral da
4185 União, que esse papel de defesa da legislação vai ser exclusivo do Advogado Geral
4186 da União. Então, como a União ainda não foi ou o Advogado Geral da União, ainda
4187 não intimado das ações, ainda não temos um produto preparado para responder, mas
4188 nós já estamos nos preparando dentro do Ministério, eu acho que passado, como eu
4189 disse, a ação penal 470, a questão dos Royalties, o que vai se colocar são as ADINs
4190 do Código Florestal e eu penso que até o final de março, meados de abril, nós já
4191 tenhamos a notícia de que uma apreciação pelo menos liminar das ADINs já vão estar
4192 em pautas nesse período. Obrigado.

4193

4194

4195 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Obrigado Doutor José Mauro. Antes
4196 de abrir para as inscrições, eu queria dar um breve informe. Primeiro agradecer a
4197 Zuleika, a Doutora Zuleika que nos antecipou, estava havendo uma informação
4198 distorcida nas redes sócias, então, eu acabei de receber uma mensagem onde a
4199 Ministra faz um esclarecimento dizendo que ao contrário do que foi publicado não
4200 disse em qualquer momento que pretende acabar com o caráter deliberativo do
4201 Conama, em vez disso, a Ministra quis reforçar a importância desse caráter
4202 deliberativo da instância, afirmando que “perder seria engessar toda a ação de
4203 discussão do licenciamento”. A afirmação foi feita num encontro que teve com
4204 representantes da Abema, na noite de terça-feira, em Brasília, e também a Ministra
4205 ressaltou, reafirmou que entre as prioridades de sua gestão o fortalecimento e a
4206 valorização do Conselho, que é importante espaço político para diálogo e participação
4207 social. Então esse informe nós vamos encaminhar para todos os Conselheiros e
4208 Conselheiras do Conama e deverá haver uma publicação da retificação da matéria,
4209 tendo em vista que nós degravamos a reunião e provamos, comprovamos que
4210 efetivamente houve uma distorção, para ser mais elegante, a respeito da fala da
4211 Ministra na reunião da noite de ontem. Muito obrigado Zuleika. Bom, estão abertas as
4212 inscrições, quem tiver alguma dúvida, algum esclarecimento a respeito das
4213 apresentações sobre o CAR, SICAR e as ADINs do Código Florestal. Estamos à
4214 disposição.

4215

4216

4217 **O SR. MIGUEL SCARCELLO (SOS AMAZÔNIA)** – Doutor José Mauro, eu não sou
4218 advogado, eu tenho uma certa dificuldade de entendimento principalmente em uma
4219 situação como essa de ter sido impetrada essas ADINs. Isso, essa situação não
4220 impede que ser implementado o Código? Pode-se fazer o que está lá estabelecido?

4221

4222

4223 **O SR. JOSÉ MAURO O. DE ALMEIDA (Consultor Jurídico do MMA)** – Pode ser
4224 feito. A ADIN, como outra ação ela tem esse momento de apreciação liminar, como
4225 houve agora nos Royalties, surpreender os efeitos da lei que ia ser promulgada, não
4226 ia ser sancionada, ia ser promulgada porque já era apreciação de um veto. Então no
4227 caso dos Royalties foi suspensa a eficácia da lei, do texto final. Então, da mesma
4228 forma vai ser a apreciação do Código, como eu disse mais de 20 artigos foram
4229 impugnados. Na apreciação liminar o Ministro pode entender que há um perigo ali da
4230 demora. O grande problema do nosso processo é que não tenho nada para colocar no
4231 lugar, tudo que for declarado inconstitucional não vai revigorar o código anterior.
4232 Então, tudo aquilo que cair vai ficar um vácuo legislativo, vai ficar um vácuo legal.
4233 Então, isso deve ser observado pelo Ministro relator, e ele vai então poder, dentro de
4234 uma liminar suspender temporariamente a eficácia de alguns artigos e já isso é um
4235 processo que não se de estalar de dedos, normalmente o Supremo tem um... Quando
4236 não há, digamos “pressão da Sociedade Civil” e tal como houve com a Lei dos
4237 Royalties, esse processo às vezes de liminar duram anos para serem resolvidos até
4238 ao Plenário. Assim com os GEPs, até houve uma discussão dentro do Supremo se a
4239 questão da decisão dos Royalties de se furar a fila de vetos dos Royalties seria, ou se
4240 voltar para ordem cronológica de vetos, se era o mais razoável, e um dos Ministros,
4241 acho que foi o Dias Toffoli levantou: “mas já pensou se nós também fomos obrigados
4242 a apreciar todas as ADINs em ordem cronológica”? Outro dia foi julgada uma ADIN
4243 DE 1958. Então, nós vamos que... Se todo mundo tiver que fazer isso, inclusive o
4244 Supremo, foi uma questão muito bem colocada, inclusive, mas é isso que vai
4245 acontecer, a apreciação liminar e depois apreciação de Plenário das ações diretas de
4246 inconstitucionalidade. Outra característica das ADINs é que da feita que ela é ajuizada
4247 ela não pode ser desistida, ela é ajuizada por alguém, mas depois que ela é recebida
4248 pelo Supremo ela tem vida própria, o Ministério Público não vai poder desistir dessa
4249 ação, não é mais passível de desistência, ela vai correr até o final.

4250

4251

4252 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Obrigado Doutor José Mauro.
4253 Continuam abertas as inscrições para esclarecimentos e dúvidas. Não havendo
4254 nenhuma inscrição, eu tenho um último informe que nós infelizmente pulamos na
4255 pauta, um informe relacionado ao balanço das ações do Conama de 2012, mas o
4256 balanço encontra-se na pauta que os senhores receberam no dia de hoje.

4257

4258

4259 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama)** –
4260 Vale a pena dar uma olhada nesse balanço porque afinal de contas é um histórico do
4261 que o conselho fez ano passado, o retrato. O Conselho visto em sua plenitude, não só
4262 a plenária, como também as Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalho. Então, a
4263 carteira de assuntos, quanto se gastou com o Conama, tem um levantamento quanto
4264 a isso. Então, vale a pena apreciar e dar uma olhada nesses números e em outro
4265 momento nós vamos disponibilizar ao carteira de assuntos que está em tramitação no
4266 Conama. Então, eu acredito, Deusdará, que com isso nós encerramos a plenária,
4267 agradecendo a todos pela presença.

4268

4269

4270 **SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – muito obrigado senhores, boa noite
4271 e boa viagem para quem for retornar para seus Estados. Está encerrada a reunião.

4272

4273

4274 (*Palmas!*)